

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

MARINA DE ABREU QUEIROZ

**A LUTA DO CAMPESinATO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS: UM OLHAR CRÍTICO**

**VITÓRIA – ES
2019**

MARINA DE ABREU QUEIROZ

**A LUTA DO CAMPESINATO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS: UM OLHAR CRÍTICO**

Dissertação a ser apresentada à banca de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Renata Couto Moreira

**VITÓRIA – ES
2019**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

- Q3 Queiroz, Marina de Abreu, 1994-
 / Marina de Abreu Queiroz. - 2019.
 141 f.
- Orientadora: Renata Couto Moreira.
 Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.
1. Agricultura e Estado. 2. Reforma Agrária. 3.
Movimentos sociais. 4. Política Pública. I. Moreira, Renata
Couto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA MARINA DE ABREU QUEIROZ

Às 16 horas e 30 minutos do dia 11 do mês de abril do ano de 2019, na sala 809 – ED VIII/CCJE/UFES, campus de Goiabeiras, em Vitória (ES), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas Professoras Dr^a. Renata Couto Moreira (orientadora – presidente da banca), Dr. Paulo Nakatani (membro interno) e Dr^a. Gilsa Helena Barcellos (membro externo), para a sessão pública de defesa de dissertação da aluna **Marina de Abreu Queiroz**, com o tema: “A LUTA DO CAMPESINATO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR CRÍTICO”. A presidente deu início à sessão e passou a palavra à aluna, que fez sua exposição em 30 minutos. Os examinadores formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pela candidata. Em seguida, a presidente da sessão solicitou que os presentes deixassem a sala para que a banca fizesse as deliberações de julgamento. Feitas, convocou a aluna e os convidados para ingressarem novamente na sala. A presidente leu a decisão da banca, que foi pela Aprovação da mestranda. Por fim, a presidente da sessão alertou que a aluna somente poderá requerer o título de Mestre após o cumprimento de todos os requisitos para a conclusão do curso previstos no regimento do programa, a saber: entrega da versão final da dissertação, em meio digital e impresso, com os ajustes indicados pela banca. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora e pela candidata.

Prof^a. Dr^a. **Renata Couto Moreira**
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. **Paulo Nakatani**
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. **Gilsa Helena Barcellos**
Universidade Federal do Espírito Santo

Marina de Abreu Queiroz

À todas e todos que lutaram e lutam nos campos de batalha da luta de classes. Especialmente, à minha Tia-avó Pilar Costa Santos, socióloga revolucionária, que foi presa, torturada e exilada do país na ditadura civil de 1964. E ao meu Bisavô Eme Maia, pobre, descendente de índio e comunista, foi preso e torturado durante a ditadura de Getúlio Vargas...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todos os povos que lutaram e que continuam lutando por uma educação pública e autônoma, agradeço pela oportunidade de poder ter cursado uma universidade federal e de qualidade, que me proporcionou tanto conhecimento e clareza. Que possamos permanecer na luta e na resistência para que não continue a ser um privilégio.

Agradeço as minhas e aos meus ancestrais, pela luta, coragem e determinação, pelos erros e pela chance dada a mim de honrá-los e reconstruir antigos padrões, valores e ações. Agradeço a minha mãe por tanto amor, dedicação e amizade durante toda a minha vida. Gratidão por ser você e por tanto. Agradeço a minha irmã, pelo companheirismo desde a infância e por ser um porto seguro para mim, a pessoa que mais confio nesse mundo. Agradeço ao meu pai, por tudo o que fez e faz por mim, por me aceitar como eu sou e se permitir aprender comigo sobre o perdão e o amor. Certamente, nada disso seria possível se não fosse o apoio e a paciência de vocês. Vocês são fontes de inspiração para mim.

Agradeço as minhas amigas antigas e novas e as que fiz dentro do Programa: as trocas, alegrias, choros, risadas, desabafos, foram essenciais para que eu ganhasse força e coragem na conjuntura política e econômica que vivemos para continuar a seguir no caminho do amor, com vocês eu tive a consciência de que estava lutando do lado certo e com as pessoas certas.

Agradeço a professora Renata, que foi para mim uma mestra, professora e amiga em tantos momentos. Estivemos juntas desde 2015 e eu apenas posso agradecer por ter me apresentado a realidade. Da sala de aula para os acampamentos e assentamentos, dos grupos de pesquisa para as feiras da Reforma Agrária e as JURAs, a sua orientação ultrapassou as fronteiras da universidade e me enriqueceu o espírito, abriu-me os olhos e ampliou minha consciência. Serei eternamente grata por tudo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e a todas e todos que compõe o quadro de funcionários desse programa, a Adriana e as professoras e os professores, pelos ensinamentos, vivências, debates. Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa por um ano do período de mestrado.

RESUMO

Sob a égide do neoliberalismo, o movimento de reestruturação do capitalismo globalizado e imperialista transformou a reprodução da condição de dependência das nações latino-americanas. A relação capital e trabalho continua a ser o centro, assim como preconizava Marx. Contudo, novos sujeitos políticos e categorias complexas se desenvolvem nessa estrutura econômica. Os movimentos sociais do campo aparecem como os grandes atores políticos da luta de classes no período de globalização, ao contestar o capital e ao se organizarem em torno da criação de novas relações sociais e de produção arraigadas no conceito de soberania alimentar. Nesse contexto, instituiu-se no ano de 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao Programa Fome Zero e ao conceito de segurança alimentar, apareceu como um dos principais programas que materializam o direito humano à alimentação no Brasil. O PAA, que é uma política governamental, precisa ser estudada sob duas perspectivas da luta de classes. Primeiro como uma política recomendada pelos organismos internacionais para garantir a coesão da sociedade e impedir o aumento acentuado dos fenômenos sociais oriundos da extrema desigualdade que o sistema econômico hegemônico provoca. E segundo como uma conquista da luta da classe do campesinato sob duas perspectivas históricas: da luta *pela* terra (Reforma Agrária) e da luta *na* terra (para reprodução econômica e social dos povos). Entretanto, pergunta-se: que cara tem o imperialismo nessa nova fase? E principalmente, quem é esse campesinato que aparece no século XXI como sujeito político essencial no movimento antiglobalização? Procuraremos na **história** a partir do método materialista histórico-dialético algumas respostas e indagações sobre ambos os lados da luta de classes, que se recriam no movimento dialético do capitalismo. Feito essas considerações, poderemos indagar se o PAA é uma conquista (da luta dos movimentos camponeses) e/ou se são recomendações (dos organismos internacionais).

Palavras-chave: campesinato; luta de classes; desenvolvimento; dependência; PAA.

ABSTRACT

Under the auspices of neoliberalism, the restructuring movement of the globalized and imperialist capitalism transformed the reproduction of the dependency condition in latin american countries. The capital-labour relations continues to be central, just as Marx advocated. However, new political players and complex categories appeared in this economic structure. The peasant social movements emerged as great political actors of the class struggle in the globalization period by contesting the capital and organizing itself around the development of new social and production relations rooted in the concept of food sovereignty. In this context, the Food Acquisition Programme (PAA) was set up in 2003 in association with the “Zero Hunger” Program and the food security concept, and the PAA showed itself to be one of the main programs that materializes the human right to food in Brazil. The PAA, which is a governmental policy, needs to be studied under two perspectives of the class struggle. First as a recommended policy by the international organisms to guarantee society’s cohesion and prevent the growing numbers of social phenomena originated from the extreme inequality provoked by the hegemonic economic system. And second as an attainment of the peasants’ struggle from two historical perspectives: to the struggle for the land (Land Reform) and the land struggle for permanence (for the social and economic reproduction of the peoples). This, however, raises a question: what is the face of imperialism in this new phase? And most importantly, who are the peasants that appear in the 21st century as a central political figure in the anti-globalization movement? We’ll search in the **history**, under the dialectical and historical materialism perspective, for answers and questionings on both sides of the class struggle, that recreates itself in the dialectical movement of capitalism. With these considerations addressed, we can ask ourselves if the PAA is an achievement (from the struggle of the peasant movement) and/or if it’s a recommendation (of the international organisms).

Keywords: peasants; class struggle; development; dependency; PAA.

[...]somos todos sem terra
asfaltados horizontes
olhares edifícios
obscuros poentes

somos todos sem terra
expropriados do planeta
exilados das sementes
apartados dos frutos

sem terra somos todos nós
operários sem terra/fábrica
sem terra os que sozinhos
na multidão se acreditam sós

somos todos sem terra
todos os sem terra somos nós
ali nas estradas, somos nós
marchando, desatando nós

pois se sem terra
nada somos
sem os Sem Terra
que será de nós?

Mauro Iasi

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO 1.....	26
2.1 Dependência, Estado e Desenvolvimento.....	27
2.2 O Programa Fome Zero e o direito à alimentação.....	48
2.2.1 Políticas sociais na América Latina.....	50
2.2.2 Soberania alimentar versus segurança alimentar.....	53
2.2.3 O Programa Fome Zero: uma análise crítica.....	55
3. CAPÍTULO 2.....	59
3.1 A transformação do capital na agricultura e o campesinato a partir de	
Marx.....	61
3.2 O debate clássico sobre o campesinato a partir dos marxistas europeus.....	77
3.3 Classe em si e classe para si.....	87
4. CAPÍTULO 3.....	93
4.1 Campesinato brasileiro e dependência: um olhar multidimensional para a	
história.....	94
4.2 As lutas pela terra e na terra: a (re)criação do campesinato brasileiro e o	
PAA enquanto conquista.....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
6. REFERÊNCIAS.....	133

1. Introdução

Partindo da realidade concreta, esta dissertação pretendeu construir uma análise crítica acerca das contradições inerentes a luta, por parte do *campesinato*, de políticas públicas¹ que atuem no estímulo a produção de alimentos nos espaços territorializados por essa categoria. Prioritariamente, **o objeto de estudo** do presente trabalho versou sobre um dos principais programas governamentais conectados ao direito à alimentação: o Programa de Aquisição de Alimentos (**PAA**).

O programa se relaciona com a questão da fome, da produção de alimentos e vincula-se às políticas de combate à fome promovidas pela intervenção pública – e recomendadas pelos organismos internacionais –, que comprem através do mercado governamental os produtos agrícolas a preços fixados dos camponeses, assentados/os, agricultores familiares e redistribuem no caso do PAA para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e que são atendidas pelas redes socioassistenciais.

Assim, o programa em questão ao mesmo tempo em que atende às políticas de segurança alimentar e nutricional e combate à fome, materializações concretas do direito humano à alimentação² fomentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – o que garante a redistribuição de alimentos para atender a parcelas da população brasileira – visa também incentivar a pequena produção agrícola camponesa por intermédio da intervenção governamental no mercado, uma vez que são programas que atuam na esfera da circulação de alimentos e garantem um mercado a preço fixo *vis-à-vis* a oscilação de preços no mercado especulativo.

O PAA foi um dos programas prioritários vinculados ao Projeto Fome Zero, que foi lançado e executado a partir do ano de 2003, quando se tornou um programa governamental. O Projeto Fome Zero foi um documento produzido pelo Instituto Cidadania no ano de 2001, coordenado por José Graziano da Silva e assinado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para a construção desse projeto, o Instituto contou com a participação de ONGs, movimentos sociais e especialistas no tema da segurança alimentar no Brasil. Este documento representou a

¹ Políticas públicas (econômicas e sociais) que se desdobram em programas e ações do governo para que haja a concretização efetiva do direito conquistado.

² O direito à alimentação é um direito básico, incluído na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1948. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

primeira tentativa de construir um conceito de segurança alimentar no Brasil e apresentar uma proposta de política de segurança alimentar³ e de combate à fome para o país. O projeto Fome Zero interliga-se ao conceito de segurança alimentar formulado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)⁴, inclusive os programas⁵ e ações empreendidos no Brasil foram e são estimulados e recomendados pela FAO/ONU.

Após a descrição do programa que foi o objeto de estudo deste trabalho, analisemos *O quê?* especificamente foi pesquisado no trabalho, isto é, **o problema central da pesquisa**, que se desdobrou em uma questão elementar: o programa (objeto de estudo) foi uma conquista dos movimentos sociais do campesinato, ou seja, o PAA correspondeu a pauta de luta dos movimentos sociais camponeses ou foi apenas uma recomendação dos organismos internacionais para a solução emergencial de problemas sociais? A partir do método

³ Uma questão que perpassará toda a dissertação é a contraposição entre dois conceitos elementares para se compreender a questão agrária e as lutas sociais na era do neoliberalismo: segurança alimentar e soberania alimentar. O primeiro conceito foi formulado pela FAO na década de 1990, se tornou um direito humano e passou a ser o pilar das políticas agrícolas de desenvolvimento recomendadas pelos organismos internacionais a partir desse período. Tal conceito abarca o direito permanente a todo ser humano ao acesso a alimentos saudáveis e em quantidade adequada. Garantir a segurança alimentar é um passo importante na conquista dos direitos democráticos, conquanto, assegurar uma alimentação adequada não provoca alterações na estrutura do sistema capitalista, assim como o conceito de soberania alimentar propõe e que os movimentos sociais defendem: a luta pela autonomia dos povos em relação ao modo de produzir os alimentos, de acordo com suas necessidades e cultura. No capítulo 1 trataremos de forma abrangente esses conceitos.

⁴ A criação da FAO antecede o fim da Segunda Guerra Mundial e seu germe teve início com a Carta do Atlântico, este documento não era um tratado de paz, mas uma declaração assinada pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill e pelo presidente dos Estados Unidos Roosevelt que firmava alguns princípios comuns de política nacional que seriam propostos com a finalidade de garantir mais humanidade para a sociedade. No ano de 1943, durante a Segunda Guerra Mundial realizou-se a Conferência de Alimentação de Hot Springs convocada pelo Presidente Roosevelt para discutir os problemas fundamentais ligados a reconstrução do mundo devastados pelas duas grandes guerras mundiais. Nessa conferência debateu-se principalmente as questões relacionadas a alimentação e a fome. Todavia, a FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) foi criada apenas em 16 de outubro de 1945, em Quebec (Canadá), como um órgão responsável por cuidar dos assuntos relacionados a fome e a desnutrição. Segundo Stédile e Carvalho (2012, p. 718) a FAO se tornou, nas últimas décadas, um organismo burocrático de pesquisa e banco de dados dos volumes da fome e da desnutrição ao redor do mundo, que ajuda a denunciar a realidade, mas sem forças para combatê-la perante os interesses das outras instituições supranacionais, tais como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), que se alinham completamente aos interesses do mercado capitalista.

⁵ Outro programa importante do governo semelhante ao PAA é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), criado ainda na década de 1950 com o intuito de alimentar os/as estudantes da rede pública na etapa básica de ensino. No entanto, somente na década de 1970 o programa passou a adquirir alimentos oriundos do mercado nacional e em 2009, por meio da Lei nº 11.947, 30% do valor repassado para o PNAE passou a ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária e comunidades indígenas e quilombolas. Por isso, apenas no ano de 2009 o PNAE passou a ser considerado um programa social governamental que compra os produtos da agricultura familiar, dos assentamentos e das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas e transferem para as instituições escolares. Dessa forma, PNAE vincula-se aos programas sociais de alimentação escolar, destinado ao atendimento universal do direito à alimentação às crianças que frequentam o ensino básico público. O PNAE está relacionado organicamente ao direito à educação, onde consta no art. 208 da Constituição Federal de 1988 e que foi atualizado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, o direito a todo o educando de ser atendido por meio de outros programas suplementares, inclusive o de alimentação, durante todo o período da educação básica.

materialista histórico-dialético problematizamos essas questões com a profundidade que tais temas exigem.

Primeiramente, precisamos entender o quão complexo é entender a luta histórica dos movimentos camponeses em torno da luta por políticas públicas que os englobasse e correspondesse a parte de suas demandas. Tal debate envolve questões que perpassam o Estado, as políticas públicas (particularmente o debate de políticas sociais), a luta de classes, o camponato, os movimentos sociais.

Um problema identificado é que o projeto fundamento do PAA (o Projeto Fome Zero, que se desdobrou posteriormente no Programa Fome Zero) foi baseado no conceito de segurança alimentar e recomendado por instituições internacionais, em uma verdadeira guerra a fome e a pobreza, e, por isso, poderiam não alterar a estrutura (a base econômica e a estrutura produtiva), servindo apenas como uma mola propulsora para o sistema capitalista se manter coeso. Segundo esse argumento, as políticas de combate a fome são restritas e correspondem a lógica neoliberal de mitigação dos problemas sociais existentes.

No entanto, é preciso que analisemos o outro lado, o das lutas históricas dos movimentos camponeses por políticas públicas que incentivem a produção e garantam a permanência dessa população em seus territórios. As lutas *pela* terra e as lutas *na* terra são expressões políticas das organizações dos movimentos sociais dentro da luta de classes. A disputa por legislações, recursos públicos, aparatos estatais, reconhecimento de direitos dessa classe camponesa é histórica no âmbito mundial desde os tempos de nascimento do Estado moderno burguês.

Para tanto, com base no método de Marx, o **objetivo principal** desse trabalho foi o de analisar criticamente as lutas *pela* terra e as lutas *na* terra como expressão da conquista do Programa de Aquisição de Alimentos, identificando quais as **contradições** do processo de materialização do PAA sob o ponto de vista da **luta de classes**, buscando desvelar a **essência** dos processos a partir da história, compreendendo os dois lados: as contradições da materialização do programa social enquanto conquista e fruto da luta de classes dos movimentos sociais do campo e também no que tange as recomendações dos organismos supranacionais para o provimento de políticas de combate a fome nos marcos do neoliberalismo.

Para corresponder ao objetivo principal, três objetivos específicos foram cumpridos. O **objetivo específico primeiro** foi analisar as relações de dependência desenvolvidas entre as nações latino-americanas e as diversas faces do imperialismo, ocasionando especificidades em

relação a configuração do Estado. Além disso, indagamos acerca do conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento propagados pelos organismos internacionais, que passaram a recomendar na fase contemporânea do capitalismo políticas públicas para que os países enquadrados na condição de “sub” superassem essa situação. Essas recomendações abarcam as políticas de combate a fome (no qual o objeto de estudo está inscrito) estimuladas por esses órgãos supranacionais.

Para tanto, primeiro trouxemos a perspectiva dos autores da Teoria Marxista da Dependência sobre o que seria a dependência e a configuração do Estado nessa conjectura, abordando em conjunto o tema do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Em seguida, nos propomos a identificar a nova faceta do imperialismo, manifestada nos organismos internacionais, que buscam disseminar um conceito de desenvolvimento com recomendações (e obrigações no que tange os ajustes fiscais e o pagamento da dívida pública) e diretrizes para que os países subdesenvolvidos pudessem seguir, o que somente reproduz as relações de dependência e de subordinação dessas nações em relação ao imperialismo.

O conceito de desenvolvimento tão propagado pela hegemonia capitalista reduz desenvolvimento ao conceito de crescimento econômico (e crescimento das taxas de lucros) como única saída para a economia e para a população, impossibilitando um olhar humano e sustentável para tais conceitos. Os movimentos sociais propõem um novo conceito de desenvolvimento ao desconstruir o hegemônico e visarem o desenvolvimento econômico sob outros valores e filosofias. Os autores-chaves desse capítulo serão Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos, Florestan Fernandes, Augustin Cueva, entre outros. A articulação Estado, dependência, questão agrária brasileira e governo serão as palavras-chaves desse primeiro capítulo.

Por último, problematizaremos as recomendações internacionais das políticas de combate à fome e a pobreza, analisando as singularidades das políticas sociais no capitalismo dependente e as contraposições entre os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar, compreendendo o Programa Fome Zero (programa ligado as políticas de combate à fome, no qual o PAA é o principal ao lado do Bolsa-família) na relação com esses conceitos.

O objetivo específico segundo foi o de compreender amplamente a categoria do campesinato e se poderíamos considerá-lo uma classe, isto é, um sujeito histórico atuante na luta de classes e que conquistou espaços e políticas públicas na correlação de forças do Estado dependente

brasileiro. Para tanto, nos aprofundamos nas raízes históricas e teóricas (que não se dissociam) dessa categoria.

Na Europa, desde o século XIX, esse debate foi central para compreender as revoluções burguesas e socialistas, a partir de Marx, Engels, Lênin, Kautsky, dos narodnistas russos, de Chayanov e posteriormente de Shanin, o campesinato teve um papel fundamental no panorama político e que exigiu um esforço teórico dos autores (que também eram políticos, sujeitos atuantes no caso da Rússia). As análises de Marx sobre a questão agrária e as reflexões sobre a inserção do capital na agricultura dos autores clássicos foram importantes para reflexionarmos sobre a categoria do campesinato, inclusive os esforços teóricos do autor sobre os tipos de renda da terra precisam ser considerados em qualquer análise crítica sobre a realidade latino-americana e a intensiva expansão do agronegócio. Além do mais, as análises dos autores a partir da perspectiva de Marx sobre o campesinato e dos termos “classe em si” e “classe para si” foram fundamentais no debate do campesinato enquanto classe. Assim, no capítulo segundo teceremos compreensões e análises clássicas acerca do campesinato europeu e de Marx sobre o capitalismo agrário.

O objetivo específico terceiro foi analisar o PAA como parte das lutas do campesinato e das contradições e limites que estes enfrentam com os organismos internacionais e com o Estado. Apesar de o programa ter sido materializado em 2003, o PAA carrega em si todas as lutas e conquistas históricas dos povos oprimidos do campo, perpassando as lutas pela Reforma Agrária até as lutas mais atuais pela permanência da população nos territórios agrários conquistados.

Primeiramente, aprofundamos na formação do campesinato brasileiro, adentrando na problematização desse conceito sob a perspectiva da América Latina e das reflexões teóricas do debate brasileiro essenciais no entendimento dos desdobramentos políticos que algumas incompreensões teóricas trouxeram para o cenário brasileiro. Ademais, ao reconstruirmos historicamente a categoria do campesinato, vislumbramos a importância dos movimentos sociais que têm cumprido uma função de recriação da identidade do camponês a nível mundial, a partir da Via campesina e a nível nacional com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Em seguida, examinamos as lutas sociais históricas dessa classe camponesa no Brasil, nos termos da luta *pela* terra – o que concerne a luta pela Reforma Agrária – e da luta *na* terra –

relacionada às lutas pela permanência nas terras conquistadas e que abarcam o programa aqui analisado – ambas as lutas precisam ser compreendidas organicamente, uma vez que a luta pela terra é condição primordial para a luta na terra. Problematicamos se de fato o PAA se insere nas pautas dos movimentos sociais a partir das perspectivas filosóficas e políticas dos movimentos sociais, principalmente do MST e da Via Campesina. Para ao final indagarmos se de fato o PAA abarca as demandas dos movimentos sociais ou se podem ser considerados programas de cunho assistencialistas impulsionados pelos próprios organismos internacionais. Ou como o próprio método dialético nos guia: podemos entender o PAA enquanto recomendação capitalista para manter a coesão social, mas que apenas foi realizado a partir da luta histórica dos movimentos sociais que vêm renascendo com força no movimento “anti-globalização”.

Logo, **a hipótese principal** foi a de que os programas aqui analisados são fruto da luta dos movimentos sociais de um campesinato compreendido enquanto uma classe política e social. Os objetivos específicos se relacionam diretamente com os capítulos da dissertação e em totalidade representam o objetivo principal do trabalho. O método de exposição da pesquisa partirá do mais amplo para o mais específico em todos os capítulos e ao longo da dissertação.

A realidade atual de corte dos gastos desse programa também pode nos trazer respostas e novos questionamentos em relação a reestruturação do capital a nível global e novas recomendações dos organismos, ao ampliar o rigor do ajuste fiscal e a intervenção governamental dentro da conjuntura atual da política brasileira. Importante destacar que a proposta da dissertação foi a de trazer novos (e antigos) olhares para assuntos complexos, problematizar, construir uma análise crítica, sem respostas exatas ou fechadas, toda pesquisa é baseada em acúmulos teóricos, em desconstruções e construções de outras perspectivas a partir da realidade como se apresenta. Muito mais que respostas, pretendemos trazer conhecimento e novos questionamentos.

Através desses objetivos propostos, a indagação que se coloca é *como* (?) problematicamos e nos aprofundamos nessas questões tão complexas? Fizemos isso analisando as bibliografias referentes ao tema, as pautas dos movimentos sociais, os documentos, a história desses movimentos camponeses. Além disso, compreendemos o Estado, as entidades patronais, a articulação com o imperialismo e a noção do desenvolvimento que é tão divergente entre os dois polos dialéticos da luta de classes: para a filosofia do MST e da Via Campesina e para a filosofia dos organismos internacionais.

Conquanto, a realidade é complexa e permeada por contradições, ao pesquisarmos acerca de temas tão abrangentes como a fome, políticas públicas, campesinato, luta de classes, é imprescindível o cuidado em utilizar um método científico que considere o todo do objeto de pesquisa, sem perder o olhar para suas particularidades e para o problema de estudo em si. A conexão entre a história e o presente, a estrutura e a conjuntura, o abstrato e o concreto, a essência e a aparência serão cruciais para uma análise crítica, ampla e baseada no método escolhido. A materialização desses programas envolve questões **conjunturais** do próprio movimento do capitalismo e das dinâmicas internas do Estado e envolve elementos **estruturais** vinculados a estrutura produtiva e a história.

Relacionado à estrutura, ao considerarmos o campesinato uma classe social, econômica e política⁶ com suas dinâmicas e singularidades, **a luta de classes** no espectro do capitalismo dependente brasileiro – cujo cerne histórico do subdesenvolvimento econômico e social gira em torno da questão agrária – precisa ser compreendida de forma ampla, estrutural a questão econômica e em articulação direta com os movimentos dinâmicos do capital, da classe dominante e de seu instrumento principal de legitimação, o Estado; sem perder de vista as especificidades históricas oriundas de um capitalismo que se desenvolveu a partir da exploração dos recursos naturais da América Latina e dos povos que aqui habitavam, do genocídio de grande parte destes e da escravidão africana.

No que tange a conjuntura, ao realizarmos o caminho inverso no tempo, retrocedermos para o ano de 2003. Há 16 anos, início do Governo Lula, ano no qual o PAA passou a ser implementado e o país apresentara alto crescimento econômico⁷. As parcerias comerciais externas, principalmente com a China, haviam rendido volumes altos de exportação e os preços das *commodities* no mercado financeiro estavam em alta. Foi nesse contexto de elevado índice de crescimento econômico propiciado também pela nova divisão internacional do trabalho e de um crescimento da acumulação de capital global que os programas sociais foram implementados, contraditoriamente, tal crescimento econômico (e, portanto, conjuntural) no Brasil foi provocado principalmente pelo aumento das exportações agrícolas e com o estímulo estatal ao agronegócio. Com “folga” nas receitas estatais, os programas sociais foram

⁶ Essa discussão será contemplada ao longo dos capítulos dessa dissertação, principalmente no capítulo 2 e 3.

⁷ O ano de 2003 também foi o ano em que a Proposta de Emenda Constitucional 047/2003 que garantia o direito à alimentação enquanto um direito social foi enviada para as comissões e casas legislativas para a aprovação, porém, a Emenda Constitucional 064/2010 foi colocada em vigor apenas no ano de 2010, estabelecendo, dessa forma, o direito social (constitucionalizado) à alimentação. O PAA e o PNAE foram implementados sob as bases do direito humano à alimentação.

concretizados.

As recomendações dos organismos internacionais por políticas de combate à fome e a conjuntura política e econômica favorável ao ano de 2003 para a implementação desses programas são fatores determinantes e que precisam ser levados em consideração, mas que por si só não explicam a realidade concreta e as conquistas que o campesinato e os pequenos agricultores ao longo da década 2000 têm adquirido através de lutas. Por isso, o olhar crítico para a história torna-se elemento principal para que cumpramos os objetivos outrora firmados.

Relevância social e justificativa

Afinal, qual a relevância social e científica de compreendermos as contradições da implementação dos programas sociais vinculados ao direito humano à alimentação no Brasil? Prattes (2003) considera importante antes de pesquisarmos, nos indagarmos o **porquê pesquisamos?** Segundo a autora,

[...]investigamos para responder a indagações que nos são postas pela realidade. Logo, uma pesquisa deve responder sempre a um problema, seja teórico ou prático. Em se tratando do referencial dialético crítico sempre será teórico-prático porque tem a transformação do real como finalidade, o que só pode ser realizado a partir dessa unidade necessária.

Buscamos nessa pesquisa analisar criticamente o Programa de Aquisição de Alimentos sob o ponto de vista histórico da luta de classes – de um lado os movimentos camponeses e do outro o capital, que se materializa no Estado e nas classes dominantes – com o intuito que essa dissertação sirva de base teórica e prática para os movimentos sociais, camponeses, Sem Terra, intelectuais, políticos, aparato estatal, sociedade acadêmica como um caminho de acesso à formação política, entendendo amplamente em que conjuntura e estrutura esse programa foi criado e quais são suas contradições. A proposta foi a de utilizar o referencial teórico marxista para analisar criticamente com o horizonte de superação do capitalismo e de transformação da sociedade. O objetivo final desse trabalho é o de torná-lo um instrumento político e de fácil acesso para todas as classes (com suas culturas e dialetos particulares), para isso, a intenção ao utilizar as palavras no decorrer da dissertação foi a de facilitar a compreensão, sem perder o rigor científico.

A relevância científica e a relevância social se interligam mutuamente quando pensamos a partir do método de Marx. Ambos os programas são conectados ao direito humano à alimentação e às políticas de combate à fome e à segurança alimentar fomentadas pela ONU, a questão da fome e do direito à alimentação são questões necessárias quando inclusive

pensamos na filosofia criada por Marx, que coloca não mais Deus ou o lucro no centro do planeta Terra, mas o próprio homem, a mulher e a natureza (o homem/mulher não são parte da natureza? E por isso, a própria natureza?). A questão do alimento é central para pensarmos esse novo homem e essa nova mulher, a energia vital de todo ser humano é o alimento, a água, a energia solar, o oxigênio. Sem natureza não existe vida. O modo de produção capitalista tem esgotado cada vez mais os recursos naturais do planeta, findando consequentemente a própria vida.

O modo de produção capitalista atual produz mercadorias, produtos agrícolas recheados de venenos agrícolas com a permissão do aparato estatal⁸ e dos órgãos internacionais. Alimento é vida, é saúde. O que se vende é ao contrário, é veneno. O Brasil é um dos países que mais consome agrotóxico no mundo⁹, segundo o Dossiê Abrasco¹⁰ realizado no ano de 2015 um terço dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros está contaminado pelos uso dos venenos agrícolas. O agronegócio abrange uma gama de setores de capital nacional e principalmente capital estrangeiro: a indústria química (de fertilizantes, adubos, sementes transgênicas), os grandes comércios e distribuidoras, os grandes latifúndios, a estrutura bancária de crédito, o setor financeiro de vendas de terras e de especulação no mercado internacional sobre o preço das *commodities* (STÉDILE, 2012).

No espectro da revolução verde da década de 1970, o agronegócio se tornou um ramo lucrativo, com muitas possibilidades de indústrias e setores interligados. O pacote tecnológico acompanhado de uma “modernização dolorosa” (DA SILVA, 1980) no Brasil principalmente a partir da década de 1960 e 1970 adentrou também na lógica do modo de produzir dos pequenos e médios agricultores, quase sempre o crédito (fornecido pelas agências bancárias estatais ou privadas) necessário para o fomento da atividade produtiva agrícola vinha acompanhado de uma condicionalidade: a venda do pacote tecnológico.

A relevância social perpassa o debate sobre a vida, a fome, a pobreza, o meio ambiente;

⁸ Atualmente, a bancada ruralista e o governo Temer tentam aprovar nas instâncias jurídicas brasileiras a liberação do uso do glifosato pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), agrotóxico proibido em países desenvolvidos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/08/19/governo-temer-e-setor-dos-agrotoxicos-tentam-impor-liberacao-do-glifosato/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

⁹ Perigo: o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/apreaa/noticia/perigo-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxicos-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

¹⁰ DOSSIÊ ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Disponível em: <http://contraosagrotoxicos.org/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

assuntos cruciais que precisam ser tratados dentro da universidade e fora dela. É a defesa de uma vida digna para todo ser humano. A relevância científica seria justamente analisar objetivamente a partir de um método científico essa realidade, com a proposta de transformá-la, pensando novas relações sociais do indivíduo com ele mesmo, com o seu semelhante e com a natureza. A teoria e a prática precisam caminhar juntas.

O estudo a respeito do movimento político e social do campesinato engloba a defesa da terra, da água, do alimento agroecológico, de uma cultura diferenciada e de uma nova forma de relação com a natureza. O Brasil, país cuja economia se sustenta a partir do agrário, tem em sua estrutura fundiária a histórica concentração e centralização das terras e agora, com o avanço do agronegócio, a mecanização e a expulsão dos trabalhadores rurais do campo, a expansão das fronteiras agrícolas (STÉDILE, 2012; DELGADO, 2010) e a intensificação das vendas das terras (incluindo a água, as minas, as terras dos quilombolas, indígenas e assentados) apenas reforça o quanto a discussão sobre os programas sociais de combate a fome no Brasil são urgentes, uma vez que, como vimos, esse tema contempla tantas problemáticas. A principal que defenderemos ao longo da dissertação é a essência para compreender todas as contradições da materialização do direito à alimentação no Brasil a partir do lançamento do PAA: a relação entre capital e trabalho.

A questão da fome torna-se elementar quando tratamos da questão agrária e da questão social, de uma forma geral. A fome e a desnutrição se relacionam diretamente entre si, enquanto a primeira se caracteriza pela ausência de ingestão de alimentos por longos períodos, a segunda refere-se a uma condição patológica provocada ou pela fome ou pela insuficiência de fontes de vitaminas e nutrientes essenciais para um desenvolvimento físico considerado saudável. De acordo com o relatório da FAO do ano de 2015 sobre a Insegurança Alimentar, estima-se que no mundo cerca de 725 milhões de pessoas estão subnutridas. Na América do Sul, de 1990-92, 15,1% da população era composta por pessoas subnutridas, nesse relatório de 2015 a perspectiva para 2014-2016 era de que esse número fosse um pouco menor do que 5%¹¹ após a instauração de programas sociais de redistribuição de alimentos. Nas regiões consideradas subdesenvolvidas esse índice é mais elevado em comparação às sociedades ditas desenvolvidas.

Além disso, o PNAE (que apresenta a mesma forma de intervenção governamental que o PAA)

¹¹ Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. *The state of food insecurity in the World. Nações Unidas*, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

foi considerado, de acordo com o relatório da FAO de 2014 sobre o *Estado de insegurança alimentar no mundo 2014* um dos principais exemplos de políticas públicas de combate à fome e à segurança alimentar e nutricional. Além de incentivar a produção camponesa por meio do mercado institucional, alimenta as crianças da educação pública básica com alimentos saudáveis, provenientes de regiões próximas às escolas e geralmente com produtos agroecológicos. Enquanto que em 1990, 14,8% da população brasileira tinham o seu direito à alimentação restringido no ano de 2014 – com implementação das políticas de combate à fome – esse valor diminuiu para 1,7%¹².

Entretanto, a realidade atual é preocupante em relação à continuação desses programas sociais. A luta atual tem sido pela resistência e permanência de políticas e direitos antes conquistados. O que torna ainda mais relevante construirmos pesquisas que tragam a perspectiva do campesinato e da luta histórica destes por uma fração de terras e por políticas que incentivem a produção dos pequenos produtores e a consequente permanência destes no campo.

Outra problemática da contextualização atual é o “retorno” do aumento da pobreza extrema e, conseqüentemente, da fome no Brasil. Apesar do Brasil ter saído do Mapa da Fome no mundo da ONU em 2014, quando as taxas de subnutrição alcançaram valores menores a 5% em relação a toda população, relatórios atuais têm indicado que o Brasil poderá voltar ao Mapa da Fome, uma vez que os dados da extrema pobreza no ano de 2017 voltaram a apresentar o patamar equivalente ao período de 12 anos atrás¹³. Além disso, os programas sociais tiveram redução no orçamento de até 96% em 4 anos¹⁴, em relação ao PAA, no acumulado de 2017, a queda foi de 94%.

O cenário atual é de intensificação das reformas neoliberais, de privatização, de venda das terras brasileiras, do pré-sal e das empresas estatais para o capital estrangeiro, do sucateamento da saúde, da educação com o corte do orçamento público e o ajuste fiscal, de precarização das condições de trabalho e de aposentadoria com a reforma trabalhista e (e se aprovada) a reforma previdenciária. O período também é de explosão da dívida pública e do alto pagamento de

¹² **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Programa contribui para política de combate à fome no Brasil, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/20800-programa-contribui-para-politica-de-combate-a-fome-no-brasil>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

¹³ DOMENICI, T. Extrema pobreza atinge níveis de 12 anos atrás e Brasil deve voltar ao Mapa da Fome, 2018. **Justificando.** Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/07/11/extrema-pobreza-atinge-niveis-de-12-anos-atras-e-brasil-deve-voltar-ao-mapa-da-fome/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

¹⁴ SIMÃO, E.; PUPO, F. Programas sociais têm corte de até 96% em quatro anos, 2017. **Valor Econômico.** Disponível em: < <https://www.valor.com.br/brasil/5149370/programas-sociais-tem-corte-de-ate-96-em-quatro-anos>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

juros e amortizações, de déficit (estrutural) no Balanço de Pagamentos; ademais, o contexto é de investimento extraordinário do Estado brasileiro (com incentivos fiscais, desonerações e políticas de crédito) para fomentar o agronegócio, aumentar as exportações agrícolas e gerar saldos positivos na Balança Comercial, inclusive investindo em propaganda ideológica passada em horário nobre na Rede Globo *Agro é Pop, Agro é Tech*.

Na aparência, o problema é do exacerbado gasto público do Estado em relação aos programas sociais. Sob as mordanças da grande mídia, o assunto sobre a dívida pública é velado, de onde mais se drena recursos públicos e que são direcionados ao capital financeiro. O problema da fome, da pobreza torna-se um problema individual. A questão principal para a teoria hegemônica é a de garantir crescimento econômico para a economia brasileira, só dessa forma o país sairia da crise, gerando emprego e renda.

O discurso hegemônico e dominante da grande mídia, dos economistas ortodoxos, dos empresários é o de que o Estado gastou muito com programas sociais, que Ele (em referência ao Estado) precisa ser reduzido, contraído, ajustado, para pagarmos a enorme conta da dívida pública. Os discursos mantem a ideia de que essa dívida foi “criada” principalmente pelos vultosos programas sociais que tanto gastam e custam aos cofres públicos e que ainda levaram a economia brasileira para o declínio. De acordo com tal análise, esse Estado brasileiro gastador e ineficiente precisa ser reduzido, para que a economia brasileira volte a crescer e o estrangeiro investir novamente no país.

É preciso desmistificar os véus da aparência da sociedade e construirmos pesquisas que fortaleçam a criticidade histórica dos movimentos que levam a desigualdade, a pobreza e a fome das sociedades mundiais. Com o intento de construir uma nova filosofia de vida, respeitando a vida em suas diferentes formas de existência.

Metodologia

Qualquer que seja uma pesquisa teórica, a escolha do método científico consiste no elemento central, que *guiará* o planejamento, o desenvolvimento (a análise crítica) e a conclusão da pesquisa, garantindo cientificidade, seriedade e validade aos argumentos, ideias, categorias e pressupostos que serão apresentados no andamento do estudo.

A questão do método é uma das problemáticas mais complexas e centrais das ciências sociais (NETTO, 2011). Ao pesquisarmos os problemas da questão social, exige-se um estudo amplo,

crítico, uma vez que não há como pesquisar acerca dos problemas que permeiam a sociedade sem ao menos compreender os dilemas que envolvem o Estado, a economia, a política, por isso, a questão do método nas ciências sociais torna-se tão complexa (assimilar a complexidade da questão social e que ela se relaciona com uma totalidade de múltiplas relações e determinações já faz parte da escolha de um método de pesquisa).

Principalmente nas pesquisas dos cientistas sociais, a raiz do método compreende questões de caráter **filosófico**, da indagação do pensador acerca da natureza (essência) do ser “homem”, de suas relações com os outros homens e com a natureza, do sentido e razão da vida, da metafísica, questões estas que mais uma vez cercam uma gama de outras discussões (inclusive sobre o Estado, a sociedade, a economia, já citados anteriormente, e a religião). A filosofia consiste na origem da ciência ocidental. A escolha de um método, de certa forma (ou de toda forma), relaciona-se com a perspectiva do/a pesquisador/a sobre o que é ser **humano**, ou seja, faz-se uma opção que também é **política**.

A metodologia do trabalho consistiu na análise de teses, livros e artigos relacionados ao amplo tema da Questão Agrária brasileira, da Teoria Marxista da Dependência e do debate marxista sobre Estado e classes. Os autores que estudamos se basearam e interpretaram suas análises a partir do método e da teoria de Marx e Engels, inclusive, durante a dissertação estes autores foram revisitados para que possamos compreender lacunas existentes outrora estudados e para que tenhamos as respostas (ou indagações) sobre temas inquietantes.

Assim, a presente dissertação foi desenvolvida e guiada tendo como base o método científico e filosófico construído por Karl Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) ao longo de décadas de pesquisas, análises e desenvolvimento teórico e metodológico.

A construção de um método de pesquisa nas ciências sociais é a construção de um pensamento teórico, de um olhar crítico para a realidade, para a sociedade, para as relações sociais. O rigor metodológico é fundamental, contudo, toda pesquisa é única, porque todo pesquisador/a tem o seu próprio olhar sobre a realidade, o processo de abstração e retorno para o concreto pensado são peculiares a cada indivíduo. Apesar disso, ao estudarmos as ciências sociais parte-se de uma **realidade objetiva, material, real**. O processo de abstração e captura da realidade são subjetivos, contudo, sobressaltam de uma realidade objetiva. Por isso a importância de um método científico que oriente o processo de abstração e a captação das categorias, conceitos e elementos essenciais pelo pesquisador/a.

O objeto de estudo é um elemento atual, no entanto, para se compreender a **essência** das contradições do programa e da luta de classes tornou-se fundamental o resgate as raízes históricas e as análises e categorias desenvolvidas por autores que interpretaram e interpretam o desenvolvimento das forças produtivas do capital na América Latina e por autores que analisaram o campesinato enquanto categoria histórica e política e em movimento com as dinâmicas de reprodução do capitalismo dependente.

Não somente os autores latino-americanos, mas foi preciso retornar o olhar para os clássicos Marx, Engels, e também autores considerados por alguns como “marxistas ortodoxos”, destacamos Lênin e Kautsky. Procurar na fonte os questionamentos feitos foi esclarecedor. O caminho de partir da realidade e retornar à história do objeto, buscar a natureza das contradições que permeiam o objeto, compreender no nível da aparência e da essência os fenômenos conjunturais e estruturais que o objeto de pesquisa se circunscreve, conectar as múltiplas determinações, fenômenos e estruturas em um todo, para então, recortar o objeto e compreendê-lo a partir desse todo; toda essa trilha de investigação para analisar criticamente as contradições do objeto de pesquisa faz parte do método e é o próprio método.

Marx construiu um método de análise, de pesquisa e de exposição que permitiu e permite aos cientistas econômicos, sociais e políticos entenderem o concreto através de múltiplas determinações abstratas configuradas em categorias simples e complexas, em uma análise dinâmica e histórica do real. **O concreto é o ponto de partida da análise, assim como é o resultado.** Precisamos partir da realidade concreta, fazer as mediações abstratas categoriais e retornar o olhar novamente para o concreto, mas dessa vez esse concreto é pensado e construído com as categorias e determinações abstratas.

[...]O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2008, p. 258).

O presente trabalho se baseou nas categorias e leis tendenciais (objetivas) econômicas fundamentais do sistema capitalista elaboradas por Marx. Além do mais, fez-se necessário partir do mais abstrato e geral para o mais específico, o que pode ser feito conhecendo os diversos níveis de abstrações que precisamos desvendar para chegar a realidade concreta pensada. Conhecer as categorias de Marx foi crucial para entendermos o funcionamento e a anatomia interna do modo de produção capitalista, entretanto, foi preciso ir além e conhecer

as categorias desenvolvidas pelos autores marxistas do início do século XX, que tratavam de uma realidade diferente do que a de Marx, talvez ainda mais complexa.

Esses autores viviam em uma fase de expansão do capitalismo a nível mundial, de partilha do globo terrestre entre as nações mais influentes do período, cujos interesses dos ocidentais (europeus e norte-americanos) passaram a ser assimilados como interesses de todo o mundo. Os autores mais influentes Lênin e Trotsky analisaram a questão do imperialismo, do domínio do capital monopolista, da expansão dos mercados capitalistas (e de toda a violência e expropriação colonial), enquanto Lênin¹⁵ pensou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo e pesquisou sobre a incidência maciça do setor financeiro nessa nova etapa, Trotsky¹⁶ criou a categoria desenvolvimento desigual e combinado para compreender a dialética que encobre a questão do subdesenvolvimento econômico de algumas nações (e capitais) e que resulta no desenvolvimento de outras nações (e outros capitais).

Todavia, ao analisarmos a realidade brasileira precisamos conhecer aspectos precisos e específicos dessa formação social e histórica. Entendendo a Teoria Marxista da Dependência como um complemento às teses do imperialismo, compreende-se necessário uma teoria que analise a forma como o capitalismo adentrou especificamente a América Latina, dada as diferentes formas que o capital se manifesta historicamente.

Os autores da Teoria Marxista da Dependência (Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Marcelo Carcanholo) e outros autores que não são considerados da Dependência, mas pesquisaram acerca da realidade latino-americana (Florestan Fernandes, Agustín Cueva, Ciro Cardoso, Martins, Maestri, Jacob Gorender, etc) serão elementares para compreender a *essência* dos processos históricos do capitalismo dependente latino-americano e as específicas relações sociais e de produção estabelecidas interna e externamente dadas as singularidades das formações histórico-sociais dos países da América Latina, cuja herança colonial e escravocrata permitem uma identidade entre as nações da região. Tanto a teoria de Marx quanto a Teoria Marxista da Dependência são teorias que intentam explicar a realidade e transformar radicalmente as estruturas da sociedade capitalista.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma **análise documental** de pautas, cartilhas dos movimentos sociais e dos organismos internacionais, legislações do Estado brasileiro que

¹⁵ LENIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

¹⁶ TROTSKY, León. História da revolução russa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

serão elementares para corresponder ao método utilizado e aos objetivos propostos. Centramos em algumas palavras-chaves nas cartilhas, pautas e documentos dos movimentos sociais: campesinato, soberania alimentar, agroecologia, Reforma Agrária.

Procuramos identificar como esses termos foram e são tratados pelos movimentos e quais as principais lutas e pautas de reivindicação, se o PAA é um programa que faz parte da luta dos camponeses e pode corresponder (mesmo que em partes) aos objetivos que propõe o conceito da soberania alimentar (a principal luta dos movimentos sociais nacionais e internacionais camponeses), que carrega intrinsicamente os conceitos de agroecologia e da Reforma agrária, sem ambos não se conquista a soberania alimentar popular dos povos, que é condição para a autonomia e soberania nacional.

Ao tratarmos do campesinato e das lutas provenientes do campo precisamos revisitar a história, porém, o objeto de estudo é recente, foi fruto do Programa Fome Zero, iniciado no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003 e teve o seu esvaziamento (no que tange os recursos públicos destinados) no ano de 2019. Para entender essa conquista e a sua retirada precisamos examinar ampla, histórica e criticamente as questões que transpassam a luta de classes e a materialização do direito à alimentação no Brasil, expressa principalmente a partir do Programa Fome Zero.

2. Capítulo 1 - Dependência, desenvolvimento e políticas de combate à pobreza: que face tem o imperialismo?

Consonante ao objetivo específico primeiro, este capítulo 1 pretendeu analisar as configurações do capitalismo dependente da América Latina e o papel do Estado¹⁷ na reprodução do modo de produção capitalista, paralelamente às novas configurações do capitalismo e do imperialismo em sua fase contemporânea, manifestadas, principalmente, pelas instituições internacionais do sistema financeiro e econômico.

As recomendações dadas por esses organismos internacionais aparecem como fórmulas para que os países das regiões da periferia do sistema lograssem um desenvolvimento e superassem a condição de “sub” com base na teoria desenvolvimentista e na fase mais atual fundamentada na teoria neoliberal. As instituições formulam políticas econômicas e políticas sociais como condição para que haja aumento nas taxas de crescimento econômico das nações. O Programa Fome Zero coincide com as políticas de combate à fome estimuladas pela ONU e que são ancoradas no direito humano à alimentação e no conceito de segurança alimentar.

Todavia, ressaltamos a importância das classes dominantes (nacionais e internacionais) na hegemonia política e econômica do capitalismo e do Estado na legitimação e reprodução do sistema e na elaboração e materialização das políticas públicas. No contexto do capitalismo dependente, as configurações do Estado e das classes adquirem novas facetas advindas dos processos históricos e da estrutura produtiva que se ergueu nessas específicas realidades.

Para tanto, primeiro problematizamos brevemente a questão do Estado para Marx e para os autores liberais e marxistas e depois a perspectiva dos autores da Teoria Marxista da Dependência sobre o que seria a dependência e a configuração do Estado nessa conjectura, abordando em conjunto o tema do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Feito isso, indagamos sobre a nova faceta do imperialismo, manifestada nos organismos internacionais, que buscam disseminar um conceito de desenvolvimento com recomendações (e obrigações

¹⁷ Há diferenciações conceituais entre Estado e Estado-Nação, utilizaremos tanto Estado quanto Estado-Nação, aqui referenciamos Bresser-Pereira sobre ambos os conceitos. O autor coloca estado-nação em minúsculo para “poupar as maiúsculas”; nessa dissertação optamos pelo uso do Estado-Nação em maiúscula. “Estado e estado-nação, sociedade civil e nação, classes e as coalizões de classe são conceitos políticos situados no quadro da revolução capitalista que tende a acontecer em cada país, ou seja, da formação do estado-nação e da revolução industrial nesse país. Cada povo que partilha uma etnia e uma história comum busca se constituir em nação, controlar um território e construir seu próprio Estado, dessa forma se constituindo em estado-nação. Neste quadro, o estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 156).

no que tange os ajustes fiscais e o pagamento da dívida pública) e diretrizes para que os países subdesenvolvidos pudessem seguir, o que somente reproduz as relações de dependência e de subordinação. Ressaltaremos a importância essencial das classes dominantes e do Estado nesse processo de reprodução da dependência ao reforçarem e legitimarem os interesses do imperialismo.

Por fim, problematizamos as recomendações internacionais das políticas de combate à fome e a pobreza, discorrendo sobre as particularidades das políticas sociais na América Latina e a contraposição entre os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar, realizando uma análise crítica do Projeto Fome Zero, o principal ligado as políticas de combate à fome, no qual o PAA é um dos principais programas.

2.1 Dependência, Estado e Desenvolvimento

Para adentrarmos nos estudos da América Latina, é preciso que analisemos a formação histórica, social e econômica da região de acordo com o método marxista, tendo em mente a história de colonização latino-americana e de formação do capitalismo industrial na Europa. Posto as relações de dependência na América Latina, os Estados-nações desse continente também terão particularidades próprias oriundas dessas relações.

Examinar a contradição entre capital e trabalho e a dinâmica global do capitalismo, que se expande e domina as diversas regiões do globo terrestre é o fundamento para compreender os movimentos da reprodução das condições de dependência dos países periféricos. Em uma cinesia dialética, é preciso ter em mente o todo sem perder de vista que tais dinâmicas gerais impactarão de formas diversas em cada território.

Inicialmente, consideramos importante o olhar breve para a teoria de Marx. O autor começou a sua pesquisa buscando entender a filosofia alemã e o conceito de sociedade civil e sua relação com o Estado, para depois identificar o que realmente importava no primeiro momento de sua teoria: a relação capital *versus* trabalho.

A discussão da natureza humana e da sociedade civil burguesa que crescia no Renascimento do Iluminismo permeou por muito a filosofia ocidental. Marx propôs uma crítica a essa filosofia, indicando uma nova forma de pensar a natureza do ser humano, do ser social, da “moderna” sociedade civil e que se interliga diretamente a discussão do Estado. Os autores clássicos como Hobbes, Rousseau, Locke buscavam na essência do ser humano uma

justificativa para o pacto social entre os indivíduos, isto é, a abdicação do poder decisório do indivíduo em troca da garantia da defesa da propriedade privada pelo Estado.

Marx buscou a compreensão filosófica do indivíduo e da produção material para subsistir os indivíduos. Logo no início da *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), Marx escreveu que em primeiro lugar o tema é a produção material “como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida” (MARX, 2008, p. 237). Pensar o indivíduo é pensar também o modo de produzir materialmente os meios de sobrevivência (as necessidades básicas) do sujeito que independente do tempo histórico é feito ou pelo trabalho ou através da apropriação do trabalho alheio.

As discussões filosóficas sobre a essência do ser humano continuaram ao longo de todas as obras de Marx e está presente tanto nos textos iniciais de Marx como em *Crítica à filosofia do direito de Hegel. Introdução* (1843) e na introdução do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859). Neste último, Marx iniciou com a crítica às concepções naturalistas de Smith e Ricardo acerca da natureza do ser humano, que desprendido da historicidade, atribui naturalidade as relações sociais estabelecidas entre os seres humanos. Inclusive, Marx citou *O contrato social* de Rousseau, livro no qual o autor estabeleceu que o estado social (o Estado) seria derivado de um pacto entre os indivíduos, que abdicariam da liberdade natural, do estado de natureza, para se unirem a outros indivíduos e garantirem seus interesses contra as ofensivas externas. A natureza do homem seria essa: egoísta, individual e competitiva. Que precisariam de um pacto social, ou seja, de alienar o poder decisório para viver em coesão social. Para Locke (1978, p. 38) o governo civil seria “a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza” dos indivíduos.

Outro autor clássico que abordou essa questão foi Hobbes (1978), segundo ele as paixões naturais dos homens os levam a condição de disputa uns com os outros, agindo contrariamente às leis naturais (a exemplo da justiça e equidade). O fato dos seres humanos usufruírem da racionalidade favoreceria os conflitos em favor dos interesses particulares de cada indivíduo e de seus próximos, competindo constantemente pela honra e reconhecimento. Segundo o autor, mesmo que os homens conseguissem vencer um inimigo estrangeiro, após as batalhas, eles guerrearão entre si, pois prevaleceria a busca do bem individual *vis-à-vis* do bem coletivo. O poder soberano poderia ser representado por um homem ou por uma assembleia de homens, dessa forma, “a multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado”

(HOBBS, 1978, p. 61), esse poder supremo denomina-se o grande Leviatã, o Deus Mortal. As pessoas cedem o direito de governar elas mesmas e transferem para um representante, autoriza-se, dessa forma, o uso dos recursos de todos os súditos por um único poder decisório, a fim de se defenderem dos inimigos e dos conflitos uns com os outros, estabelecendo a paz e a defesa do comum.

Marx desconstruiu a filosofia clássica e a concepção naturalista do indivíduo e das relações sociais, e conseqüentemente, provocou uma nova forma de pensar o que é o Estado. Para Marx, “o homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* [animal político - grego - N.E.], não somente um animal sociável, mas também um animal que não se pode isolar senão dentro da sociedade” (MARX, 2008, p. 239). A essência do homem não é egoísta e competitiva, o ser humano é um animal político, ele nasce em condições sociais determinadas. Para se reproduzir socialmente e materialmente, o homem necessariamente precisa estabelecer relações sociais e de produção, contrárias a vontade do indivíduo, em prol da sobrevivência.

O parágrafo abaixo foi extraído do prefácio do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política (1859)*, o autor relatou que ao estudar as formas do Estado a partir da filosofia Hegeliana percebeu que não seria possível entender a sociedade, o homem e o Estado sem antes compreender como funcionava o modo de produção capitalista, como a sociedade produzia materialmente suas condições. Nesse mesmo parágrafo, Marx dá ênfase para esse homem, que “independentemente de sua vontade” contrai relações sociais determinadas para se reproduzir.

[...]O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos Anais franco-alemães, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem **como as formas do Estado**, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas **raízes nas condições materiais de existência**, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (...) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.** (MARX, 2008, p. 46-47).

Ademais, essa citação acima é famosa entre os autores marxistas, porque Marx deixa claro que a estrutura econômica da sociedade (a produção material) seria a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política (o Estado). Portanto, após percorrer a trajetória do filósofo, identifica-se que os estudos sobre filosofia e sobre a sociedade civil foi o primeiro questionamento do autor, no Marx mais maduro perceberemos que a essência central está na ontologia do trabalho, na relação deste com o capital; no modo de **produção** capitalista.

Ainda que a produção seja a estrutura em que se eleva as superestruturas, ambas precisam ser analisadas em conjunto e em uma relação dialética para se compreender o todo da reprodução do sistema econômico dominante, que é político, social, ideológico, uma vez que apenas assim se mantém a estrutura de classes e as apropriações de valores que sustentam a desigualdade.

O modo de produção é o fundamento para entender as contradições essenciais da realidade, mas o Estado, principalmente, os Estados dependentes latino-americanos cumprem função primordial para a reprodução desse modo de produção capitalista e produção dessa classe dominante. Marx e Engels não deixaram uma teoria geral do Estado¹⁸, procuraram na obra *O capital* analisar principalmente a dualidade entre capital e trabalho, o que seria a essência e a base econômica do sistema capitalista. Alguns autores marxistas procuraram indagar sobre a teoria do Estado, como forma de contribuir para o debate político do que ocorreria com o Estado após a revolução do operariado, autores como Lênin, Mandel, Gramsci, Poulantzas adentraram no estudo do que seria a superestrutura política e jurídica: um instrumento da classe dominante, uma relação de poder, uma correlação de forças.

Para Lênin, “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes” (LÊNIN, 1980, p. 8). O Estado seria uma criação do capital para manter em ordem a submissão de uma classe (dominante) perante a outra (dominada), para tanto, o Estado é necessário na manutenção da ordem capitalista burguesa e na legitimação da exploração dos trabalhadores assalariados, além disso, o Estado capitalista é utilizado para “atenuar” os conflitos de classes que são, como o autor coloca, inconciliáveis. Para Lênin, o Estado não nasceria de um pacto

¹⁸ O autor Herrera construiu uma análise histórico-dinâmica do papel do Estado segundo Marx e Engels através de uma linha histórica das obras clássicas dos autores, dos acontecimentos práticos e concretos, e por fim, da experiência socialista concreta da Comuna de Paris de 1871 que transformou as ideias sobre o Estado socialista e de como ocorreria a transição para o comunismo. De fato, Marx e Engels não construíram aparentemente uma teoria propriamente dita de Estado (e aqui, inclui-se a não existência da teoria do Estado capitalista, pré-capitalista e socialista), contudo, deram indícios claros do que era o Estado na sociedade capitalista e como a classe dominante se utilizava desse poder político para legitimar a exploração da classe trabalhadora. A falta de uma teoria de Estado estaria somente na aparência, de acordo com Herrera, visto que a teoria de Estado está onipresente ao longo de todas as publicações marxianas.

natural entre a população, pelo contrário, é origem de uma sociedade que está desenvolvendo suas forças produtivas capitalistas e que está se dividindo entre aqueles que têm o controle dessas forças produtivas e os que somente tem a sua força de trabalho como mercadoria, gerando conflitos internos irreparáveis.

No livro *Teoria Marxista do Estado* Mandel compartilhou da mesma visão de Lênin, segundo o qual, o Estado seria originado da divisão da sociedade em classes, “nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade” (MANDEL, 1977, p. 15) e o Estado somente desaparecerá com o fim da subordinação e da exploração de uma classe perante a outra. Uma função importante que o Estado teria, de acordo com o autor, é a de alienar o povo; a ideologia historicamente é utilizada como ferramenta para controlar e manipular as massas. O Estado, como uma expressão da classe dominante, controla e influencia na produção ideológica e científica de determinada comunidade, sujeitando-os a reprodução dos ideais e interesses da classe que domina.

Entretanto, para os autores da teoria marxista, o Estado também seria uma instituição responsável em atenuar os conflitos sociais derivados da escassez e da disputa de recursos entre as classes. A função de reprodução do sistema também consiste em amenizar a luta de classes e manter a ordem e a coesão do sistema, para evitar possíveis revoltas e revoluções sociais.

A depender da formação histórica dos capitais e das nações, o Estado adquire especificidades em relação às suas funções como instrumento legitimador do sistema. As relações de dependência entre os países latino-americanos e os países imperialistas provocaram alterações nas formas de intervenção do Estado e nas formulações das políticas sociais, o que veremos mais a frente, antes seguiremos para entender o que são essas relações de dependência e o Estado nesse contexto.

Marx escreveu suas obras no século XIX, no contexto em que o capitalismo ainda era considerado de livre concorrência. No entanto, Marx não deixou em sua teoria sobre o funcionamento do capitalismo “*la exposición del hecho de que el valor (capital) se desarrolla de manera desigual em distintas regiones de la economía mundial*” (CARCANHOLO, M., 2017, p. 5). Contudo, Marx deixou como legado em seus escritos um método científico, as leis abstratas econômicas e tendenciais de funcionamento da sociedade capitalista (tendência à queda das taxas de lucro, a concentração e centralização do capital) e a teoria do valor-trabalho, que podem e devem ser aplicadas para entender as formas concretas e históricas do desenvolvimento desigual e combinado das nações em escala da economia mundial.

A fim de explicar a atuação/expansão ampliada do capital nas diversas regiões do globo terrestre e as relações específicas estabelecidas no mercado mundial entre os países imperialistas e os países subordinados, autores como Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, escreveram as teses do imperialismo no período do capitalismo monopolista, quando as nações europeias e os Estados Unidos da América procuravam expandir o capital para as regiões mais periféricas, dividindo em áreas de influência e de domínio o Terceiro Mundo (África, Ásia e América do Sul) principalmente ao final do século XIX.

Lênin e Trotsky analisaram a questão do imperialismo, do domínio do capital monopolista, da expansão dos mercados capitalistas (e de toda a violência e expropriação colonial), enquanto Lênin pensou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo e pesquisou sobre a incidência maciça do setor financeiro nessa nova etapa, Trotsky se aprofundou na categoria desenvolvimento desigual e combinado para compreender a dialética que encobre a questão do subdesenvolvimento econômico de algumas nações (e capitais) e que resulta no desenvolvimento de outras nações (e outros capitais), a categoria desenvolvimento desigual foi e é muito utilizada entre os autores que argumentam a persistência do campesinato no sistema capitalista enquanto classe.

Colonialismo e imperialismo ocorreram em momentos históricos distintos e em fases diferentes de atuação do capital, contudo ambos estão dialeticamente interligados às fases do capitalismo. Da mesma forma que para Marx, os capitalistas apenas usufruem da mais-valia sob a forma de lucro através da exploração do trabalhador, Marini (1973) considerou que o desenvolvimento do capitalismo industrial e as bases para a acumulação primitiva só foram possíveis com a exploração (e as transferências e apropriações de valor) das colônias pelas nações europeias.

As relações de produção e de circulação estabelecidas entre as economias latino-americanas e as imperialistas no mercado mundial ocorrem de forma a reproduzir o subdesenvolvimento, em contraposição ao desenvolvimento que garante aos países centrais, Theotonio dos Santos concluiu em seu artigo *The Structure of Dependence* (1970, p. 231) que “*by dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected*”. Utilizando a dialética marxiana, entende-se que para um país ser desenvolvido, outro necessariamente precisa ser subdesenvolvido, há uma relação desigual e combinada (MANDEL, 1985): são contrários e ao mesmo tempo complementares.

O colonialismo, a escravidão, o genocídio dos povos originários, a exploração histórica dos recursos naturais e da agricultura, as transferências de valores das nações dependentes para as nações imperialistas (e principalmente, no sentido da transferência de valores via capital em termos do diferencial de produtividade); todos esses processos históricos são comuns à maioria dos países latino-americanos.

Portanto, o que tem de comum permite abarcar todas as nações da América Latina como nações de caráter dependente em relação ao capital imperialista, dependência esta que se expressa sob a forma econômica, social, política, cultural, ideológica. Segundo Marini (1973, p. 18) a dependência foi conformada apenas quando os países latino-americanos se libertaram das relações coloniais e as relações econômicas entre os países se transformaram em relações mais *fetichizadas*, encobrindo a exploração e a dominação.

[...] Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

A história das nações latino-americanas têm similitudes no que tange a colonização e a história de expropriação. Contudo, cada nação também tem suas próprias especificidades na formação histórica e socioeconômica. Compreender tais questões é fundamental para evitar comparações simplistas e a aplicação de análises eurocentristas para explicar a realidade da América Latina sem as devidas mediações, o que em partes ocorreu com a categoria campesinato que analisaremos melhor no capítulo terceiro.

Assim, as categorias desenvolvidas pelos autores da Teoria Marxista da Dependência serão elementares para compreender o capitalismo dependente latino-americano e as específicas relações sociais e de produção estabelecidas interna e externamente dadas as singularidades das formações histórico-sociais dos países da América Latina, cuja herança colonial e escravocrata permitem uma identidade entre as nações da região. Tanto a teoria de Marx quanto a Teoria Marxista da Dependência – alicerçada na teoria marxiana, que surgiu através da aplicação do método marxista para o contexto latino-americano – são teorias que explicam a realidade e intentam a transformação radical da sociedade capitalista. Essa foi e tem sido a tarefa dos pesquisadores da TMD desde a década de 1970. Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foram os principais autores clássicos dessa corrente teórica. Na fase contemporânea, as pesquisas de Marisa Amaral e Marcelo Carcanholo são fundamentais, caso

se queira entender a dependência na fase atual do capitalismo de hegemonia do capital fictício, de globalização e de um “novo imperialismo” que acirram as condições de dependência.

Alguns autores dividiram em fases históricas a dependência, diferente de Marini que não considerou o período colonial como uma fase dependência, Dos Santos e Amaral (1970 e 2012) acreditaram que a primeira fase seria a dependência colonial, em que as regiões coloniais se baseavam no modelo agroexportador e forneciam bens primários para as metrópoles. A segunda fase da dependência seria a “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX e foi caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos. A terceira fase da dependência teve início na década de 1960/ 1970 com um novo padrão de desenvolvimento das forças produtivas e foi chamada de dependência tecnológico-industrial.

E atualmente, dado a nova fase do capitalismo de financeirização¹⁹, as ofensivas neoliberais²⁰ após a década de 1990 e a intensa internacionalização do capital, acredita-se que vivemos na quarta nova fase da dependência (AMARAL, 2012) com o acirramento do caráter dependente da economia brasileira.

Carcanholo (2005) identificou três condicionantes histórico-estruturais fundamentais que caracterizam as relações de dependência no contexto contemporâneo. O primeiro é a recorrente redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes, evidenciando a perda nos termos de troca e a apropriação de valor feita pelas economias desenvolvidas, geralmente isso ocorre nas trocas entre os produtos primários e de baixo valor agregado em contraste com os produtos industriais e de maior valor agregado, importados dos países centrais. Essa relação não se exprime puramente ao nível dos preços, recebe ainda mais profundidade na TMD a partir do conceito de trocas desiguais²¹. O segundo condicionante da relação de

¹⁹ Autores como Carcanholo e Sabadini (2009) e Nakatani (1999) analisaram a existência, a partir da década de 1980, de uma nova fase do capitalismo, com a intensificação do já existente capital fictício como gerador de “valor” para as economias, concentrando ainda mais as decisões econômicas e políticas nas mãos de uma classe ociosa e parasitária. Como em uma relação dialética, a esfera financeira necessita se apropriar constantemente da mais-valia produzida no setor produtivo, e a esfera produtiva se torna subordinada aos interesses do setor financeiro, já que este passa a controlar as decisões de produção e investimento.

²⁰ Instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC determinam diretrizes neoliberais para os países subdesenvolvidos seguirem, o Consenso de Washington foi um exemplo, assim como o acordo do governo brasileiro com o FMI em 1999 que determinava o cumprimento do tripé macroeconômico – regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

²¹ São expostos dois mecanismos de transferência de valor, a partir da troca desigual, segundo Marini (1973) o primeiro refere-se às nações com elevada produtividade, que podem ter os preços de produção abaixo de seus concorrentes, sem com isso diminuir o seu preço de mercado, obtendo, dessa forma, o lucro extraordinário. Em contrapartida, tal fenômeno acontece mais na concorrência entre as nações industriais, visto que as leis capitalistas de troca são exercidas de maneira plena. O segundo mecanismo de transferência de valor acontece no intercâmbio de mercadorias entre as nações industriais e as nações agrícolas, que trocam produtos de distintas classes de mercadorias, “o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma

dependência é a remessa de excedentes dos países periféricos para os países centrais, como juros, lucros, dividendos e royalties, amortizações, pelo simples fato das nações atrasadas importarem capitais das nações centrais. Os dois primeiros condicionantes revelam as transferências de valor dos países dependentes para o centro do sistema. O último condicionante histórico-estrutural decorre das instabilidades das nações dependentes perante aos mercados financeiros internacionais provenientes da especulação parasitária, um exemplo seria a volatilidade da taxa de juros internacional e as oscilações dos preços das *commodities* agrícolas nas bolsas de valores mundiais, colocando os países periféricos a mercê do mercado financeiro internacional (CARCANHOLO, 2005). Posto isso, podemos considerar o Brasil, um país de capitalismo dependente.

Prosseguindo com a análise do capitalismo dependente e sua intrínseca relação com a questão do desenvolvimento, consideramos que o **eixo central** da Teoria Marxista da Dependência seria a dialética do desenvolvimento-subdesenvolvimento, pois entende-se que o desenvolvimento do capitalismo reproduz as condições do subdesenvolvimento na periferia do sistema. O sistema capitalista pressupõe a naturalização da desigualdade (de todos os tipos), entretanto, a partir de Marx detêm-se que a desigualdade é produzida e reproduzida pelo sistema capitalista, pelo funcionamento dinâmico de suas leis e tendências econômicas, pela tendência a centralização e concentração do capital. As nações são desenvolvidas de forma desigual e ao mesmo tempo combinada. É uma relação contraditória e complementar, países são desenvolvidos justamente porque outros são subdesenvolvidos, a transferência de uns significa a apropriação de outros.

Nesse processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital a agricultura aparece como locus de exploração e de apropriação de valor. Ao longo do desenvolvimento capitalista nas regiões centrais e periféricas do mundo, a agricultura foi historicamente subordinada ao desenvolvimento do capitalismo industrial. O período colonial latino-americano é marcado pela exploração dos recursos naturais e humanos – da agricultura e da extração vegetal e mineral, bem como da população originária e dos negros –, a apropriação de valor das colônias pela metrópole Portugal, Espanha e pela Inglaterra (que exercia certo controle direto sobre as metrópoles e indireto sobre as colônias) formaram os pilares da acumulação originária do capital e a base para a Revolução Industrial do século XIX na Inglaterra (MARINI, 1973). Além da exploração das colônias, outros processos históricos foram inerentes ao desenvolvimento do

facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual” (MARINI, 1973, p. 34-35).

capitalismo: o *cercamento* dos campos e a expulsão dos camponeses e trabalhadores rurais, para servirem como força de trabalho para as indústrias nas cidades; a formação de alto exército industrial de reserva, aumentando o nível de pobreza e de miséria nas cidades; e a elevação do índice de concentração e centralização das terras e da produção.

Historicamente, a estrutura produtiva da América Latina se reordena e se modifica de acordo com o mercado mundial capitalista, com as demandas imperialistas e com as reestruturações no padrão de acumulação do capital. As relações sociais e de produção dependentes e subordinadas aos anseios imperialistas implicam em *relações internas específicas* nos países latino-americanos. Essas relações internas específicas estabelecidas no interior das nações tanto na relação entre campo-cidade quanto na relação entre as economias foram chamadas de **dupla articulação** que origina um duplo processo de apropriação de excedente do campo (FERNANDES, 2005; FRANK, 1978; RIBEIRO, 1991), uma vez que as relações internas entre campo-cidade são desiguais, bem como as relações de dominação imperialista externa.

Outros autores como Ianni (2005) e Fernandes (1972) analisaram a questão da desigualdade interna na relação campo-cidade. Ianni averiguou a **dupla dependência** da sociedade agrária brasileira: a primeira concerne a subordinação da economia agrária à economia industrial brasileira, principalmente após 1930 com o fim da oligarquia política do café com leite e a segunda a subordinação da economia agrária ao mercado capitalista global (ao mercado externo).

Florestan Fernandes também observou que a economia agrária seria o setor mais afetado pela condição de dependência brasileira, cunhando o termo **dependência dentro da dependência**, ele identificou a dupla expropriação do excedente produzido pela sociedade agrária, tanto em relação à economia urbana – “a economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte das riquezas que conseguia gerar” (FERNANDES, 1972, p. 196) – quanto em relação ao comércio mundial. Isto é, os países cuja a economia se sustentavam a partir do agrário sofriam um processo de dupla dependência, uma vez que o principal setor dinâmico da economia era o agrário, transferia-se recursos tanto internamente (para os setores industriais) quanto externamente (para os países centrais do mercado mundial).

As economias agrícolas, como era o caso do Brasil, passaram a ser chamadas de “atrasadas” a partir da ideologia desenvolvimentista após a Segunda Guerra Mundial, o que incentivou as

regiões latino-americanas a tentarem lograr um processo de industrialização tardio para alcançar o desenvolvimento.

Nas décadas de 1950 e 1960, as teorias do desenvolvimento foram elaboradas por diversos autores e de diferentes correntes de pensamento, como forma de pensar saídas para o problema do subdesenvolvimento da América Latina. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) era um dos principais meios de disseminação do keynesianismo e do desenvolvimentismo, segundo as análises dos principais autores cepalinos, para superar o subdesenvolvimento seria necessário fomentar os processos de industrialização na América Latina.

Como as teorias conduzem a ações práticas, os governos passaram a fomentar os processos de industrialização a partir de um ideário de que com o desenvolvimento das forças produtivas do capital na América Latina, o problema do subdesenvolvimento poderia ser resolvido. Parte dessas teorias compreendiam o desenvolvimento dos países como se fossem etapas históricas naturais do sistema capitalista, como se todas as nações (centrais e periféricas) fossem passar pelos mesmos processos históricos para lograrem o “desenvolvimento” (nesse sentido, o desenvolvimento tem caráter subjetivo, de valores do que seria bom e ruim).

Os autores da Teoria Marxista da Dependência contradisseram essa análise, para eles, não seria possível superar o subdesenvolvimento com a industrialização (o mito da industrialização), uma vez que o subdesenvolvimento é condição *sine qua non* do próprio sistema capitalista (e do imperialismo); romper com o subdesenvolvimento pressupõe romper com as bases do próprio capitalismo.

Uma análise a partir do método de Marx entende-se o desenvolvimento capitalista em sua forma objetiva, isto é, de como ocorreu a transformação capitalista (o desenvolvimento das forças produtivas do capital) na América Latina, sem pressupostos de valores morais no sentido de que o desenvolvimento é algo que se desejasse lograr. Analisar o desenvolvimento das forças produtivas do capital é simplesmente estudar acerca da expansão do capital em determinadas economias e os seus impactos.

Essas especificidades históricas da América Latina e a sua relação dependente (econômica, tecnológica, financeira, ideológica, cultural) no que tange o mercado mundial capitalista e o capital imperialista reproduzem o padrão de subdesenvolvimento latino-americano, cuja essência desse processo desigual é refletido nas contradições da Questão Agrária na América

Latina. Essa realidade é circumspecta nas relações sociais e de produção internas das nações, na conformação dos diferentes e específicos tipos de classes sociais (RIBEIRO, 1978; FERNANDES, 2005) e no tipo de Estado e de correlação de forças do poder (e de hegemonia das classes dominantes).

Bichir (2017) procurou identificar em sua tese *A Questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência* as análises que os clássicos da TMD – Vânia Bambirra, Marini e Theotônio dos Santos – haviam realizado sobre o Estado dependente. A pesquisadora buscou inquirir se haveria uma teoria geral para os autores de qual seria a função peculiar dos Estados latino-americanos.

Para a autora, apesar de não haver uma elaboração precisa e sistemática sobre o Estado na leitura desses autores, no estudo das classes dominantes e da configuração do bloco no poder, foi possível identificar que as classes burguesas imperialistas exerceriam poderio e se integrariam as classes dominantes internas, subordinando a burguesia nacional aos seus interesses, transformando-os nos interesses do capital imperialista de forma geral.

Os outros autores que estudaram as classes dominantes, como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, também identificaram a ausência de autonomia por parte do Estado dependente em relação ao Estado imperialista. Se no panorama da produção e da relação entre classes identificamos a subordinação das classes dominantes internas em relação as classes da burguesia internacional e imperialista, vemos tal configuração em relação ao Estado dependente, que atuará como instrumento para legitimar e reproduzir o capital imperialista e as relações de dependência.

O Estado autocrático burguês (FERNANDES, 2005) seria o único tipo possível de Estado capitalista nos marcos do subdesenvolvimento latino-americano, dada às características dependentes e peculiares da formação da classe dominante burguesa no Brasil. As relações sociais e de produção dependentes e o Estado capitalista dependente assumiriam características específicas e que determinariam na formulação (também singulares) das políticas públicas brasileiras (econômicas e sociais).

Augustin Cueva (1977) compartilhou dessa mesma visão sobre o Estado, analisando que a fusão da força política do Estado com a força econômica do capital monopólico provocou na América Latina a conformação de um capitalismo monopolista de Estado, com funções e ações específicas desse Estado dependente que são diferenciadas em relação às funções dos Estados

nos países imperialistas. De acordo com Cueva, os Estados latino-americanos foram cruciais para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas do capital (e para a intensificação desse desenvolvimento com a industrialização) e para a reprodução do sistema capitalista como um todo.

As funções do Estado dependente se alteram a partir do movimento global do capitalismo e das organizações internas e intervenções governamentais. No pós-Segunda Guerra Mundial a criação de instituições supra-nacionais representa bem a nova fase do capitalismo monopolista imperialista, com a internacionalização de instituições que promovam e disseminem valores sociais e ideais globais e que da mesma forma promovam a integração dos mercados financeiros e comerciais, com o intuito de facilitar a expansão dos mercados e a reprodução do capital a nível mundial.

O conceito de desenvolvimento foi incentivado com a teoria desenvolvimentista, que pregava a superação do subdesenvolvimento a partir dos processos de industrialização, a partir da década de 1970 e 1980, tal conceito mudou e, fundamentado na teoria neoliberal e propagado pela hegemonia capitalista acabou se reduzindo ao conceito de crescimento econômico²² (e ao crescimento das taxas de lucros) e da austeridade fiscal como única saída para a melhoria da economia, impossibilitando um olhar humano e sustentável para tais conceitos.

A mudança para o paradigma neoliberal na década de 1970-1980 foi ocasionada pelas crises inerentes ao capitalismo que constituíram, novamente, um obstáculo para o acúmulo de capital com baixas taxas de rentabilidade do capital, assim, buscou-se nos preceitos da *mão invisível* do mercado uma saída para a estagnação e recessão da economia, apostando nos preceitos neoliberais para diminuir a atuação do Estado na economia e para que as taxas de crescimento econômico das nações (e as taxas de lucro para o capital privado) apresentassem valores iguais ou maiores aos do período anterior.

A partir da década de 1990, o paradigma neoliberal, atual etapa do imperialismo, o “neoimperialismo” (VALENCIA, 2007) e a mundialização financeira marcaram o início de uma nova era para a economia internacional, com o estabelecimento de uma nova fase da dependência (AMARAL, 2011; CARCANHOLO, 2004). Políticas econômicas neoliberais de austeridade fiscal passaram a ser impostas aos países periféricos – principalmente latino-americanos – por instituições internacionais objetivando uma maior abertura do capital para o

²² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. 2009.

avanço das multinacionais nos territórios considerados “subdesenvolvidos”, com o fim último de apropriação (e transferência) da mais-valia a partir da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho dessas regiões. Segundo Galeano, o FMI atuaria como um fiscal do capital imperialista sob a justificativa de contribuir para que os países subdesenvolvidos se desenvolvessem.

[...]Como nos demais países da América Latina, a prática das receitas do Fundo Monetário Internacional serviu para que os conquistadores estrangeiros entrassem pisando terra arrasada. Desde fins da década de 50, a recessão econômica, a instabilidade monetária, a redução do crédito e o decréscimo do poder aquisitivo do mercado interno contribuíram fortemente para dobrar a indústria nacional e ajoelhá-la aos pés das corporações imperialistas. Sob o pretexto da mágica *estabilização monetária*, o Fundo Monetário Internacional, que com segunda intenção confunde a febre com a enfermidade e a inflação com a crise das estruturas em vigência, impõe na América Latina uma política que agrava os desequilíbrios em lugar de atenuá-los. (...) Suas fórmulas não apenas fracassaram na estabilização e no desenvolvimento, como também intensificaram o estrangulamento externo dos países, aumentaram a miséria das grandes massas despossuídas, agravando as tensões sociais, e precipitaram a desnacionalização econômica e financeira, ao influxo dos sagrados mandamentos da liberdade de comércio, da liberdade de concorrência e da liberdade de movimento dos capitais (GALEANO, 2010, p. 310-311).

Enquanto as Nações Unidas recomendam políticas e programas sociais (com o intento da “paz mundial”), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) formulam e impõe diretrizes econômicas e comerciais para que os países subdesenvolvidos executem suas políticas econômicas com base nesse receituário (neoliberal), essa realidade impacta fortemente na autonomia do planejamento e da execução das políticas econômicas e sociais pelos Estados dependentes.

Essa nova configuração do capitalismo alterou, na aparência, a visão de quais seriam as funções desse Estado. Apesar de algumas análises distorcidas sobre a nova fase de globalização do capitalismo, que levou a autores discorrerem sobre a formação de uma burguesia mundial e a desintegração do Estado-nação, no qual as empresas transnacionais assumiriam o domínio econômico e político, os Estados continuam a ser o principal instrumento da classe dominante de controle e legitimação do sistema capitalista.

No livro *Classes Dominantes, Política e Capitalismo Contemporâneo*, o autor Danilo Enrico Martuscelli, identificou que até mesmo os autores anticapitalistas integrariam em suas análises da fase contemporânea do capitalismo proximidades com a ideologia da globalização ao defenderem a prevalência de uma burguesia mundial unificada (global ou transnacional). Esses autores, ao teorizarem sobre uma crise do Estado-nação e de uma integração global do sistema econômico, o apresentariam como “tendencialmente homogêneo e livre da intervenção estatal” e que esse novo espaço econômico seria “governado pelas grandes

empresas ditas globais ou transnacionais, sem qualquer vínculo com uma base nacional específica” (MARTUSCELLI, 2018, p. 52). Contrário a essas perspectivas, o autor argumentou que

[...] a tese da existência de uma burguesia unificada e integrada mundialmente no capitalismo contemporâneo é parte componente da ideologia da globalização. Diferentemente do que prega essa ideologia, entendemos que o desenvolvimento desigual do capitalismo, a existência de diferentes Estados nacionais e a impossibilidade de ocorrência de um processo de repartição igualitária da mais-valia global são obstáculos estruturais à formação de uma classe dominante mundial ou global nos marcos do modo de produção capitalista (MARTUSCELLI, 2018, p. 71).

No livro *Império e Imperialismo* Hardt e Negri defenderam o fim do imperialismo e a formação de um Império global, conformado por uma multidão homogeneizada, a partir do novo modelo de relações globais, de decadência dos Estados nacionais e do aniquilamento das classes sociais. Conforme Borón (2002), os autores confundiram a intensiva internacionalização do capital com a superação do capitalismo. A crítica de Borón referiu-se ao fato de que os autores **não** constatarem a globalização como uma nova fase do capitalismo, que se expressa na reconfiguração do padrão de acumulação do capital e em uma nova etapa do imperialismo, a partir da imposição de políticas neoliberais exercidas pelos organismos internacionais a mando dos países imperialistas, principalmente os Estados Unidos da América. Hardt e Negri enxergaram somente a aparência das Nações Unidas e das instituições supranacionais e desconsideraram a existência do imperialismo e do controle (domínio) dos países imperialistas face às instituições internacionais, que acabam por respaldar os interesses do imperialismo.

Nessa lógica aparental, as Nações Unidas procuram mediar os conflitos existentes através do consenso democrático (votos iguais) entre os países; na essência, a potência hegemônica dos Estados Unidos e seus associados (interligados aos interesses do capital imperialista) quem de fato tem o poder de tomar decisões. De acordo com Borón, Hardt e Negri não viam a natureza imperialista dos órgãos internacionais. Martuscelli também adentrou nos estudos de Hardt e Negri, identificando que para estes, as empresas transnacionais seriam:

[...] mais fortes que determinados Estados-nação, embora o mesmo não suceda em relação a outros Estados. Ao apresentarem uma concepção imprecisa de Estado – segundo a qual este representa os interesses do capital coletivo –, os autores não atentam à análise concreta do conteúdo das políticas implementadas pelos Estados nacionais. Desse ponto de vista, chega-se à inferência de que as empresas transnacionais podem desempenhar até mesmo a função de Estado. (MARTUSCELLI, 2018, p. 60)

É claro que, as empresas transnacionais influenciam nas regras e decisões tomadas pelas instituições supra-nacionais, porém, isso não corresponderia a uma integração da burguesia mundial, continuaria havendo frações dessa burguesia dominante e frações originadas a partir da relação entre as burguesias dos países dependentes e dos países imperialistas; as empresas transnacionais continuam a remeter seus lucros para suas matrizes e os Estados a terem suas funções na reprodução ampliada do capital.

No estudo das classes dominantes, Martuscelli se aprofundou em três conceitos de burguesia, que assumiriam divergências quando aplicados a estrutura dependente. O conceito de burguesia nacional foi formulado para tratar de uma fração de classes da burguesia originada nos países dependentes e semicoloniais e que tinham o interesse de expandir o mercado interno, redistribuir renda e conceder determinados direitos sociais. Em algumas situações essa burguesia poderia até mesmo fazer parte de movimentos antiimperialistas. Fernandes (2005) inquiriu sobre essa questão, reforçando que no contexto brasileiro, essa burguesia nacional não existiria, estaria submetida ao controle do capital estrangeiro.

O segundo conceito analisado foi o de burguesia compradora, totalmente articulada com os interesses do imperialismo e do mercado mundial e que na fase mais recente seria substituída pelo conceito de burguesia integrada ou associada, indicando, de modo mais preciso, essa nova realidade de setores das burguesias de alguns países dependentes, tornados simples “correias de transmissão” dos investimentos (MARTUSCELLI, 2018, p. 72-73).

O terceiro conceito seria o conceito de burguesia interna, que adquiriria uma ambiguidade em seu comportamento, algumas vezes apoiando o capital estrangeiro e em outras vezes resistindo a esse capital. Contudo, “em decorrência da subordinação ao capital imperialista, a *burguesia interna dependente* tem muito mais dificuldades para se opor aos interesses desse capital” (MARTUSCELLI, 2018, p. 70). Logo, descartamos a possibilidade de o processo de globalização ter transformado as frações da burguesia em uma unidade e de tal processo ter ocasionado o fim do imperialismo. Consideramos que nessa fase do capitalismo as funções dos Estados continuam a ser essenciais na reprodução do capitalismo de forma geral, tanto dos Estados dependentes quanto dos Estados imperialistas.

Antes de prosseguirmos torna-se importante desconstruirmos o conceito de globalização imposto pela ideologia neoliberal, que transparece uma falsa condição de igualdade. É preciso que compreendamos essa nova fase chamada de “globalização” em sua essência, primeiro como um **processo** de ajuste do padrão de acumulação capitalista que se desdobra nos processos de globalização produtiva, de globalização comercial e de globalização financeira,

e, segundo como um **projeto** neoliberal (PEREZ, 2009), imposto por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC)²³, para que os governos das nações, principalmente periféricas, apliquem nas suas políticas a lógica de Estado mínimo para a sociedade e de Estado máximo para o capital. O Estado continua a ser fundamental na reprodução do capitalismo, mesmo que a corrente neoliberal diga que ele precisa ser reduzido ou que com a globalização ele não atue mais.

No tocante a história do Estado dependente brasileiro, este condicionado a dependência atuou e atua para garantir a transferência de valor para as nações centrais e para a reprodução dessa condição de dependência. Após a independência política do Brasil, o Estado passou a ser dominado pela oligarquia café-com-leite, dos grandes latifundiários (originados a partir da distribuição de terras feita pela metrópole portuguesa para os colonos europeus, as sesmarias) que governaram o Estado e o utilizaram como instrumento para a legitimação de seus interesses.

Os ciclos econômicos do Brasil são essencialmente os de um país agroexportador, apesar do processo de industrialização dependente induzido pelo Estado e do crescimento deste setor na economia brasileira nos anos dourados do capitalismo sob a ideologia desenvolvimentista, a configuração atual da economia brasileira é de reprimarização, de desindustrialização da pauta exportadora brasileira (DELGADO, 2010).

Após as crises mundiais (altas taxas de juros internacionais, crises do petróleo, volatilidade na liquidez internacional), a estagflação da década de 1980, as crises cambiais e fiscais do Estado na década de 1990, o Brasil se reinseriu no século XXI em uma nova divisão internacional exportando *commodities*, o que sempre ocorreu, porém, agora com a intensa capitalização da agricultura.

A década de 1980 foi marcada por crises da dívida pública dos países subdesenvolvidos, justamente causada pela tentativa de industrialização a partir dos empréstimos externos realizados (por estatização das dívidas privadas) e da alta dos juros internacionais na década de 1970. Como as nações latino-americanas estavam com altas dívidas públicas com o capital

²³ Instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC determinam diretrizes neoliberais para os países subdesenvolvidos seguirem, o Consenso de Washington em 1989 foi um exemplo, assim como o acordo do governo brasileiro com o FMI em 1999 que determinava o cumprimento do tripé macroeconômico – regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Enquanto isso, as nações desenvolvidas, que impõe essa lógica aos países subdesenvolvidos, continuam a realizar políticas protecionistas e nacionalistas.

imperialista e com os organismos internacionais, estes passaram a impor medidas e diretrizes de políticas econômicas para que essas nações subdesenvolvidas pudessem seguir e “liquidar” a dívida externa. O Consenso de Washington em 1989 e a imposição do tripé macroeconômico em 1999 (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário) pelo FMI após as crises cambiais representaram concretamente a subordinação e dependência do Brasil na conformação de suas políticas econômicas, agora ditadas e incentivadas por uma ideologia neoliberal.

No final do século XX e ao longo do século XXI, para gerar saldos comerciais e suprir os déficits estruturais no Balanço de Pagamento causados pelas relações dependentes e pela herança histórica colonial e de exploração, o Estado passou a incentivar a agricultura moderna capitalista e o relançamento do agronegócio²⁴. Contraditoriamente, o fomento ao agronegócio provocou na economia brasileira um processo de (re) especialização primária da pauta exportadora (DELGADO, 2010). A intervenção do Estado na economia, estimulando a agricultura capitalista não solucionou o déficit e tampouco a dependência brasileira por recursos externos, ao invés disso, acentuou-a. A Questão Agrária perpassa a essência desse padrão de reprodução da dependência brasileira, de onde mais se drena valor da economia brasileira e que é transferida para o centro do sistema, especialmente para o capital especulativo parasitário (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999).

A competitividade brasileira no mercado internacional se constitui pela exportação de produtos primários ou de baixo valor agregado. Nessa conjuntura, o país encontrou o comércio mundial favorável à inserção de seis *commodities* principais, a soja e o milho, açúcar-alcóol, carnes (bovina e aves) e celulose da madeira. Esses produtos juntamente com os produtos minerais irão se expandir e passarão a dominar a pauta exportadora brasileira e a concentrar as exportações do Brasil em bens primários. Ao fomentar o agronegócio, estimula-se a inserção das empresas transnacionais na economia brasileira de forma maciça e indiscriminada e são essas empresas que exercem poder e ditam as estratégias macro políticas sobre o abastecimento alimentar no âmbito das instituições internacionais (STÉDILE; CARVALHO, 2011).

O Estado desenvolve políticas públicas em torno da agricultura capitalista, (des) regulamenta leis²⁵ para a expansão do agronegócio e degrada as condições sociais do trabalhador rural, do

²⁴ É consenso entre os estudiosos que o agronegócio “é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”, e que essa associação “realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado” (DELGADO, 2010, p. 113).

²⁵ Algumas legislações atuais estão flexibilizando antigos direitos conquistados, e favorecendo o capital estrangeiro e especulativo, aprovação da PEC 215 retira do executivo a competência para regularização dos territórios indígenas e quilombolas e a transfere para o congresso, que é composto pela maioria da bancada

camponês, dos indígenas e quilombolas. As políticas agrícolas atuais dado a lógica neoliberal e a característica dependente do Brasil aprofundam as relações de subordinação no comércio mundial e se encontram em oposição ao conceito de soberania alimentar que será analisado mais à frente. Esse Estado, espaço de disputa de classes e frações de classes, promoveu políticas que estimularam o agronegócio.

A correlação de forças após o fim da ditadura militar no Brasil (1985), a expansão dos movimentos sociais e sindicatos em favor da luta pela terra naquele período foram fatos decisivos para a implantação de políticas voltadas ao campesinato e a agricultura familiar, como veremos no capítulo três. Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, até então as políticas públicas eram, em sua maioria, dirigidas para os médios e grandes produtores do agronegócio (DE PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Apesar de o PRONAF ser criado em 1995, as políticas do Programa Fome Zero, como o Bolsa Família e o PAA foram implementadas e expandidas somente na década 2000 no nível de intervenção do governo do Partido dos Trabalhadores, liderado pelo Presidente Lula.

O PAA e o Bolsa-família são os programas inseridos no Projeto Fome Zero e que se interligam ao conceito de segurança alimentar e ao direito humano à alimentação recomendados pela ONU/FAO a partir da década de 1990, que passou a fomentar o incentivo à produção agrícola dos agricultores familiares – caráter estruturante do programa e fruto da conquista dos movimentos populares camponeses – assentados da Reforma Agrária, quilombolas e comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que defendia o combate à fome e a subnutrição dos países, principalmente subdesenvolvidos, que analisaremos a seguir.

Antes de prosseguirmos, algumas considerações precisam ser feitas sobre a formulação das políticas públicas: a primeira é a de que são **múltiplos** os determinantes da materialização de uma política, incluindo os aspectos estruturais quanto conjunturais, a citar as taxas de crescimento econômico das nações, as crises do capitalismo e os estímulos das instituições imperialistas. E a segunda consideração tangencia a observação dos níveis de abstração em relação ao Estado e ao governo. Os autores Salama e Mathias teorizaram acerca da relação entre

ruralista. Também está em debate no congresso alterar a lei de vendas das terras para estrangeiros, a aprovação da PL 4059/12 representaria a transferência do território nacional para empresas ou proprietários estrangeiros, significaria perda da soberania do território nacional e desnacionalização dos recursos naturais brasileiros, como a água. Referência: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/09/06/movimentos-do-campo-realizam-manifestacao-no-incra-do-rj.html>>. Acesso em 27 de setembro de 2017.

intervenção estatal (IE) e a intervenção pública (IP) em uma análise lógico-histórica da intervenção do Estado nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos. Compreenderam o Estado como uma abstração real e a intervenção do Estado em dois níveis diferentes de abstração: a intervenção estatal no nível da abstração do Estado e a intervenção pública na forma concreta de existência do Estado, ou seja, no governo.

Para um melhor entendimento do vínculo complexo que é a relação entre a intervenção estatal (IE) e a intervenção pública (IP), uma vez que a IP é a forma de existência da IE, analisaremos brevemente algumas questões. O Estado é uma derivação do capital (ao nível dos Estados desenvolvidos), havendo uma relação orgânica entre o Estado e o Capital. Para os autores, o Estado constitui parte integrante da lei do valor e a influencia dinamicamente, assim como está presente e faz parte das crises estruturais, das guerras, da produção capitalista. O Estado tem a função de reproduzir o capitalismo em escala internacional e é o *elemento* fundamental para isso. Os Estados subdesenvolvidos atuam mais como produtores diretos das relações capitalistas, desagregando e desestruturando as relações comunitárias (não-mercantis) e formando uma mistura de relações sociais e de produção mercantis e não-mercantis (MATHIAS; SALAMA, 1983).

A intervenção estatal articula-se diretamente com a acumulação dominante capitalista se caracterizando por ser *um produto da história e por isso mutável e dinâmica*. De acordo com Mathias e Salama, a intervenção estatal dependeria de três fatores principais, sendo eles o diferencial das taxas de lucro, a lei tendencial da queda das taxas de lucro e o nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas. O primeiro e o segundo significariam uma função da intervenção do Estado de garante e mantenedor das relações de produção capitalistas, já o terceiro representaria o papel de produtor direto dessas relações (principalmente nas nações subdesenvolvidas).

Ainda segundo o que expuseram os autores, a intervenção pública e a intervenção estatal seriam conceitos diferentes, mas dependentes. Inicialmente os autores propuseram a distinção entre a função de acumulação (que seria a regeneração do capital e a socialização estatal) no nível de análise mais abstrata e a função de legitimação/repressão no nível de análise mais concreto (no governo).

Já os *fatores que determinam a intervenção pública*, ou seja, a intervenção do Estado no seu nível mais concreto, a dos regimes políticos, dependeriam de três fatores principais, o primeiro

tangencia o regime de acumulação dominante (importantíssimo para determinar *a priori* as políticas econômicas), o segundo a luta de classes e de suas frações e o terceiro a expressão dessas lutas a um nível político. O segundo e o terceiro dependeriam com mais ênfase da função legitimação. Transcorre que a relação entre a intervenção pública e a função legitimação é uma relação complexa, dependendo de aspectos multidisciplinares: culturais, ideológicos e políticos.

A autonomia relativa do Estado subdesenvolvido derivaria da economia mundial constituída, de acordo com os autores, enquanto os regimes políticos teriam uma autonomia relativa à formação social (nação) e as nações do centro (e seus regimes políticos), a política econômica nas regiões periféricas é para Salama e Mathias ao mesmo tempo submetida e independente. A política econômica refletiria a submissão da periferia às demandas do centro, reflexo da divisão internacional do trabalho e de uma tentativa constante de reorientá-la, esta reorientação dependeria do grau de desenvolvimento da formação social, da concorrência entre os países centrais e da relação entre o Leste e o Oeste.

Perpassamos essa questão, pois as políticas implementadas de combate à fome e a pobreza tiveram início na década de 1990 no Governo do Fernando Henrique Cardoso, mas ganharam força e concretude apenas no Governo do Partido dos Trabalhadores, com o Presidente Lula – quando um partido progressista assumiu o poder político democraticamente –, sendo que este participou da formulação do Projeto Fome Zero e passou a materializá-lo posteriormente.

Para Zimmermann e Silva (2011), no governo Lula os números em relação as pessoas que passavam fome e em risco de insegurança alimentar reduziram consideravelmente. As políticas de combate a fome têm se restringido as oscilações do crescimento econômico, colocando essas políticas em segundo plano em relação as outras políticas do governo. Segundo esses autores, um dos pilares das políticas implementadas pelo governo do PT foram as políticas de transferências de renda e de estímulo a demanda. Ressaltamos que não apenas as recomendações dos organismos internacionais foram determinantes dessas políticas, mas também o fato de um Presidente progressista estar no poder e, talvez o mais importante, a economia brasileira ter apresentado elevados índices de crescimento econômico em comparação com outros períodos. O que também defenderemos no capítulo três é que a materialização das políticas foram manifestações da luta de classes brasileira e dos movimentos sociais. A seguir nos aprofundamos mais nessas políticas de combate à fome, em especial, o Programa Fome Zero e no seu vínculo com o direito à alimentação.

2.2 O Programa Fome Zero e o direito à alimentação

O Programa Fome Zero foi um documento produzido pelo Instituto Cidadania no ano de 2001, coordenado por José Graziano da Silva e assinado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa foi construído sob as bases do conceito de segurança alimentar, para a construção desse projeto, o Instituto contou com a participação de ONGs, movimentos sociais e especialistas no tema da segurança alimentar no Brasil. Este documento representou a primeira tentativa de construir um conceito de segurança alimentar no Brasil e apresentar uma proposta de política de segurança alimentar e de combate à fome para o país com base no direito humano à alimentação.

O cenário de pós-Guerras e de pós-experiência nazifascista, de reestruturação social e econômica das nações e do padrão de acumulação do capital com a doutrina keynesiana, do *acirramento da luta de classes* e da institucionalização e internacionalização das instituições capitalistas comerciais, financeiras e sociais favoreceu a conquista legal dos direitos humanos internacionais a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Apesar da internacionalização dos direitos com a criação dos direitos humanos internacionais, isto é, para todos os seres humanos nascidos independentemente do local, da cor e do sexo, a formulação das políticas sociais que garantem a materialização concreta dos direitos humanos (e sociais) depende das determinações históricas de cada Estado-nação. Por isso, os direitos humanos são contraditórios, uma vez que apenas legalmente “no papel” são homogêneos e universais. Na prática, os determinantes são heterogêneos e se relacionam principalmente com a forma histórica de inserção destes países no mercado mundial.

Os programas de comercialização de alimento, tanto o PAA assim como o PNAE são uma materialização concreta do direito à alimentação no Brasil, que apesar de constar na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas desde 1948 enquanto um direito humano, somente no ano de 2010 o direito à alimentação tornou-se um direito social, isto é, um direito previsto na constituição federal brasileira que através da Emenda Constitucional 64/2010²⁶ responsabiliza legalmente o Estado por garantir o direito de todos os cidadãos brasileiros à alimentação.

Assim, faz-se necessário realizar mediações e abstrações para compreender a relação entre o

²⁶ A Emenda Constitucional 64/2010 integrou o direito à alimentação como mais um dos direitos previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

direito humano, o direito social e a materialização desses direitos em políticas públicas pela intervenção pública. Enquanto o direito humano relaciona-se com os direitos universais conquistados após crises do capitalismo e os graves problemas que se acentuaram após as guerras (fome, pobreza, milhares de mortes dos soldados e vítimas das guerras mundiais) e que mirava a coesão social global, os direitos sociais possuem determinações mais particulares dos Estados-nações, da luta de classes e da relação destes com o mercado mundial e o capital imperialista, uma vez que esses direitos são vinculados às constituições federais, no qual, atribui ao Estado a responsabilidade pelo cumprimento daquele direito a todos os cidadãos daquela nação sob a forma de políticas públicas, que se desdobram em um nível mais concreto em ações e programas governamentais. A materialização tanto do direito humano quanto do direito social dependerá de condições específicas da formação socioeconômica dos Estados-nações, do capitalismo e da conjuntura econômica e política.

Duas pontuações são necessárias acerca dos direitos humanos internacionais. A primeira consideração é que não são todos os Estados que são membros das Nações Unidas e que compactuaram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos; todavia, o Estado brasileiro assinou o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) integrado às Nações Unidas no ano de 1966. Este pacto imporia aos Estados assinantes o cumprimento dos direitos humanos para os povos do seu território, porém, somente com a ratificação das convenções pelo Congresso Nacional os direitos seriam reconhecidos perante os tribunais das nações, o que foi feito no Brasil somente no período de redemocratização brasileira, no ano de 1992 por meio do Decreto no. 591.

A segunda consideração relaciona-se ao não cumprimento das medidas impostas no pacto, no caso do Estado-membro não cumprir com a materialização dos direitos humanos em programas e ações, não há nenhuma sanção (punição) por parte da ONU. Inclusive, o Estado pode alegar falta de recursos para não cumprir com as obrigações mínimas, desde que demonstre o esforço realizado com os recursos **disponíveis**.

Em contraposição a isso, a formulação e a imposição de políticas econômicas neoliberais pelo FMI e Banco Mundial para os países subdesenvolvidos seguirem são diretrizes “obrigatórias” (justificadas por conta do endividamento externo) caso o Brasil queira garantir o seu crescimento econômico dentro do mercado capitalista.

Dessa forma, entende-se que a formulação do direito humano – que é produto do capital

monopolista e da luta de classes internacional, assim como da disputa entre capitalismo e socialismo – estaria em um nível mais abstrato em relação ao direito social constitucional. Enquanto a formulação do direito humano tem uma perspectiva mais geral e global, produto da correlação de forças (luta de classes) a nível internacional, tanto a materialização desses direitos humanos quanto a conquista do direito social dentro dos marcos legais do Estado nacional são condicionadas e determinadas pela história e pelas particularidades da formação socioeconômica daquela região, da luta de classes a nível nacional e do crescimento econômico das nações. Em suma, os direitos sociais, por estarem previstos na constituição, reafirmam a responsabilidade do Estado em desenvolver políticas sociais que os materializem, por outro lado, os direitos humanos estão ligados às recomendações dos organismos internacionais.

No Brasil, políticas públicas foram desenvolvidas principalmente desde a década de 1990 (quando o Estado ratificou o PIDESC) como forma de garantir o direito humano à alimentação, entretanto, essas políticas foram designadas como **políticas de combate à fome**, que desvincularam nitidamente os direitos humanos (e as políticas públicas que materializem esses direitos) das políticas sociais.

Antes de refletirmos acerca do Programa Fome Zero, precisamos indagar sobre duas questões que perpassarão toda a dissertação, a primeira referem-se as especificidades em que as políticas sociais no capitalismo dependente latino-americano são construídas e a segunda questão é a contraposição entre dois conceitos elementares para se compreender a questão agrária²⁷ e as lutas sociais na era do neoliberalismo: *segurança alimentar* e *soberania alimentar*. Ambas as questões são fundamentais no debate posterior sobre o Programa Fome Zero.

²⁷ A questão agrária é uma área da ciência que busca estudar e entender a história da organização socioeconômica de determinado lugar, no que tange a propriedade, o uso e a posse da terra, concomitante com suas relações e problemas derivados das três características analisadas. Segundo Stédile, a forma como é organizada a utilização dos recursos naturais pelo homem varia de sociedade para sociedade, e a produção e o uso dos bens agrícolas depende das necessidades de determinado povo. Da mesma forma que o uso dos produtos derivados da terra depende do corpo social local, a posse e a propriedade da terra também são inerentes a história e o desenvolvimento das forças produtivas daquele espaço. A posse da terra refere-se portanto a “quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele” e a propriedade é “uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza (STÉDILE, 2012, p. 643).

2.2.1 Políticas sociais na América Latina

No que tange a contextualização mundial das políticas sociais, precisamos resgatar o pós-Segunda Guerra Mundial, na fase do Capitalismo Tardio (MANDEL, 1985), quando se inicia os anos de maior crescimento do capital, da hegemonia dos Estados Unidos como potência imperialista econômica mundial e da Guerra Fria promovendo a disputa armada, teórica e prática entre capitalismo e socialismo. Nesse ínterim (1945-1970), o Estado apareceu como forte condutor do desenvolvimento econômico, estabelecendo o Welfare State (ou Estado Social), a partir de políticas keynesianas de expansão do gasto público e do bem-estar social foi proporcionado maiores direitos sociais para os cidadãos e para os trabalhadores, conquistados pela história da luta de classes e também pelo contexto favorável de acumulação do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Porém, o desenvolvimento das políticas sociais nos anos dourados do capitalismo (1945-1970) ocorreu principalmente nos países centrais e não foram experiências homogêneas, cada nação e região tiveram as suas peculiaridades no desenvolvimento das políticas sociais.

Compreendendo a política social como uma construção histórica (SPOSATI, 2011), permeada por contradições e dualismos, ao mesmo tempo em que funciona como alavanca para a acumulação de capital e se reorienta de acordo com o padrão de acumulação do capital também é produto e expressão da luta de classes. Por ser uma construção histórica, o desenvolvimento das políticas sociais nos Estados-nações tem diferentes determinantes a depender das singularidades históricas, da luta de classes, do desenvolvimento das forças produtivas (BOCHETTI, 2012). O autor Esping-Andersen (1991) apontou que as condições para ampliação do Welfare State se relacionariam com a mobilização dos trabalhadores e a coalização/aliança política entre as classes, dessa forma, dependeriam da história e da formação social de cada nação.

As políticas sociais são uma materialização concreta dos direitos sociais, estes que foram conquistados principalmente a partir do século XX e que somente foi possível com a presença de um Estado Social forte e regulador (PEREIRA, 2016), com o acirramento da luta de classes da sociedade industrial, os pós-guerras e as crises, a expansão econômica do capitalismo e o aumento da intervenção pública nas esferas sociais como estratégia keynesiana mercadológica e de consumo para a reprodução (e expansão) da acumulação do capital.

O autor Esping-Andersen (1991) se baseou na metodologia comparativa e histórica para demonstrar quais foram os pontos divergentes entre os tipos de políticas sociais (e de intervenção pública) que determinados Estados com o capitalismo mais avançado praticaram. As formulações das políticas sociais oscilam de acordo com o padrão de reprodução do capital e cada nação adquire suas especificidades, isso é comum tanto entre os países centrais quanto em relação aos periféricos. O alto crescimento econômico e o excedente (elementos conjunturais) influenciam na formulação de políticas sociais, o que dependerá do capital e de suas crises. Mas o principal aqui é identificar quais são as divergências estruturais das materializações das políticas sociais dos países dependentes em relação aos países ditos desenvolvidos.

Assim, pergunta-se: quais as especificidades da política social sob o julgo dos laços de dependência? A história da América Latina marcada pela colonização, pelo genocídio da população indígena e pela escravidão negra determinaram as configurações da política social nos países de capitalismo dependente, a superexploração do trabalho e a dívida histórica com os povos (quilombolas, indígenas, ribeirinhos) nas regiões latino-americanas seria a característica específica da política social no capitalismo dependente (PAIVA, 2017). Sposati (2011, p. 106) construiu a categoria regulação social tardia na análise das tendências das políticas sociais na América Latina.

[...] essa categoria demonstra que as políticas sociais na região se conformam em um movimento histórico, distinto do europeu, marcado por características próprias de sua história, do seu desenvolvimento econômico no contexto mundial, pela hegemonia de forças políticas antidemocráticas, impostas pela força e violência das ditaduras militares.

As políticas sociais que foram concretizadas nos países latino-americanos tendem a ser fragmentadas, setorizadas, direcionadas aos trabalhadores formais, principalmente por intermédio da previdência social, e contém “fortes sinais de branqueamento no acesso a seus benefícios” (SPOSATI, 2011, p. 106). Isso porque a autora analisou que grande parte dos países latino-americanos seguiram as diretrizes das políticas sociais dos países europeus, não considerando as especificidades históricas dos povos da América Latina.

Há características específicas das regiões da América Latina, que perpassam os processos de colonização da região no século XVI. E da mesma forma, houveram especificidades históricas de cada território, no caso brasileiro, a escravidão africana, o genocídio indígena, a colonização portuguesa, os processos de independência e os ciclos produtivos trouxeram singularidades históricas que propiciam diferenciações na formação socioeconômica do país. No pós-Segunda

Guerra enquanto a Europa vivia o Estado de bem-estar social, nas regiões subdesenvolvidas, o intento maior era o de incentivar os processos de industrialização com base no desenvolvimentismo. No Brasil, os esforços do Estado se concentraram em produzir o capitalismo, em formar infraestrutura necessária para o desenvolvimento das forças produtivas do capital no que tange a industrialização.

Os direitos dos trabalhadores urbanos foram promulgados apenas em 1943 na forma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Após períodos de ditadura civil-militar (de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985) os direitos políticos foram extintos e a repressão aos movimentos e organizações dos trabalhadores foram características que impediram o avanço na correlação de forças favorável às classes oprimidas da sociedade brasileira e na conquista de direitos e das políticas sociais. Apenas com o fim da ditadura e com a proclamação da Constituição Federal de 1988, que pode ser considerada a mais progressista das constituições, a sociedade brasileira novamente poderia lutar democraticamente pela conquista de direitos.

Dessa forma, para entender a materialização concreta do direito à alimentação no Brasil, é preciso ter em mente as especificidades históricas da América Latina que determinaram e determinam a configuração do Estado, do tipo de políticas pública incentivada pelos organismos internacionais para os países subdesenvolvidos e o porquê as políticas sociais e de combate à fome foram implementadas tardiamente no Brasil dado o caráter dependente da economia e dos movimentos políticos do país. Resgatando que as políticas de combate a fome se relacionam aos direitos humanos e não aos direitos sociais, entretanto, mesmo essas políticas demoraram para serem formuladas e implementadas, apenas com um alto crescimento econômico do país e com a chegada no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Mais à frente, ainda nesse capítulo, analisaremos algumas problematizações no que tange o Programa Fome Zero. Antes disso, adentraremos na crítica ao conceito que foi a base da formulação do Programa Fome Zero: o conceito de segurança alimentar.

2.2.2 Segurança alimentar versus soberania alimentar

O conceito de segurança alimentar foi formulado pela FAO na década de 1990, se tornou um direito humano e passou a ser o pilar das políticas agrícolas de desenvolvimento recomendadas pelos organismos internacionais a partir desse período. Tal conceito abarca o direito permanente a todo ser humano ao acesso a alimentos saudáveis e em quantidade adequada.

Garantir a segurança alimentar é um passo importante na conquista dos direitos democráticos,

conquanto, assegurar uma alimentação adequada não provoca alterações na estrutura do sistema capitalista, assim como o conceito de soberania alimentar propõe e que os movimentos sociais defendem: a luta pela autonomia dos povos em relação ao modo de produzir os alimentos, de acordo com suas necessidades e cultura.

O conceito de soberania alimentar pode ser delimitado a partir da Declaração de Nyéléni na conferência mundial de soberania alimentar em Mali, no ano de 2007²⁸, na qual:

[...]a soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu **direito de decidir** seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas.

Diferencia-se desta forma do conceito de segurança alimentar (criado pela FAO) que apenas assegurava o direito à alimentação para todos, independentemente de classe social, gênero, etnia e que esse deveria ser garantido pelas instâncias governamentais, pressupondo alterações na forma de **redistribuição** dos alimentos e sem ênfase nas transformações do modo de produzir esses alimentos. Em suma, de um lado tem-se “a segurança alimentar defendida pela FAO e investida pelo agronegócio e do outro, a soberania alimentar, defendida pelos movimentos camponeses, principalmente, pela Via Campesina²⁹” (RIBEIRO, 2014, p. 167).

Os temas da segurança alimentar e da soberania alimentar são relativamente atuais – considerando que a questão da fome e toda a problemática que ambos os conceitos abordam são antigos conhecidos da sociedade –, acompanha as reestruturações do capitalismo a nível global e da consequente nova fase do capitalismo, no qual o capital especulativo parasitário exerce controle decisório nas esferas da produção (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999).

A contraposição entre soberania alimentar e segurança alimentar envolve o complexo debate

²⁸ Declaração de **NYÉLÉNI**. Foro Mundial por la soberania Alimentaria. Nyéléni, Selingue, Malí. 28 de febrero de 2007.

²⁹ Entre os principais movimentos sociais de caráter mundial está a Via campesina, criada em 1992 em Nicarágua na conferência da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua* (UNAG) e oficializada em 1993 quando foi realizada a primeira Conferência em Mons, na Bélgica “é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade”. Os movimentos sociais campesinos que fazem parte da Via Campesina são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). FERNANDES, Bernardo. “Via Campesina”. In: CALDART, R. S. et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular (2012). p. 767-770.

sobre a fome a as políticas direcionadas para o seu “combate”, como se o fenômeno da fome fosse uma praga ou um inimigo a ser combatido. A fome é um problema social que afeta indivíduos de todas as partes do mundo, como bem pontuou José de Castro em *Geografia da Fome*³⁰ a fome não é causa de fenômenos naturais, a exemplo da estiagem e das pragas, mas sim, é resultado das relações sociais e de produção estabelecidas entre os homens. A importância do tema é tanta, que outras grandes calamidades da sociedade – as epidemias e as guerras –, se relacionam diretamente com o problema da fome (CASTRO, 1974), visto que esta questão tem causas políticas, sociais e econômicas ocasionadas pelas contradições no modo de produção capitalista; que intrinsecamente é desigual, a produção da riqueza produz por outro lado a pobreza. O problema contemporâneo da fome não é a falta de alimentos, e sim a forma como são produzidos e distribuídos os bens alimentícios pelo comércio mundial capitalista para a sociedade (CASTRO, 1974).

Segundo Castro (1974) é interesse das minorias dominantes esconder o problema da fome, isso porque interessa ao imperialismo econômico e ao comércio internacional que a produção, a distribuição e o consumo dos bens alimentícios se processem e se subordinem dentro dos seus interesses econômicos, e não se relacionem com os interesses da saúde pública e dos direitos humanos. Sendo assim, o pauperismo se torna refém do mercado capitalista, pois muitas vezes as necessidades e os interesses da solução do problema da fome são inversos aos do comércio mundial.

As grandes empresas transnacionais é que definem as estratégias e mecanismos de abastecimento alimentar ao redor do mundo, controlando de diversas formas as maiores cadeias alimentares, seja sob a ótica de volumes negociados, como na padronização dos alimentos em esfera mundial, seja dominando o comércio dos principais produtos alimentícios no atacado, e também no varejo, por meio das redes de supermercado multinacionais (STÉDILE; CARVALHO, 2011).

A partir das diferenciações dos conceitos passaremos a análise do Programa Fome Zero, interligado ao conceito de segurança alimentar em que Yasbek teceu importantes críticas e perspectivas.

³⁰ A primeira edição do livro *Geografia da Fome* foi lançado em 1946, o autor Josué de Castro teve grande influência nacional e internacional no combate a fome. Foi indicado ao Nobel da Paz nos anos 1953, 1963 e 1964 e recebeu o Prêmio Internacional da Paz pelo Conselho Mundial da Paz. Josué exerceu cargo de Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para agricultura e Alimentação (FAO) e também foi Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

2.2.3 O Programa Fome Zero: uma análise crítica

Ao retornarmos os olhos para o Programa Fome Zero – o maior projeto elaborado que visou o combate à fome e que concretizou parte de suas ações planejadas –, este realizou análises das ações de combate à pobreza da década de 1990³¹, elaborou considerações teóricas a respeito do problema da pobreza e da fome e forneceu diretrizes para as políticas públicas, que seriam desdobradas em programas e ações do governo. O pressuposto do Projeto Fome Zero, considerando o conceito de segurança alimentar seria de que:

[...] todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde. A garantia desse direito é condição para se alcançar a cidadania e para que uma nação possa ser considerada civilizada. O direito à alimentação está inserido no plano dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O seu reconhecimento implica que o Estado deve garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 16).

O Projeto Fome Zero foi transformado em Programa e vinculado às políticas de segurança alimentar e de combate à fome (e consequentemente ao direito à alimentação) no ano de 2003, no qual, as principais ações foram o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Concentraremos nossos esforços no segundo programa, o PAA, que possui dois objetivos fundamentais, o de promover o acesso ao direito à alimentação e o de fomentar a produção da agricultura familiar, das comunidades quilombolas, tradicionais, indígenas e dos assentamentos da Reforma Agrária.

Apenas no século XXI os programas e as ações voltados para “combater” a fome e a pobreza no Brasil tiveram maior crescimento com o Programa Fome Zero, as políticas públicas implementadas no início do século e que vigoram até hoje (apesar dos cortes governamentais nesses programas) foram formuladas e executadas com base nas políticas de enfrentamento da fome, desprendendo a concepção do direito social a todos os cidadãos (e consequentemente das políticas vinculadas a seguridade social), o que restringe o acesso dos programas à população em maior situação de vulnerabilidade social. Ao desagregar as políticas, reafirma-se a ideia de que os programas vinculados ao Fome Zero são paternalistas, de cunho

³¹ Os programas e ações de combate à fome tiveram início ainda na década de 1990 fomentados pela Constituição de 1988, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada implementado em 1996, que através do INSS garante uma renda mínima para idosos e deficientes, o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Bolsa Escola, porém, apenas no século XXI, ações mais concretas e conjuntas foram efetivadas, a partir principalmente do Projeto Fome Zero.

humanitário e não responsabilidade social do Estado.

Yasbek (2004, p. 108) ressaltou que “o texto apresenta lacunas, particularmente na problematização dos fundamentos estruturais da desigualdade social que historicamente caracteriza a sociedade brasileira”. A questão da fome, segundo o Projeto Fome Zero, seria associada a pobreza e ao desemprego. Apesar de importantes análises e considerações apontadas pelo documento, a questão da pobreza e do desemprego são questões estruturais à lógica do capitalismo (e de suas contradições) e que tem como base a estrutura econômica, isto é, as relações sociais de produção, o antagonismo entre capital e trabalho. O “combate” à pobreza e a fome nos levaria ao combate e ao enfrentamento do próprio sistema capitalista.

No Projeto Fome Zero faltou uma análise mais aprofundada das causas da desigualdade social, a insuficiência da demanda – apontada como a principal causa do problema da fome pelo Projeto Fome Zero – seria somente uma manifestação aparental, enquanto em essência, a desigualdade seria intrínseca ao capital. Essa seria uma das contradições das políticas de “combate” a fome. É possível combater a fome nos marcos do sistema capitalista?

O abastecimento dos alimentos continua sendo gerido e manipulado de acordo com as estratégias das empresas transnacionais e do mercado, o que foi intensificado nesse mesmo período do lançamento do Programa Fome Zero, quando o governo também fomentou políticas públicas em prol do agronegócio, contrárias as propostas que defende a soberania alimentar.

Outra contradição inerente ao Programa Fome Zero e a suas ações: à medida que são fruto da luta de classes (principalmente do movimento dos movimentos sociais e sindicais nas duas últimas décadas do século XX, de redemocratização do Estado brasileiro) e de fato contribuíram para amenizar as demandas das populações mais vulneráveis da sociedade, essas ações também correspondem à lógica neoliberal de focalização e “refilantropização da questão social brasileira e da despolitização da política social”, ao restringir o acesso aos “mais vulneráveis” e relacionar o direito à alimentação às políticas de combate a fome e não às políticas da seguridade social (YASBEK, 2004, p. 111).

As ações e programas ligados às políticas de combate a fome e a pobreza apareceram como medidas “focalizadoras” e seletivas nos mais pobres e necessitados, desvinculando o direito à alimentação como um direito social, e por isso, de todos os cidadãos brasileiros (YASBEK, 2003). Ou seja, as políticas de combate a pobreza e a fome apareceram como desvinculadas

das políticas de seguridade social, que são a materialização dos direitos sociais e que correspondem as necessidades sociais (aos mínimos sociais).

Por outro lado, Marques (2008) trouxe à tona algumas questões relevantes para se pensar esse residualismo. Para ela, não há dúvidas de que o governo Lula se destacou como o principal no que tange a promoção de políticas direcionadas diretamente para a população mais vulnerável socialmente. No caso do Bolsa Família, uma vez que esse programa beneficiou 25,9% da sociedade brasileira, não se poderia dizer que se trata de um programa assistencialista como os formulados no período desenvolvimentista do Estado, uma política “que atinja mais de um quarto da população de um país, não pode ser considerada residual” (MARQUES, 2008, p. 242).

A autora esclareceu que a **não** universalidade da política é evidente, conquanto, chama a atenção para que os pesquisadores usem outro termo que não o da focalização para a política específica do Bolsa Família, já que as especificidades do capitalismo dependente brasileiro geram intrínsecas e intensas taxas de desigualdades, fome e pobreza. A outra questão relaciona-se com as críticas às políticas emergenciais de curto prazo que o governo Lula fomentou, contudo, a autora ressalta a necessidade desse tipo de política tendo em vista o caráter estrutural do grau da pobreza no Brasil. O que foi concordância entre as autoras e as análises que realizamos foi a de que o Projeto Fome Zero foi uma política desvinculada do direito social e das políticas sociais, apenas vinculada a determinado governo que o fomentou. Por fim, a autora analisou que não há possibilidades de o Programa Bolsa Família ser um instrumento de combate à pobreza, por ser uma política emergencial, que não altera profundamente as causas da desigualdade.

Nesse primeiro capítulo, analisamos o Estado, os organismos internacionais e a sua atuação, bem como as contradições do Projeto Fome Zero. Entretanto, é preciso que olhemos agora para o outro lado da luta de classes. A articulação e materialização de um programa governamental transpassa múltiplas determinações, assim, precisamos analisar o lado de quem demanda e luta por direitos e por essas políticas, por isso, nos concentraremos na categoria camponato. Por isso, no capítulo dois avançaremos no debate marxista do camponato europeu e da transformação da agricultura com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, para que no capítulo três possamos teorizar sobre essa categoria na contextualização da América Latina correspondente as lutas dos movimentos sociais.

3. Capítulo 2 - Desmistificando a categoria *campesinato*

O segundo capítulo dessa dissertação pretende teorizar em uma perspectiva crítica, histórica e ampla o conceito de *campesinato*. Recuperar tal conceito na era do neoliberalismo e da agricultura como um grande negócio gerador de altas taxas de lucro – o agronegócio –, pode ser visto como uma questão estratégica na luta de classes, ao resgatar a importância do campesinato na luta histórica pela democratização do acesso à terra e às riquezas naturais (GUZMÁN, MOLINA, 2013) no confronto a concentrada estrutura fundiária, produtiva e de renda do sistema capitalista mundial e de sua consequente e intensa desigualdade socioeconômica.

Segundo (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 81) os movimentos sociopolíticos do campesinato “estão no epicentro das lutas contra a globalização neoliberal”, em uma passagem eles afirmam que

[...] Apesar do debate acalorado sobre algumas destas questões, na atual era de globalização neoliberal, podemos perceber pelo menos um “fato”: sob as condições combinadas de uma crise fiscal e de um profundo “impasse teórico” nos anos 1980 e o subsequente avanço do capitalismo, os camponeses mais uma vez desafiaram a teoria e a história para que compusessem, eles próprios, a força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento capitalista em sua fase mais recente (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 80).

Os movimentos sociais atuais nacionais e internacionais ligados ao campo têm sido os principais movimentos “antiglobalização” do mundo na era do capitalismo contemporâneo. As principais pautas dos movimentos, como as da Via Campesina no âmbito internacional e as do MST na esfera nacional se relacionam com a luta pela soberania alimentar, que seria garantida principalmente a partir da realização de uma Reforma Agrária de caráter progressista, que contesta a raiz da estrutura econômica capitalista, em sua natureza desigual, concentradora e centralizadora. Os movimentos confrontam diretamente as reuniões das cúpulas dos organismos internacionais (OMC, FMI, Banco Mundial, ONU) e suas diretrizes econômicas, feições do imperialismo na nova era neoliberal.

No Brasil, as ocupações de terras, os protestos, a defesa e a produção de uma agricultura agroecológica representam a luta e resistência do campesinato em meio a expansão do agronegócio e do direcionamento do Estado brasileiro no processo de industrialização do campo. O Estado brasileiro manifesta-se como o poderoso aliado das classes dominantes do campo. Se essa questão tem origem na história da formação social brasileira, ganha ainda mais sustentação no capitalismo contemporâneo, nesse processo de divisão internacional do

trabalho e de reestruturação do sistema capitalista o Estado brasileiro passou a incentivar o agronegócio como uma estratégia política e econômica (estabelecida a partir da correlação de forças favorável a classe dominante) para gerar saldos positivos na Balança Comercial, pagar os onerosos subsídios fiscais e monetários ao capital especulativo parasitário e reproduzir a estrutura do sistema capitalista.

Conquanto, analisar teoricamente o conceito de campesinato nas esferas do sistema educacional hegemônico torna-se um desafio para as e os pesquisadores. Enquanto esse debate é rechaçado na literatura neoliberal, que substitui taticamente o termo campesinato por “agricultura familiar” no provimento de políticas públicas (CAMPOS, 2006), no campo marxista esse debate é polêmico, mas necessário de se travar. Os amplos conflitos teóricos representam o quão complexo e contraditório é a questão do campesinato.

Por isso, o desenvolvimento desse capítulo tem como objetivo principal realizar uma revisão teórica do conceito de campesinato que perpassou grandes debates desde o século XIX com a proeminência do capitalismo industrial na Inglaterra até os dias atuais nos anos de globalização neoliberal. Nesse capítulo, nos aprofundaremos na análise do campesinato europeu e das diversas teorias que o circunscrevem, fundamentais para entender essa categoria no contexto latino-americano.

Dado o caráter profundo, complexo, dinâmico e polêmico dessa discussão, não é a pretensão dessa pesquisa o aprofundamento nas análises dos autores que defendem “o fim do campesinato” ou daqueles que analisam sua continuidade: ou como subordinados e necessários ao sistema capitalista e/ou como classe social e política, que representa a força contemporânea no confronto contra os organismos internacionais capitalistas. Porém, a intenção é realizar a revisão teórica sob uma perspectiva crítica e de acordo com o próprio método materialista histórico-dialético, legado de Marx e Engels deixado para as ciências sociais. Ao final do capítulo e principalmente da dissertação estaremos mais aptos a concluir (ou apenas indagar) sobre *Quem é esse campesinato* e *O que ele representa* na luta de classes da América Latina e do mundo. Afinal, o campesinato pode ser considerado uma classe social e política?

Inicialmente descreveremos o campesinato na análise de Marx e depois a partir de três perspectivas principais dentro do marxismo: a primeira do marxismo ortodoxo³², de Lênin e

³² O termo marxismo ortodoxo foi polêmico para os marxistas, Lucács problematizou bem esse aspecto, que considerou a ortodoxia vinculada ao rigor científico do método. No caso de Lênin e Kautsky, alguns teóricos que defendiam a permanência do campesinato enquanto classe no sistema capitalista, atribuíram às análises de Lênin

Kautsky, a segunda do narodnismo marxista e a terceira do marxismo chayanoviano (GUZMÁN, MOLINA, 2013). A primeira perspectiva será melhor problematizada, uma vez que concerne o debate clássico, de Marx, Lênin e Kautsky. A segunda e a terceira possuem aproximações analíticas e discorreremos acerca de algumas considerações, para em breve nos atentarmos para o retorno do debate marxista sobre o campesinato na década de 1960 e 1970, alicerçada nas leituras e formulações de Shanin a respeito da teoria de Chayanov, de Kautsky e Lênin. Ao fim dessa primeira parte, problematizaremos a partir de alguns escritos de Marx os termos “classe em si” e “classe para si”, indispensáveis para a pergunta que queremos responder.

3.1 A transformação do capital na agricultura e o campesinato: a partir da visão de Marx

Precedente a análise das diferentes correntes marxistas que indagaram sobre o campesinato, considera ser essencial entendermos a concepção de Marx em relação a essa categoria para depois minuciar os outros paradigmas que se basearam nos escritos do autor.

De maneira geral, o autor se aprofundou na análise acerca da gênese e do modo de funcionamento do sistema capitalista, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas do capital. A principal obra de Marx foi *O capital*, com três volumes publicados em condições distintas. O primeiro em 1867, o segundo em 1885 e o terceiro em 1894. Marx faleceu em 1883, os dois últimos livros foram escritos por Engels com base nos manuscritos de Marx. Nos volumes de *O capital*, Marx descreveu principalmente a forma de desenvolvimento do capital na Inglaterra, país onde houvera a Revolução industrial e cujas estruturas econômicas e sociais foram transformadas com a industrialização ainda no século XIX.

O principal objetivo do autor ao escrever *O capital* foi o de apreender os movimentos complexos das leis econômicas da sociedade burguesa moderna, investigando a essência das relações sociais e de produção estabelecidas no interior do sistema capitalista, que resultam da contradição dialética entre capital e trabalho. A oposição e ao mesmo tempo interligação entre essas categorias é o cerne da teoria do valor de Marx, já que a partir dela originou-se o antagonismo de classes: por um lado os capitalistas detentores dos meios de produção e do outro a classe dos trabalhadores “livres” explorados.

e Kautsky como as de marxistas ortodoxos, ao considerarem que ambos fizeram uma leitura etapista e unilateral da história a partir da teoria de Marx (GUZMÁN; MOLINA, 2013). Assim, existem diferentes formas de interpretar o que seria a ortodoxia marxista.

O período que Marx escreveu suas obras foi no século XIX, contexto em que o capitalismo ainda era considerado de livre concorrência e que no ciclo do capital industrial, o capital produtivo dominava e subordinava as outras formas de capitais e de relações sociais. Além de descrever o funcionamento interno da sociedade burguesa, o autor desvendou as transformações estruturantes que o desenvolvimento do capitalismo provocava para se instituir como sistema econômico mundial. A gênese do processo de expansão do capital foi estabelecida a partir de uma acumulação primitiva, da transferência de valor das colônias para os centros europeus, do estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção e do domínio político e ideológico das massas.

No livro I, no Capítulo XXIV *Acumulação Original* Marx retratou a acumulação primitiva na Inglaterra, a forma clássica, local que originou a Grande indústria. Naquela região, a maioria da população no século XV era constituída de camponeses livres e autônomos, os trabalhadores agrícolas eram grande parte camponeses que trabalhavam nas terras dos senhores feudais e recebiam uma pequena parcela das terras para se dedicarem a produção de subsistência. A acumulação original proveio a partir da separação dos produtores imediatos de suas propriedades e condições de trabalho, transformando os produtores em trabalhadores assalariados e a propriedade fundiária em meios de produção. As bases do desenvolvimento do capital industrial originaram no século XV ao século XVI, a partir da expulsão dos camponeses e dos servos oriundos dos resquícios feudais dos meios de produção. Esse processo denominado de *cercamento*³³ dos campos provocou o lançamento de grande parte dos camponeses no mercado de trabalho, como trabalhadores “livres”.

Para tornar os antigos servos trabalhadores foi preciso tirar-lhes seus meios de subsistência, desse modo, eles teriam que se submeter ao trabalho assalariado para sobreviver, “a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (MARX, 2011, p. 8). Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento do capitalismo está organicamente vinculado ao processo de *cercamento*, de estabelecimento da propriedade privada e de expulsão dos produtores do campo.

Foi apenas no livro terceiro de *O capital* que os estudos específicos sobre a questão agrária e a inserção do capital no campo foram realizadas. Logo na introdução, antes do capítulo sobre *Gênese da renda fundiária capitalista*, os autores (Marx e Engels) esclareceram que o propósito

³³ Na Inglaterra, no período da Revolução Industrial, o *cercamento* dos campos ingleses foi elementar para o nascimento da grande indústria e para a formação do exército industrial de reserva (MARX, 1996).

do estudo sobre a agricultura seria o de entender o desenvolvimento do capital no campo e a transformação da renda fundiária na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, compreendendo a propriedade privada da terra como condição elementar para o capital se desenvolver. Em três passagens distintas dos autores (2008a, p. 823-824) é possível averiguar essa afirmação.

[...]Supomos assim que o modo capitalista de produção domina, além da atividade fabril, a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem dos demais capitalistas pelo setor em que aplicam o capital e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital.

[...]A suposição de o modo capitalista de produção ter apoderado da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, e que portanto existem em toda a plenitude as condições do sistema (...). Estudamos aqui uma forma histórica específica de propriedade fundiária, em que se transformou por influência do capital e do modo capitalista de produção a propriedade fundiária feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência.

[...] para nós é mister estudar a moderna forma da propriedade fundiária, por ser nosso propósito sobretudo examinar as relações específicas de produção e de circulação, oriundas da aplicação do capital na agricultura. Sem isso seria incompleta a análise do capital. Assim, **limitamo-nos apenas ao emprego de capital na agricultura propriamente dita.**

Os autores estabeleceram suposições durante o processo da pesquisa, supondo a já inserção do capital no campo, cujo propósito maior seria investigar as relações específicas desenvolvidas na agricultura com o desenvolvimento do capital. O intento dos autores era o de analisar os processos de transformação das bases feudais para o surgimento do capitalismo e narrar criticamente as alterações provocadas pela inserção do capital no campo. Apesar de terem sido acusados de defender “o fim do campesinato”, examinando um modelo de agricultura dominado pela grande indústria, aqui entenderemos as análises dos autores como tendências, assim como ocorre com as leis econômicas tendenciais de concentração, centralização e que da mesma forma podem ocorrer fenômenos contra tendenciais, os autores pesquisaram como movimentos tendenciais e de suposições, tendo em vista processos concretos e reais; não são certezas, mas são construídas a partir de um método de estudos das ciências sociais.

Para Marx e Engels a tendência da agricultura capitalista seria o fim do campesinato e o desenvolvimento de grandes latifúndios. A pesquisa dos autores concerne importância no entendimento interno de como o capital avança sobre as relações pré-capitalistas e subordina, transforma, aliena em prol da sua expansão. O debate é importante para compreender as transformações que o capitalismo provoca e agir politicamente a partir desse entendimento.

O aprofundamento dos autores se baseou no exame detalhado dos tipos de renda fundiária do capitalismo e das metamorfoses que as rendas pré-capitalistas passaram até chegar a renda em dinheiro, própria do sistema capitalista e do descolamento dos proprietários das condições de produção e de trabalho. A renda é considerada como uma parte da mais-valia produzida pelo capital que é apropriada pelo proprietário da terra e é uma particularidade das relações capitalistas desenvolvidas na agricultura moderna, uma vez que é condicionada diretamente à existência da propriedade privada. A propriedade privada seria a condição estrutural elementar para o desenvolvimento do capitalismo, promulgada pela superestrutura do poder jurídico e que a chama de direito de “liberdade”. O título de propriedade é uma permissão jurídica para a comercialização de terras, transformando-a em uma mercadoria.

No pleno desenvolvimento das relações capitalistas agrícolas de produção, diferentemente do antagonismo entre duas classes a do trabalhador e a do capitalista, na agricultura “moderna” capitalista três classes sociais aparecem mais nitidamente: o trabalhador assalariado, o arrendatário (o capitalista industrial) e o proprietário de terras. Os proprietários auferem uma renda pelo arrendamento da terra, que é paga pelo arrendatário, em um contrato acordado entre ambas as partes; essa renda que é chamada de renda fundiária ou renda da terra. A renda da terra, forma econômica auferida pelo título de propriedade privada é a principal particularidade no estudo sobre questão agrária inserida no capitalismo.

[...]para o produtor imediato, a posse da terra se patenteia uma das condições de produção, a propriedade da terra, a condição mais vantajosa, condição para seu modo de produção floresça. O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro. **Não nos atinge a objeção de que existiram ou existem ainda outras formas de propriedade fundiária e de agricultura.** É uma carapuça que cabe aos economistas que tratam o modo capitalista de produção na agricultura e a correspondente forma de propriedade fundiária não como categoria históricas e sim eternas. (MARX, 2008a, p. 823).

Os autores explicitaram claramente nessa passagem que, para eles, o que importa é a análise da propriedade privada da terra, elemento característico do modo capitalista de produção. A propriedade fundiária adquire, assim, sua forma puramente econômica, ao dissociar o proprietário da terra (esta que é o principal *meio de produção*) da própria produção estabelecida ali. Para o dono do território “a terra nada mais representa que um tributo em dinheiro que o monopólio lhe permite arrecadar do capitalista industrial, o arrendatário” (MARX, 2008a, p. 827). O dono das terras também pode vir a ser o próprio capitalista ou o produtor imediato, entretanto, por conta da capitalização da agricultura e do caráter capitalista

de concentração e centralização das terras, do capital, da produção, há sérias dificuldades de os produtores imediatos serem os proprietários da terra.

A propriedade privada da terra, transforma a terra em um meio de produção caro, o que impede a economia camponesa de subsistência ou a agricultura familiar de prosperar, pois o preço das terras se torna inviável. Outra questão importante é que os terrenos mais férteis ou de melhor localização estão dominados pelos grandes latifúndios. Por isso, *a luta pela terra* corresponde a primária e principal pauta dos movimentos camponeses desde o século XIX até os dias de hoje. Apenas com a posse da terra é possível plantar, produzir e reproduzir a condição camponesa. E ter a propriedade da terra ou não influencia diretamente na produção e na produtividade, já que parcela extraída do excedente precisará ser transferida para o proprietário sob a forma de renda da terra.

No modo de produção feudal as relações sociais de trabalho eram preeminentemente entre os produtores imediatos, chamados servos e os senhores feudais, que eram os donos de terras e exploravam os produtores diretamente. Dessa maneira, a renda equivalia a mais-valia. Não havia a classe dos proprietários de terra. Os produtores imediatos pagavam a renda diretamente ao senhor feudal. Com o desenvolvimento, primeiro do capital comercial e depois do capital industrial, alterou-se no campo as relações de trabalho e de tipos de renda. Coexistiram três tipos de renda principais desde o modo de produção feudal até o modo de produção capitalista, teorizadas por Marx (2008a) no Capítulo XLVII *Gênese da Renda Fundiária Capitalista*.

A mais simples das rendas era a *renda em trabalho* que consistia nos produtores imediatos trabalharem determinados dias nas terras dos senhores feudais de forma coercitiva, sendo que todo o produto excedente se destinava para o dono das terras. Isto é, o produtor imediato pagava em trabalho para o proprietário de terras pelo uso de uma fração do território para produzir seus próprios meios de subsistência; a renda nesse caso era equivalente a mais-valia. O segundo tipo de renda, *a renda em produtos* apareceu em um estágio mais desenvolvido das forças produtivas. No entanto, o produtor passou a se responsabilizar por toda a produção, com a posse da terra, produzindo em suas terras e a parte excedente (de produtos) era destinada ao proprietário das terras (sob a forma de renda).

A *renda em dinheiro* foi resultante da metamorfose da renda em produtos. É mister compreender que o produtor direto a partir de agora precisaria converter seus produtos em mercadorias e produzi-los como tal, para se ter um equivalente e efetuar a troca na esfera da

circulação de determinado contexto social. O produtor se insere nas relações sociais de produção e de circulação do produto, passando para o proprietário, em forma de renda, o dinheiro e não mais uma quantidade de produtos. Essa forma de renda pressupõe um desenvolvimento maior do mercado, do comércio, da indústria, da cidade, da circulação monetária. O produtor imediato se torna um arrendatário e passa a pagar a renda em dinheiro, as formas de renda anteriores em que a mais-valia era quase ou equivalente ao produto excedente são dissolvidos.

Em resumo, para Marx, com o desenvolvimento do capitalismo a tendência seria a agricultura se transformar em grandes indústrias. Com a expansão do capital o campesinato (e outras formas de relações de produção e de renda) tenderiam ao seu fim e as relações estabelecidas no campo seriam aos moldes do antagonismo entre as três classes existentes e tendo a propriedade privada da terra como a base da renda fundiária e condição *sine qua quon* do modo de produção capitalista.

Após a análise da metamorfose dos três tipos de renda, os autores adentraram no estudo das rendas fundiárias que coexistem no sistema capitalista, identificando os três tipos de renda da agricultura capitalista: a renda absoluta, a renda diferencial tipo I e a renda diferencial tipo II. Não cabe nessa dissertação uma análise aprofundada das rendas, dada a complexidade inerente ao tema, mas *a priori* iremos estabelecer algumas precisões conceituais que são importantes nas análises mais atuais, de inserção maciça de capital no campo e de expansão das fronteiras agrícolas a nível mundial e com mais ênfase na América Latina.

Primeiro, a renda fundiária existe porque constitui um monopólio do respectivo proprietário de terras ou de determinada força natural. A renda seria gerada a partir de um lucro suplementar, após determinado o lucro médio³⁴ e o custo de produção. A propriedade fundiária não cria a parte do valor que é transformada em lucro suplementar, apenas capacita o proprietário da terra a extrair do fabricante esse lucro suplementar; não cria o lucro suplementar, porém o transforma em renda fundiária (MARX, 2008a, p. 863).

A suposição inicial do autor foi a de que os preços de venda dos produtos agrícolas seriam iguais aos preços de produção. Os preços de produção seriam determinados pela soma do

³⁴ O lucro médio é a mais valia global que o capital produziu em todas as esferas da produção e é repartido igualmente, o “lucro médio é resultado, formação do processo social que se efetua dentro de relações históricas bem determinadas de produção, resultado que (...) supõe uma série de mediações” (MARX, 2008a, p. 1038).

capital constante, do capital variável – sendo que a soma de ambos equivale ao custo de produção – e do lucro médio. O lucro suplementar é produzido quando o preço individual da produção (o custo individual de produção) é menor que o preço social/médio geral (que determina o preço de venda e o conseqüentemente o lucro médio), isto ocorre quando o capitalista consegue obter um custo menor individual de produção, ou seja, consegue uma maior produtividade em relação ao preço médio. Se o capitalista consegue ter condições (custo menor) melhores que as condições sociais médias, ele aufera o lucro suplementar para destinar ao pagamento da renda.

A renda diferencial se baseia nas diferenças entre as fertilidades naturais e de localidade entre os solos. Seria a diferença entre as condições de produção naturais nos diferentes terrenos. Caso a desigualdade diminua, a renda diminui. Se aumentar a desigualdade entre os terrenos, a renda aumenta. Outro pressuposto de Marx no estudo da renda diferencial era de que o pior solo não pagaria renda fundiária e é ele quem determinaria o preço de mercado (na análise da renda absoluta, esse pressuposto é desconsiderado, o que veremos mais à frente). Qualquer solo que produza mais e com um custo de produção menor do que o pior solo, consegue gerar um lucro suplementar destinado ao pagamento da renda fundiária.

No caso da renda diferencial tipo I, o preço de produção que regula, que é o preço de venda e de mercado, seria o das mercadorias produzidas no terreno de pior solo. De forma mais clara, o lucro suplementar no caso da renda diferencial tipo I é determinado a partir da diferença entre a produção do terreno de pior solo e o preço de produção individual dos outros terrenos.

[...] Ao analisar a renda diferencial, partimos do pressuposto de que o solo pior não paga nenhuma renda fundiária ou, para expressar isso de modo mais genérico, só paga renda fundiária o solo para cujo produto o preço de produção individual está abaixo do preço de produção regulador do mercado, originando-se assim um sobrelucro que se transforma em renda (MARX, 2008, p. 219).

Resumidamente, a renda diferencial tipo I é o *resultado da produtividade diferente de investimentos de capitais iguais em superfícies iguais de fertilidades diferentes*. A renda diferencial é estipulada pela diferença entre o rendimento do capital investido no pior solo e do capital investido no melhor solo. Nesse tipo de renda, novos investimentos e o aumento da renda da terra correspondem a somente uma expansão da fronteira agrícola, no cultivo mais extenso do solo. O aumento da renda ou diminuição está totalmente vinculado a desigualdade, a diferença entre solos de mesmo tamanho, mas com fertilidades diferentes.

A renda diferencial tipo II tem como base a renda diferencial tipo I, todavia, em um estágio

mais avançado das forças produtivas do capital, uma vez que decorre do conjunto de capitais aplicados numa determinada terra, quando há uma maior intensificação produtiva do capital na agricultura. Na renda diferencial tipo II, diferente do tipo I, a renda pode aumentar sem a expansão da produção em novos terrenos através do investimento de capital naquela mesma fração do território.

Ao contrário da renda diferencial, que provém da diferença entre fertilidade (tipo I) ou investimento (tipo II), a renda absoluta é ela por si só. Não é apenas o fato de existir um excedente de valor acima do preço de produção que explicaria a existência da renda fundiária independente da desigualdade de fertilidade nos diferentes solos. A renda absoluta seria vinculada a existência do monopólio da propriedade da terra, os produtos agrícolas seriam sempre vendidos, segundo os autores, por um preço de monopólio.

No caso da renda absoluta, mesmo no pior solo o arrendatário precisaria pagar a renda para o proprietário da terra, “o preço de mercado tem de subir até o ponto em que o solo pague um excedente acima do preço de produção, isto é, uma renda” (MARX, 1981, p. 228). O preço de produção (que é o custo de produção mais o lucro médio) corresponde ao preço de mercado dos produtos, o preço de produção médio. O preço de produção,

[...] não é determinado pelo custo individual de cada produtor industrial, mas pelo preço de custo médio da mercadoria nas condições médias do capital no ramo de produção todo. É na realidade o preço de produção do mercado, a média do preço de mercado, distinguindo-se das oscilações dele. Em suma, é na figura de preço de mercado e, mais, é na figura do preço regulador do mercado ou no preço de produção do mercado que se revela o valor das mercadorias (MARX, 2008a, p. 855-856).

O lucro suplementar seria estabelecido entre a diferença do preço de produção individual e o preço de produção médio, que no caso da renda diferencial era do pior solo. No caso da renda absoluta, os preços de produção não são nivelados, equiparados, “seu monopólio consiste em não serem nivelados ao preço de produção” (MARX, 1981, p. 228-229).

[...]Os preços de produção se originam de uma equiparação dos valores das mercadorias que, após o reembolso dos respectivos valores de capital consumidos nas diferentes esferas da produção, distribui toda a mais-valia não na proporção em que é gerada nas distintas esferas da produção e, portanto, está contida em seus produtos, mas na proporção da grandeza dos capitais adiantados. Só assim surgem um lucro médio e o preço de produção das mercadorias (...)É tendência constante dos capitais acarretar, pela concorrência, essa equiparação na distribuição da mais-valia gerada pelo capital global e superar todos os obstáculos a essa equiparação.

Os mecanismos de equiparação dos preços de mercado e de obtenção do lucro médio dos ramos industriais (e da taxa geral de lucro) é realizado a partir da concorrência entre capitais,

a equiparação ocorre quando não há nenhuma barreira que impeça a concorrência entre os capitais. Os pressupostos de Marx e Engels no capítulo XLV *A Renda Fundiária Absoluta* seria de que ocorreria a distribuição proporcional “do capital social global entre as distintas esferas da produção, na contínua imigração e emigração dos capitais, em sua transferibilidade de uma esfera para outra, em suma, em sua livre mobilidade”, e assim, suporiam que não haveria nenhum obstáculo para impedir a concorrência entre os capitais,

[...]no sentido de reduzir o valor ao preço de produção e com isso distribuir proporcionalmente a mais-valia excedente dessa esfera de produção entre todas as exploradas pelo capital. Se, porém, ocorre o contrário e o capital se depara com uma força estranha, que ele só pode superar em parte e que limita seu investimento em esferas específicas da produção, permitindo-o apenas sob certas condições que excluem aquela equiparação geral da mais-valia ao lucro médio de modo total ou parcial, então, evidentemente, originar-se-ia um sobrelucro em tais esferas da produção decorrente do excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de produção, sobrelucro que poderia ser transformado em renda, e como tal, ser autonomizado em relação ao lucro. (MARX, 1981, p. 228)

Em suma, a renda absoluta seria originada através do preço de monopólio. Não ocorre a nivelção dos preços para formar a taxa geral de lucro. A propriedade privada impede a nivelção e intercepta parte da mais-valia, ao estabelecer um preço de monopólio, “a propriedade fundiária é a barreira que não permite nenhum novo investimento de capital em um solo até então não cultivado ou não arrendado sem pretender um tributo, isto é, sem exigir renda” (MARX, 1981, p. 228).

Por meio de Marx e Engels (materializações do livro III de *O capital*) perpassamos as peculiaridades do capital agrícola em relação ao capital industrial, a metamorfose da renda fundiária com a inserção do capital na agricultura e algumas considerações conceituais no estudo da categoria renda fundiária (forma/expressão econômica da propriedade privada), desconstruindo e ampliando a categoria trabalhada anteriormente pelos autores clássicos da Economia Política (como David Ricardo, Adam Smith).

Os autores partiram de premissas, hipóteses e tendências no decorrer de toda a obra *O capital* como parte do método e com o intuito de que a análise teórica e os exemplos fluam, a explicação teórica se torne mais acessível para a compreensão e exposição. A generalização não faz parte do método de Marx, ao contrário, a historicidade de cada formação social e econômica compreendida com a lógica, a criticidade e a dialética faz parte e é o próprio método materialista. As leis econômicas, os pressupostos, as categorias analisadas necessariamente precisam ser compreendidas no geral e aplicadas no particular, considerando as singularidades.

Os autores deixaram questões teóricas importantes para interpretarmos o capitalismo agrário, uma análise detalhada dos tipos de renda fundiária, basilar para entender como o capital domina o campo e ao mesmo tempo carece da superestrutura jurídica que legitime a propriedade jurídica privada da terra. Compreender a importância da propriedade fundiária no modo de produção capitalista torna-se fundamental para uma análise crítica a respeito da questão agrária, no que tange a posse, o uso e a propriedade da terra e dos impactos para os camponeses e agricultores familiares. E aplicar tais considerações e elaborações teóricas na atual conjuntura, que vêm intensificando sua inserção na agricultura.

O estudo do campesinato perpassou diferentes formações sociais e cada um com elementos específicos inerentes da história de suas civilizações, com rupturas e mudanças. Diversos estudiosos realizaram pesquisas sobre um campesinato que vem sendo construído e reconstruído no decorrer de distintos modos de produção. A relação do homem com a terra e com a agricultura é a história do nascimento das sociedades. O sedentarismo e o desenvolvimento da agricultura permitiram o desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas, quando o campo passou a suprir tanto a população agrícola quanto a não residente do campo. A análise proposta não pretende ir tão longe, porém, é contundente reforçar que apenas em uma perspectiva da totalidade a Questão Agrária pode ser entendida, assimilando historicamente as particularidades da inserção do capital na agricultura em diferentes sociedades, realidades e contextos.

Dentro do marxismo, a controvérsia do campesinato assumiu relevância política desde as revoluções burguesas e as revoluções socialistas do século XIX e XX. Apesar de teoricamente pouco considerados, na prática adquiriam importância nas alianças políticas e nas lutas. A problemática do campesinato inicialmente teve como foco a Europa e as transformações que o desenvolvimento do capitalismo estava provocando nas regiões.

A questão do campesinato nesse primeiro momento foi um reflexo do que ocorria na Europa ao final do século XIX, com mais precisão na Rússia. A Rússia pré-revolucionária era configurada por uma Monarquia Absoluta governada por um Czar, cuja maioria da sociedade estava organizada em comunas rurais, os *Mir*. Naquele período, a Rússia era um país predominantemente agrário e semifeudal; em 1861 a servidão havia sido abolida e a região passava por um processo de transição para o capitalismo, mas com inconstâncias próprias daquela formação social. A Rússia possuía especificidades significativas em relação aos outros países ocidentais (SANTOS, 2016).

O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), criado em 1898, teve o objetivo de reunir em um partido todas as organizações revolucionárias. Algumas vertentes do partido com ideias marxistas passaram a difundir os ideais socialistas. Em 1903 duas alas do partido foram desenvolvidas, com ideologias, opiniões e propostas de estratégia e tática divergentes: o partido dos Mencheviques, liderados por Georgy Plekanov e Yuly Martov, faziam uma leitura do marxismo ortodoxo, segundo eles, após a tomada do poder do Czar Nicolau II deveria ser construída uma nova república burguesa, isto é, seria necessário desenvolver as forças produtivas do capitalismo com reformas políticas e econômicas e o desabrochar de suas contradições para que uma revolução socialista pudesse ser realizada décadas mais tarde. A outra ala do POSDR era a dos Bolcheviques, que tinha Lênin como o principal representante, defendiam que os trabalhadores apenas chegariam ao poder político com uma luta revolucionária, e que, portanto, a Revolução Russa já deveria ocorrer nas mãos dos trabalhadores, em uma ditadura do proletariado.

O Domingo Sangrento de 1905 abriu as possibilidades para a revolução socialista. Em fevereiro de 1917 houve a Revolução Russa, com a queda (abdicação do poder) do czar e o partido dos Mencheviques assumindo o poder apoiados pela burguesia liberal. No mês de outubro de 1917, Vladimir Lênin organizou os sovietes e o Partido dos Bolcheviques tomou o poder, a partir de uma revolução de caráter popular, colocando no poder o Conselho dos Comissários do Povo.

Na Rússia pré-Revolução, a disputa teórica era marcadamente um reflexo da disputa política. As divergências em termos de estratégia e tática política da revolução a partir da leitura marxista configurava uma questão teórica complexa de se travar. Assim como nos conflitos políticos, na teoria o ápice da discussão era sobre as “etapas” que os Estados precisariam passar para atingir o sistema socialista, as etapas seriam de acordo com os modos de produção existentes, o primitivo, o feudal, o capitalista e *a posteriori* o socialista. A Rússia estava na transição do período feudal, essa questão direcionaria toda a atuação do Estado e dos sujeitos políticos na construção de uma nova Rússia.

A questão proeminente na esquerda marxista russa era caso ocorresse a revolução e a tomada do Estado do czar se seria necessário transformar as estruturas da sociedade em capitalista, para depois chegar ao socialismo. A partir dessa visão o campesinato seria eliminado pelas grandes propriedades rurais; ao considerar a agricultura uma indústria no sistema capitalista, a tendência a concentração e a centralização fundiária assim como em um ramo industrial poderia minar as pequenas propriedades.

Seria necessário que o Estado propiciasse uma revolução nas estruturas produtivas as direcionando para uma estrutura capitalista? Ou o Estado poderia estimular o nascimento do socialismo dada as bases feudais e de uma população cuja maioria provinha do campesinato? Essas respostas correspondiam ao futuro do campesinato naquela região.

Para Vadim Trubnikov (1986), no livro *Via de Desenvolvimento Não capitalista: teoria, experiência, perspectivas*, o autor que trabalhava na revista teórica e política do Partido Comunista da União Soviética, apontou importantes elucidações sobre a passagem dos países europeus para o socialismo e dos rumos dos demais países “atrasados” da Ásia e África nesse contexto. Para Trubnikov, Lenine (como o chamava Lênin) considerava que no século XX, no período do imperialismo, com as acentuações das desigualdades entre os países desenvolvidos e atrasados, nestes últimos os movimentos de luta pela libertação nacional se ampliariam e ganhariam força revolucionária, se aliando aos movimentos operários internacionais. Conquanto, os países ocidentais precisariam ter passado pela revolução do proletariado, para “murchar” as relações capitalistas do mercado mundial e consequentemente dos países atrasados/dependentes.

Com as revoluções do operariado nas regiões ocidentais, as forças das relações capitalistas se perderiam nas regiões “semicivilizadas”, propiciando o triunfo do socialismo sem necessariamente adentrar na via capitalista, em uma perspectiva de *via de desenvolvimento não capitalista no sentido do socialismo* (TRUBNIKOV, 1986, p. 19). Esse debate é polêmico, se pensarmos: as regiões ditas atrasadas teriam relações feudais, pré-capitalistas, capitalistas? Qual era o sistema econômico das nações atrasadas? Ao trazer essa questão para o Brasil, houveram significativas divergências que serão analisadas no capítulo três, ao transplantar a categoria campesinato para a América Latina nos moldes europeus sem as devidas considerações.

As classes operárias dos países europeus após a revolução, poderiam proporcionar ajuda necessária para os países mais atrasados, para que cheguem ao socialismo, pondo fim ao seu “atraso”, consolidando-se mundialmente:

[...]a união entre o movimento revolucionário da classe operária e o seu poderoso aliado, o movimento de libertação nacional, na sua luta conjunta com o imperialismo e para a revolução vitoriosa na Rússia onde 1/6 da população (...) ainda se encontravam em fases pré-capitalistas de desenvolvimento” (TRUBNIKOV, 1986, p. 21-22).

Essa ajuda que o autor descreveu no tocante aos movimentos de libertação nacional dos países atrasados seria dada pelo proletariado vitorioso dos países europeus, para superar o “atraso” dessas regiões com a impulsão de máquinas e de formação de uma classe proletariado nessas regiões, para chegar a democratização e ao posterior socialismo, incluindo as regiões russas que estavam em fases pré-capitalistas.

[...]Só a classe operária que triunfar na parte industrialmente desenvolvida do mundo, salientou Lênine em 1916, exatamente um ano antes da vitória da revolução socialista na Rússia, poderá <<proporcionar a estes povos mais atrasados e oprimidos do que nós uma ‘ajuda cultural desinteressada’...isto é, ajuda-los a começar a utilizar as máquinas, facilitando o trabalho, passar à democracia, ao socialismo>>. (...)o amplo apoio proporcionado pela classe operária ao movimento de libertação nacional, seu aliado militante, consolida e acelera, por sua vez, a reorganização de todo o mundo. (TRUBNIKOV, 1986, p. 21).

Algumas questões surgem a partir dessa análise do autor, a partir da visão de Lênin, estimular o processo de industrialização desses países com o pretexto de tirar o “atraso” também não seria uma forma de desenvolver as forças produtivas do capitalismo industrial, de promover os processos de industrialização desses países? Porém, caso as classes trabalhadoras dos países ocidentais tomassem o poder político, o mercado mundial conteria as principais economias com as classes trabalhadoras no poder e poderiam promover outro tipo de processo de industrialização. Essa realidade não ocorreu, mas muitas revoluções e revoltas ocorreram na América Latina no século XX apoiadas na visão marxista e leninista, como a própria revolução cubana.

Contudo, as regiões consideradas atrasadas, inclusive nos territórios russos, ligados ao campo, as comunas rurais e os camponeses tenderiam ao fim e a proletarianização? Se não pelo capitalismo, pela própria esquerda marxista? Será o que indagaremos a seguir.

Marx e Engels haviam trabalhado no desenvolvimento de *O capital* a realidade da Inglaterra, outra formação histórico-social muito diferente da russa. Transplantar toda aquela análise para uma outra realidade contradiz com o próprio método histórico-dialético. As análises, abstrações, leis gerais construídas pelos autores são cruciais para entender no sentido da totalidade qualquer realidade, desde que realizadas as devidas mediações e consideradas as particularidades de cada conjuntura pesquisada.

No livro *Karl Marx: Escritos sobre la Comunidad Ancestral* de Alarcón e Prieto (2015) encontramos algumas indicações do que poderia ser o destino das comunas rurais. Karl Marx trocou cartas com Vera Zasúlich, escritora, marxista e revolucionária no final do século XX, procurando entender justamente o que ocorreria com as comunidades camponesas russas após

a revolução do operariado. Zasúlich escreveu para Marx no dia 16 de fevereiro de 1881 e recebeu a resposta no dia 08 de março do mesmo ano. Abaixo citamos as duas cartas trocadas entre os autores, que indicam o que defendemos: em *O capital*, não há recomendações e indicações de que ocorreria o fim do campesinato, o que há são análises teóricas profundas das tendências que ocorreriam com o desenvolvimento do capitalismo. Mas a história depende dos movimentos dinâmicos do todo e dos sujeitos políticos que a constroem.

Vera Zasúlich, del 16 de febrero de 1881.

¡Honorable ciudadano! No ignora usted que su Capital goza de gran popularidad en Rusia. Pese a haber sido confiscada la edición, los pocos ejemplares que quedaron han sido leídos y releídos por el conjunto de las personas más o menos instruidas de nuestro país; y hay quien lo está estudiando seriamente. Pero lo que ignora usted probablemente es el papel que su Capital desempeña en nuestras discusiones acerca de la cuestión agraria en Rusia y de nuestra comuna rural. Sabe usted mejor que nadie cuán apremiante es esta cuestión en Rusia. Sabe lo que de ella pensaba Chernishevski. Nuestra literatura avanzada, como los Otiéchest-viennie Zapiski [Anales patrios] por ejemplo, sigue desarrollando sus ideas, pero ésta es cuestión de vida o muerte, según creo, principalmente para nuestro partido socialista. Sea como quiera, de usted depende en esta cuestión incluso el destino personal de nuestros socialistas revolucionarios.

Una de dos: o bien esta comuna rural, libre de las exigencias desmesuradas del fisco, de los pagos a los señores de la administración arbitraria, es capaz de desarrollarse en la vía socialista, o sea de organizar poco a poco su producción y su distribución de los productos sobre las bases colectivistas, en cuyo caso el socialismo revolucionario debe sacrificar todas sus fuerzas a la manumisión de la comuna y a su desarrollo.

O si, por el contrario, la comuna está destinada a perecer no queda al socialista, como tal, sino ponerse a hacer cálculos, más o menos mal fundados, para averiguar dentro de cuántos decenios pasará la tierra del campesino ruso de las manos de éste a las de la burguesía y dentro

de cuántos siglos, quizá, tendrá el capitalismo en Rusia un desarrollo semejante al de Europa occidental.

Entonces deberán hacer su propaganda tan sólo entre los trabajadores de las ciudades, quienes continuamente se verán anegados en la masa de los campesinos que, a consecuencia de la disolución de la comuna, se encontrarán en la calle, en las grandes ciudades, buscando un salario.

En los últimos tiempos hemos solido oír que la comuna rural es una forma arcaica que la historia, el socialismo científico, en una palabra, todo cuanto hay de indiscutible, condenan a perecer. Las gentes que predicán esto se llaman discípulos por excelencia de usted: “marxistas”. El más poderoso de sus argumentos suele ser: “Lo dice Marx.”

“Pero, ¿cómo lo deducen ustedes de su Capital? No trata en él la cuestión agraria ni habla de Rusia”, se les objeta. (...)”³⁵

Houveram algumas traduções da resposta de Karl Marx a Vera no dia 08 de março de 1881, mas abaixo apresentaremos resumidamente e utilizando uma das citações presentes no livro *Karl Marx: Escritos sobre la Comunidad Ancestral* a resposta de Marx sobre a questão do campesinato russo.

Querida ciudadana:

Una enfermedad nerviosa que me viene aquejando periódicamente en los últimos diez años me ha impedido responder a su carta del p.p. 16 de febrero <que me hizo usted el honor de enviarme>.

Siento no poder darle un estudio sucinto destinado a la publicidad <de los problemas> de la cuestión que usted <tuvo a bien> me hizo el honor de plantearme. Hace dos meses que tengo prometido un trabajo sobre el mismo tema al comité de San Petersburgo. Sin embargo, espero que unas cuantas líneas basten para no dejarle ninguna duda <sobre las

³⁵ ALARCÓN, S. de; PRIETO, Vicente. *Karl Marx: Escritos sobre la Comunidad Ancestral*. 2015. p. 175-176.

conclusiones que se han sobre el mal entendimiento respecto de mi supuesta teoría.

1] El análisis dado en El capital no ofrece, pues, <nada> ninguna razón que se pueda esgrimir en favor ni en contra de la vitalidad de la comuna rusa.

<En cuanto a mi opinión personal acerca de la comuna rusa, que he estudiado durante largos años y en las fuentes originales (¡sic!), es ésta>.

*<Después de un estudio (prolongado durante muchos años) de la comuna rusa en las fuentes originales (¡sic!) continuado durante>.
<Para tener una opinión definitiva sobre el posible porvenir de la comuna rusa, hay que contar con algo más que vagas analogías históricas. Hay que estudiarla>.
<Yo la he estudiado durante largos>.
<Yo he hecho un estudio de ella>.*

<En cuanto a mi opinión sobre el posible destino de la comuna>.

Los estudios especiales que he hecho de ella, y cuyos materiales he buscado en las fuentes originales me han <llevado a este resultado> convencido de que esta comuna es el punto <de partida> de apoyo natural de la regeneración social en Rusia <para la regeneración de la sociedad rusa>. Pero <claro está, hay que empezar por ponerla en condiciones...> a fin de que pueda funcionar como tal, sería preciso eliminar primero las influencias deletéreas que por todas partes la acosan, y a continuación asegurarle las condiciones de un desarrollo espontáneo.³⁶

Nessas respostas, o filósofo forneceu indicações preciosas para a questão do campesinato. Primeiro, a de que no livro *O capital* não há respostas contra e nem a favor das comunas rurais russas, na verdade, no principal livro de Marx não existem respostas prontas e conceitos fechados. Segundo, que é preciso estudar a história da formação social e econômica da região que se quer entender. E terceiro, que a comuna russa poderia ser um “ponto de partida” para a

³⁶ ALARCÓN, S. de; PRIETO, Vicente. Karl Marx: Escritos sobre la Comunidad Ancestral. 2015. p. 201-202.

reestruturação da sociedade russa após a revolução, a depender das condições para essa efetividade.

3.2 O debate clássico sobre o campesinato a partir dos marxistas europeus

A partir da fundamentação de Marx, prosseguiremos no debate teórico do campesinato através das diferentes correntes teóricas que trataram do assunto dentro do marxismo. De acordo com Eduardo Sevilla e Manuel González, o debate teórico do campesinato dentro do marxismo iniciou no século XIX, no livro *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, os autores analisaram a predominância de três correntes marxistas principais de pensamento: o marxismo ortodoxo (Lênin e Kautsky como principais expoentes), os narodistas populistas russos e o marxismo de Chayanov, que seria uma continuidade dos populistas russos.

Os paradigmas de pensamento refletiam a realidade russa. Após esse debate clássico, Shanin surgiu na década de 1960 e 1970 como um grande expoente da defesa do campesinato enquanto classe, partindo de uma releitura crítica dos autores clássicos, Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov. Partiremos desse debate mais amplo, para no capítulo três trazermos essa perspectiva para o entendimento do campesinato na realidade latino-americana, cuja controvérsia teve início ainda na década de 1950 e 1960 e que foi determinante para a realidade política brasileira.

Primeiro, investigaremos brevemente o que Lênin e Kautsky haviam compreendido sobre o campesinato. Considerados ortodoxos marxistas por muitos, nas obras publicadas em 1889, a de Lênin *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e de Kautsky, *A questão agrária*, os autores compartilhavam o mesmo pressuposto:

[...]segundo o qual o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações especificamente capitalistas de produção, o que geraria um processo de diferenciação interna no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses abastados), e os camponeses pobres, proletarizados. Esse processo teria, portanto, como ponto de chegada a desintegração do campesinato através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em capitalista ou em assalariado (SANTOS, 2016, p. 60).

As contribuições dos autores surpreenderam pela convergência de ideias na construção de suas teorias, em virtude de não ter havido um diálogo entre ambos, apenas após as publicações (PAULINO, 2008, p. 217). Enquanto Marx analisou as especificidades históricas da aplicação do capital na agricultura no país inglês, Kautsky examinou a realidade prussiana e Lênin

inquiriu sobre duas vias, a via russa (via *junker*) e a via *farmer*. A via *farmer* representou o processo norte-americano de aplicação do capital no campo.

Da mesma maneira que Marx, ambos os autores pesquisaram acerca de como o capital transformaria as relações sociais existentes, expandindo o seu poderio e subordinando as outras relações pré-capitalistas aos anseios capitalistas. O que interessava para os autores era o estudo sobre as especificidades de cada formação social e de como o capital estava se apropriando e transformando (e tenderia a se apropriar e transformar mais intensamente) as relações sociais (econômicas, de trabalho, ideológicas). Analisar teoricamente o funcionamento interno do capital e entendê-lo é a chave para agir e revolucionar as estruturas da realidade.

Na identificação das tendências da agricultura moderna de proletarização dos camponeses ou da expulsão desses do campo ou de sua transformação como arrendatários capitalistas, os autores forneceram subsídios para entender que: se não houver luta política, a tendência seria o fim do campesinato. Assim como, a tendência para o sistema capitalista como um todo é acentuar as desigualdades, inerentes do sistema econômico dividido em classes.

Na citação abaixo, Kautsky deixou claro que a proposta é a de indagar como o capital se insere na agricultura, mais do que reduzir a teoria marxista a fórmula do “fim do campesinato”, é preciso pesquisar primeiro as transformações que o capital provocaria no campesinato.

[...]a teoria marxista do sistema de produção capitalista não consiste simplesmente em reduzir a evolução deste à fórmula – desaparecimento da pequena exploração diante da grande – que, uma vez decorada, nos pusesse por assim dizer no bolso a chave do edifício da economia moderna. Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura, deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas. (...) Apenas após respondido a essa pergunta é que poderemos ver se a teoria de Marx é ou não aplicável à agricultura. (KAUTSKY, 2011, p. 60-61).

Além disso, Kautsky elucidou que apesar de existirem outras formas relações de produção é preciso considerar em essência o modo de produção capitalista, o sistema econômico dominante e que estava em expansão nesse período. Se é o capitalismo que tem dominado as outras formas de produção, faz-se necessário estudar com profundidade como essas transformações irão ocorrer, como o capital domina o campo. Apesar disso, o autor ponderou que politicamente é necessário considerar todos esses germes de outros modos de produção.

[...]O teórico desejoso de pesquisar as leis fundamentais que governam a vida da sociedade atual não pode desencaminhar-se por essa multidão de fenômenos. Ele deve considerar **o modo de produção capitalista na sua essência, nas suas formas clássicas, separando-o de todos os restos e germes ambientes de outras formas de produção.** Inversamente, o político prático cometeria uma grave falta se considerasse os capitalistas e os proletários como os únicos fatores da sociedade atual, e desviasse os olhos das outras classes (KAUTSKY, 2011, p. 58).

Em outra passagem, Kautsky analisou que ao lado do modo de produção capitalista coexistiam outros modos de produção que poderiam indicar um novo futuro para o desenvolvimento econômico.

[...]Ao lado dele se encontram ainda restos de modos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. E já se pode descobrir em muitas expressões da economia de Estado, da economia comunal e da cooperação, os germes de um novo modo de produção (KAUTSKY, 2011, p. 58).

É interessante problematizar a indagação do autor acerca do estudo de outros modos de produção existentes e de suas relações internas, caminhando lado a lado com uma análise profunda do sistema dominante, para que na prática política seja possível identificar germes de um novo modo de produzir socialmente. São os questionamentos que ficam em torno da leitura de Kautsky.

Em relação ao debate de classe, o autor considerou o campesinato enquanto classe, uma classe que preocupava politicamente os partidos de esquerda “a classe dos camponeses, que constituía, ainda há pouco, a parte mais considerável da população de nossos Estados sempre preocupou (...) os partidos democráticos e revolucionários do nosso século”, o questionamento de Kautsky era se “o ideal comunista, que tem por fundamento a grande empresa, e ao mesmo tempo o programa que dele resulta deverão experimentar uma transformação de princípio em face dos camponeses” (KAUTSKY, 2011, p. 59).

A análise do autor era a de que o sistema capitalista de produção, de domínio industrial, tenderia a transportar para a agricultura esse modelo da grande indústria. A tendência seria a proletarianização do campesinato, assim como o autor analisou em seu livro *A Questão Agrária*. Todavia, Kautsky retratou que existem especificidades inerentes a agricultura em relação a indústria, inclusive, a pequena exploração não obedeceria a um processo rápido de desaparecimento, seria lento a transformação da pequena propriedade para a grande.

[...]A agricultura não desenvolve o mesmo processo que a indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, (...) ambas tendem para o mesmo fim (...) e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto (KAUTSKY, 2011, p. 60).

Já Lênin, acerca do Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia no texto denominado *A Substituição da Economia Fundada na Corveia pela Economia Capitalista na Agricultura Russa Contemporânea* na revista *Natchalo* (O Princípio), lançada em 1889, analisou a transformação da agricultura com a inserção do capital no campo no contexto da via *junker*. A proposta do autor foi a de identificar como ocorreu na Rússia a passagem da agricultura baseada na corveia ³⁷ para a agricultura capitalista de grandes latifúndios. O autor analisou historicamente como era a agricultura camponesa russa sob o modelo de corveia e como se deu a sua evolução após a reforma de 1861, conhecida como a reforma da Emancipação dos servos. Esta reforma foi a primeira das reformas liberais realizadas durante o reinado do Alexandre II da Rússia.

A reforma representou o fim da dependência servil do campesinato russo e a agricultura russa passou por alterações profundas em sua estrutura econômica e social. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia no final do século XIX, Lênin previu o desaparecimento do “camponês médio” e a transformação do camponês pobre em proletário e do camponês rico em capitalista. Assim, para os camponeses, de acordo com Lênin, apenas restaria duas alternativas: os camponeses seriam ou transformados em proletários ou em arrendatários capitalistas (MARQUES, 2008).

O modelo econômico de corveia foi minado com a reforma e a abolição da servidão, os fundamentos principais desse sistema também passaram a se deteriorar gradualmente, as condições necessárias para a produção capitalista não estavam propiciadas, e todas as condições – como liberar os meios de produção da economia camponesa, a adequação dos servos as relações salariais, a organização da agricultura também como uma empresa industrial – só poderiam ser desenvolvidas lentamente, assim como Kautsky descreveu. Assim, “o único sistema econômico possível era, pois, um sistema de transição, combinado e associando traços da corveia e do sistema capitalista” (LÊNIN, 2011, p. 125).

Nesse sistema misto, Lênin buscou dados estatísticos que indicasse qual dos dois sistemas seria o mais generalizado, de acordo com ele “ainda que nas províncias puramente russas a

³⁷ A economia de corveia significa o pagamento de tributos ou renda pelo servo ao senhor feudal sob a forma de trabalho e era o sistema de servidão pelo qual os camponeses russos estavam submetidos. Nesse sistema as terras eram divididas em terras senhoriais e terras camponesas, o produto do trabalho produzido pelo servo em suas terras era necessário para eles, pois garantia a subsistência de sua família e era necessário para o latifundiário uma vez que assegurava que o trabalhador permanecesse em suas terras trabalhando no modelo da corveia, “o lote camponês era, nesse sistema, uma forma de salário em espécie (para empregarmos a linguagem de hoje), ou um meio de assegurar mão-de-obra para o latifundiário” (p. 122). O camponês vinculado à terra e dependente do senhor feudal é a condição para a economia baseada no modelo de corveia.

supremacia caiba ao pagamento em trabalho, no conjunto da Rússia europeia é o sistema capitalista a forma já predominante na economia latifundiária” (LÊNIN, 2011, p. 128). Por vezes, o sistema de corveia acaba por se transformar em sistema capitalista, entretanto, o autor destaca que as formas e variedades da economia atual latifundiária se reduziriam aos dois sistemas principais (de corveia, ou seja, do pagamento em trabalho e o sistema de assalariamento).

O autor considerou as formas de produção e de pagamento da corveia anteriores ao sistema de assalariamento como formas atrasadas e que as novas relações de produção capitalistas poderiam ser consideradas um progresso. Se levarmos em conta a servidão feudal, o modo de produção e de pagamento da corveia, certamente podemos concordar com essa afirmação. Mas considerar a grande indústria e a expulsão dos camponeses da terra como um avanço civilizatório é a mesma “desculpa” utilizada na colonização da América Latina e que segue até hoje justificando os processos de expulsão dos povos quilombolas e indígenas de suas terras.

[...] o velho sistema conduz à estagnação das formas de produção (e, pois, do conjunto das relações sociais) e à dominação do atraso. Na agricultura como na indústria, as novas formas de exploração capitalistas, apesar de todas as contradições que lhes são inerentes, representam um enorme progresso (LÊNIN, 2011, p. 135).

O crescimento da economia mercantil seria incompatível com o sistema de corveia, segundo Lênin. Esse sistema não seria realizável plenamente, com o avanço e o desenvolvimento da economia mercantil e comercial da agricultura, as condições de efetivação e reprodução do sistema econômico baseado no pagamento em trabalho seriam cada vez mais deterioradas.

Lênin (2011, p. 155) examinou que a inserção do capitalismo na agricultura russa “sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. Porém, uma questão fundamental que o autor destacou é a de que:

[...] ao assinalar o histórico papel progressista do capitalismo na agricultura russa, não perdemos de vista, o mínimo sequer, o caráter historicamente transitório desse regime econômico, nem as profundas contradições sociais que lhe são inerentes. (LÊNIN, 2011, p. 158).

Alguns aspectos devem ser considerados ao criticar Lênin e Kautsky. O primeiro aspecto seria a falta de acesso a manuscritos e aos livros traduzidos de Marx (incluindo o livro III de *O capital*) e o segundo tem ligação com as interpretações gerais que a Segunda Internacional provocou nas atuações políticas e nas leituras teóricas. A Segunda Internacional foi criada por iniciativa principal de Friedrich Engels em 1889 e durou até 1916, era integrada por partidos

socialdemocratas e trabalhistas, lutavam tanto por reformas quanto por aspirações revolucionárias.

[...]Por sua vez, os teóricos marxistas da Segunda Internacional, inspirados pelas conclusões e pelos referenciais ocidentais d'O Capital, não reconheciam uma "especificidade camponesa" e tampouco consideravam sua potencialidade política, precisamente por seu vínculo à propriedade e seu inevitável afastamento às relações de produção fabris. (SANTOS, 2016, p. 16)

Apesar das semelhanças nas teorias de Lênin e Kautsky, para Paulino (2008) haviam diferenças entre as análises. Enquanto para Lênin, este desaparecimento se daria através da diferenciação social, compreendendo que a evolução das técnicas de produção, a partir do emprego de máquinas e de insumos artificiais, levariam a um processo de aburguesamento da parcela (mais rica) do campesinato e de proletarianização do restante. Para Kautsky, o desaparecimento do campesinato seria fundamentado na premissa de inferioridade intelectual da classe camponesa e da dificuldade dos mesmos de familiarizar-se com novos conhecimentos. Além disso, o autor identificou o processo de proletarianização como um salto qualitativo, um processo benéfico "de passagem da barbárie à civilização" (PAULINO, 2008, p. 217).

Tal afirmação pode ser contestada parcialmente, uma vez que, como vimos, tanto Lênin quanto Kautsky analisaram profundamente as transformações na estrutura produtiva com a expansão do capitalismo, ambos identificaram como um "progresso" o avanço do capital e suas transformações no campo que eram atrasados, apesar das contradições inerentes a esse novo sistema econômico que passou a dominar.

Toda essa antiga tradição dos estudos camponeses decorreu das transformações estruturais do modo de produção capitalista no Ocidente e as consequências desse processo para o campesinato. Nesse contexto, necessariamente originou outros grupos teóricos que estavam tentando impedir a "desorganização social, exploração econômica e depredação sociocultural" que o avanço do capitalismo provocava nas comunidades rurais (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 21). A análise da gênese dos estudos sobre o campesinato europeu será crucial na reconstrução dessa categoria na matriz de pensamento popular latino-americano analisada mais à frente.

No contexto pré-revolucionário da Rússia, a questão do campesinato aflorou os teóricos da época, que procuravam entender o que ocorreria após revolução e a abolição do Estado czarista, a dúvida era se seria preciso a existência de uma etapa capitalista para se chegar ao socialismo, ou seja, se o Estado iria promover o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. O

movimento narodnista surgiu através desses embates sobre o etapismo e procuravam alternativas para assegurar os interesses das comunidades rurais russas, que viviam nas bases do direito Consuetudinário Camponês.

Os narodnistas, considerados os populistas russos, visavam a manutenção das comunas rurais e a possibilidade de avançar no socialismo sem a etapa capitalista e a desagregação do campesinato, por intermédio do desenvolvimento das próprias comunas rurais. Os narodnistas se basearam nas leituras de *O capital* de Marx, a polêmica causada pela utilização da teoria revolucionária no contexto da Rússia provocou uma reconsideração por parte de Marx acerca da função do campesinato na evolução das sociedades, de acordo com Guzmán (1990).

Guzmán e Molina analisaram que conforme Shanin corroborou em seus textos, Marx nos últimos dez anos de sua vida provocou uma virada narodnista em seu pensamento, quando começou a se aprofundar no tema do campesinato e de seu papel no processo histórico. Além disso, “na opinião de alguns estudiosos, é possível detectar a aceitação de determinados elementos dos marcos teóricos esquematizados na orientação teórica do narodnismo como a diversidade de vias para o socialismo e, possivelmente, a existência de uma via camponesa” (SHANIN, 1984 *apud* GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 24).

Os narodnistas foram a primeira corrente de pensamento acerca do campesinato, surgidos na década de 1860 e 1870, defenderam um novo modelo de desenvolvimento econômico para a Rússia, no qual o campesinato aparecia como protagonista central. A heterogeneidade desse grupo com diferentes práxis intelectuais e políticas surpreende, todavia, duas características convergentes do pensamento desse grupo são:

[...]por um lado, sua rejeição à propagação do capitalismo que já atingia uma dimensão hegemônica na Europa ocidental; e por outro, a assunção e o desejo de que a Rússia saltasse a etapa capitalista para atingir uma sociedade mais justa, socialista, sem a desorganização do campesinato (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 24).

Os narodnistas podem ser analisados cronologicamente em três etapas correspondentes aos momentos teóricos e políticos da conjuntura russa. A primeira corrente de pensamento dos narodnistas, que estabeleceu o marco da gênese do pensamento alternativo do campesinato tiveram como principais formuladores Herzen e Chernychevsky e depois um debate clássico com Takchev, Lavrov e outros, cuja formulação de uma teoria do campesinato levava a uma práxis revolucionária dessa classe.

A segunda corrente era a dos anarquistas agrários russos, que tinham como principais

expoentes Bakunin e Kropotkin e visavam a construção e continuidade das comunidades rurais autônomas em relação ao Estado, rejeitando participações políticas nas instituições burguesas. Bakunin descrevia o *mir* como “um núcleo social com vida própria e com capacidade para resistir às ingerências do Estado, de lutar contra ele e de destruí-lo” (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 24-25), a dinâmica revolucionária depositada nos camponeses era elemento central dos anarquistas agrários.

Porém, apenas quando estes se contrapunham ao Estado, caso se integrassem as entidades estatais seriam considerados reacionários. Kropotkin, discípulo de Bakunin, considerou as análises de seu mestre com algumas divergências, todavia, a principal categoria científica desenvolvida pelo autor foi o *apoio mútuo*. O autor considerava que as comunas rurais possuíam valores éticos que afluíam o apoio mútuo entre os membros das comunidades como um fator de evolução apesar das teorias hegemônicas afirmarem que a natureza do homem é competitiva, gananciosa e egoísta.

A terceira corrente dos populistas russos expressa pela *Vontade do Povo*, constituía-se por ser um grupo de práticas políticas e concebiam o Estado czarista como o inimigo central da população russa, enquanto em outras regiões, eram as classes latifundiárias que exploravam o campesinato, “na Rússia era o próprio Estado que defendia e criava as classes exploradas contemporâneas, convertendo-se assim na principal força capitalista” (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 25).

Alexander Chayanov foi o principal sucessor dos narodnistas e sob o governo de Stálin questionou as políticas de desintegração do campesinato, foi perseguido e assassinado. Chayanov questionava os argumentos dos marxistas ortodoxos, para ele, o capitalismo permite a existência de formas de produção não capitalistas. A tese do fim do campesinato, mesmo enquanto tendência, não teria sentido para esse autor. O capitalismo permite a coexistência, mas ao mesmo tempo subordina e aliena essas diferentes formas. Essa última afirmação não é desconsiderada pelos marxistas ortodoxos, para eles, a tendência com a expansão do capital seriam as transformações estruturais dessas relações sociais, porém, como o sistema capitalista é o sistema dominante, quando não domina, subordina e aliena as outras formas de relações.

Entretanto, é preciso que consideremos e ressaltamos a importância desses autores (narodnistas e Chayanovistas) na resistência do campesinato e nas lutas teóricas e políticas para a reafirmação do campesinato enquanto classe e para a sua permanência.

Guzmán e Molina (2013) apontaram críticas em relação ao desenvolvimento do marxismo denominado de ortodoxo, segundo eles quatro características representariam as razões para a defesa do fim do campesinato: 1. Incompreensão do contexto teórico de *O capital*, por conta da restrição no acesso a outros manuscritos de Marx, ao relegar elementos primordiais de suas análises contidas nas notas de rodapé e de generalizações das apreciações que Marx havia realizado no contexto de uma análise da Inglaterra 2. Interpretação errônea do último Marx por parte de Engels, como já descrito anteriormente, nos últimos dez anos de Marx ele havia se dedicado para compreender o campesinato, dada as novas facetas que as revoluções socialistas haviam tomado. 3. Unilateralidade do processo histórico, ao considerar que Marx escrevia uma teoria geral da história dos modos de produção e das formações socioeconômicas das regiões, Guzmán e Molina defendem que o método de Marx realizava, ao contrário dos ortodoxos, uma análise multilateral dos processos históricos 4. Consideração da agricultura como um ramo da indústria, Marx havia estabelecido como hipótese que a agricultura europeia era um ramo da indústria, isso porque Marx se utilizava de suposições para escrever sua teoria, tendo em mente que o capitalismo se expandiria e dominaria as relações estabelecidas.

Os autores críticos aos marxistas ortodoxos se baseiam na noção do desenvolvimento desigual, trazida por Trotsky e mais tarde por Mandel. Ao considerar que os autores defensores do fim do campesinato, possuiriam uma visão “economicista” dos processos, unilateral, já os narodnistas avançariam na análise do campesinato, a partir da categoria desenvolvimento desigual que permite a compreensão de variadas relações de trabalho sob a égide do capitalismo. Marques (2008) discorre sobre as críticas relacionadas aos marxistas ortodoxos, segundo ela, uma:

[...]excessiva simplificação do emaranhado de relações sociais e contradições que os compõem a partir da identificação de uma lógica dominante, tem levado, no caso do estudo da realidade da produção na agricultura sob o capitalismo, à construção de teorias que por mais de um século vêm afirmando o desaparecimento do campesinato em favor da expansão da produção capitalista baseada no trabalho assalariado, à semelhança do que supostamente teria se verificado no caso do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Essas teorias se limitam muito frequentemente a uma perspectiva economicista e têm pouco a contribuir para a compreensão das mudanças em curso, diferentemente do que acontece com as teorias que, apoiadas na noção de desenvolvimento desigual, buscam explicar a reprodução de diferentes formas de trabalho sob o capitalismo (MARQUES, 2008, p. 68).

A respeito da continuidade das propostas dos narodnistas, Erick Wolf resgatou antigas tradições do pensamento de Chayanov – que procurava entender internamente as relações específicas que o campesinato desenvolvia, incluindo as diferenças de ética e no modo de vida a partir do cooperativismo –, desenvolvendo um “marco teórico dos ecotipos camponeses”

que mais tarde agregou um enfoque conflitivista. Contudo, considera Shanin o grande continuador dos novos debates teóricos sobre o campesinato, rompendo com uma perspectiva unilinear dos estudiosos clássicos do marxismo ortodoxo (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 57-58).

Shanin analisou três conceitos chaves da teoria de Chayanov que devem ser trazidos para a questão do campesinato: “as cooperativas rurais, os ótimos diferenciais e a cooperação vertical”. As cooperativas rurais seriam construções da democracia de base, isto é, ações coletivas que os camponeses desenvolviam para a socializar o trabalho no modelo de exploração familiar. Os ótimos diferenciais seriam possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar por meio de tecnologias do conhecimento nativo. E a cooperação vertical seria “a combinação flexível em forma de cooperativa, de unidades de produção de diferentes tamanhos” visando a proteção contra a penetração do capital comercial e a extração de excedentes desses grupos camponeses (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 65-66).

Nos tempos atuais, a questão do campesinato adquiriu uma retomada com Shanin teórico marxista, com algumas críticas e relevâncias necessárias, mas trouxe o debate do campesinato à tona novamente, com a roupagem da agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Há similitudes entre a agroecologia trazida por Shanin a partir da década de 1960 e 1970 e o que Chayanov havia desenvolvido sobre a agronomia social (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 67). Em relação as teorias ortodoxas, Shanin:

[...] afirma que a transformação capitalista da agricultura não leva apenas à diferenciação e polarização social nos moldes previstos por Lênin, mas resulta fundamentalmente nos processos de diferenciação, pauperização e marginalização, cuja ocorrência depende do tipo de relação estabelecida entre o campesinato e o capitalismo em cada formação territorial. (SHANIN, 1980, p. 56-59 *apud* MARQUES, 2008, p. 52).

Diferentes debates e perspectivas podem ser travados sobre esse assunto, mas a questão principal é entender as transformações do campesinato dentro do modo de produção capitalista com o intuito de superá-lo. À medida que Marx, Lênin e Kautsky analisaram as alterações que o capitalismo realizaria em torno das antigas relações feudais de produção, cuja tendência desembocaria em um processo de descampenização, os narodnistas russos, Chayanov e mais recentemente Shanin procuraram entender as relações internas específicas dos camponeses como princípios e relações que poderiam ser desenvolvidas objetivando um novo modo de produção, o socialismo.

A realidade traz questões elementares, como o fato de que o campesinato permanece resistindo. Cem anos depois os movimentos sociais do campo aparecem como os principais contra a globalização iminente e que tem avançado sobre a agricultura com o objetivo de aumentar as taxas de lucro e continuar a reproduzir o sistema capitalista. Os autores clássicos, Lênin e Kautsky haviam previsto que o desaparecimento do campesinato se daria de forma lenta, mas reafirmamos que seria uma tendência e que, como o próprio Marx estabeleceu, os movimentos dinâmicos do capitalismo e da luta de classes que ditam o futuro da história.

3.3 Classe em si e classe para si

Como explicitado na introdução desse capítulo, o presente trabalho não tem a finalidade de definir conceitos, mas realizar uma aproximação teórica e analítica da controvérsia acerca do campesinato, afinal é uma classe, uma categoria, um sujeito político? No horizonte do marxismo podemos mirar algumas respostas.

Nos livros de *O capital*, Marx não analisou profundamente a luta de classes e qual seria o papel do campesinato nos processos revolucionários, por isso alguns fragmentos de textos podem ser utilizados para compreender o campesinato. Dois textos de Marx, muito citados por autores marxistas podem ser utilizados como referencial básico na problematização dos termos “classe em si” e “classe para si”, importante no debate do campesinato enquanto classe: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* escrito em 1852 pelo autor e *Miséria da Filosofia* publicado em 1847.

Primeiramente, é preciso ressaltar a dificuldade que é tratar da questão campesina, já que o campesinato não pode ser considerado “nem burguês nem assalariado, mas contém elementos das duas classes: posse e/ou propriedade dos meios de produção e exploração de força de trabalho”, contudo, também não pode ser entendido como uma síntese de ambas as classes, “porque historicamente é anterior a elas, o proletariado é que surge a partir de transformações do campesinato nas formações sociais capitalistas” (CAMPOS, 2006, p. 146). O que reivindicaremos é que a categoria campesinato representa uma classe social e política com suas especificidades inerentes a história, as relações sociais estabelecidas entre essa classe e com o próprio sistema capitalista, que os transformam em uma classe própria.

No livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx refletiu criticamente a respeito da realidade francesa. A Revolução Francesa (1789-1799), que durou dez anos, teve seu fim apenas com o Golpe de Estado comandado por Napoleão Bonaparte, chamado de 18 Brumário. A Revolução teve o intento de dissolver os direitos feudais, do clero e da alta nobreza, pregando os princípios

de liberdade, igualdade e fraternidade, mesmo que em suma, os privilégios tenham mudado de mãos. Napoleão, ao assumir, passou a propagar o nacionalismo e a conquistar novos territórios com políticas imperialistas de domínio. Em 1848, uma nova constituição foi promulgada após outra revolução e que estabeleceu as eleições diretas, Luis Bonaparte – sobrinho de Napoleão – venceu majoritariamente as eleições. Quatro anos mais tarde, no período de novas eleições, para se manter no poder, Luís promoveu um Golpe de Estado, o seu próprio 18 Brumário com o apoio da sociedade.

Nesse livro, Marx procurou entender mais afundo sobre ambas as revoluções francesas (prioritariamente a segunda revolução) que culminaram em ditaduras, golpes de Estado e governos imperialistas, ao analisar o cenário político da época, Marx considerou o campesinato uma classe e que era representada por Bonaparte, “Bonaparte representa uma classe, e justamente *a classe* mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (Parzellen) camponeses” (MARX, 2002, p. 172). O filósofo investigou a realidade do campesinato francês e as especificidades dessa classe, que eram a maioria na França e por viverem isolados, Marx considerou a massa francesa como um verdadeiro *saco de batatas*.

[...]Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, **formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas.** (MARX, 2002, p. 173-174)

Entretanto, mais à frente no texto o autor problematizou se o campesinato poderia ser de fato considerado uma classe ou não. Conforme Marx, para o capital as famílias camponesas francesas seriam uma classe, por viverem em condições econômicas peculiares e com interesses antagônicos aos de outras classes. Apesar disso, se não havia vínculos internos entre os pequenos camponeses que configurasse uma organização coletiva e política em prol de seus interesses, então, dessa forma, não constituem uma classe.

[...] Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 2002, p. 174).

Dizer se o campesinato constitui uma classe depende não apenas da base econômica (estrutura produtiva e das relações sociais firmadas), mas do movimento dialético, do dinamismo inerente da luta de classes. É no movimento, na ação e na organização dos trabalhadores que a classe existe, quando eles se identificam e se reconhecem com as mesmas condições econômicas e os mesmos interesses e lutam politicamente confrontando as classes antagônicas. Nesse movimento, o campesinato é uma classe.

Santos (2016) defende o campesinato enquanto classe na perspectiva marxista, ao reconhecer as particularidades dessa categoria no que tange a realidade econômica dos sujeitos e compreendendo suas expressões de resistência política. A relação dialética entre a estrutura e a superestrutura (e entre objetividade e subjetividade) é a chave analítica para depreender o lugar do camponês no sistema capitalista. As classes sociais somente podem ser consideradas classes no movimento, no devir histórico, na luta política com outras classes. Entende-se que a classe social é classe política. Ambas estão organicamente conectadas, só é classe se for social e política, não existe dissociação, “o campesinato se apresenta como classe, no cruzamento entre a determinação (objetiva) e a auto atividade (subjetiva), isto é, na passagem da necessidade para a liberdade, do econômico para o momento ético-político” (SANTOS, 2016, p. 9).

No livro *Miséria da Filosofia*, o filósofo desenvolveu melhor essa questão de classe em si e classe para si. A base econômica, isto é, a estrutura produtiva que culmina no antagonismo entre capital e trabalho transformaria determinado grupo em uma classe em si, de acordo com Maestri (2005, p. 221), “a inserção de uma comunidade de produtores em um mesmo processo produtivo determina, *de per se*, sua conformação como “classe em si”, determinando-lhe, tendencialmente, as mesmas visões de mundo, os interesses”, no entanto, “uma classe eleva-se subjetivamente a classe para si quando assume a consciência de seus interesses”. Portanto, é no dinamismo da luta de classes e da práxis política que o campesinato se torna uma classe para si.

[...] as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1985, p. 159).

Em outra passagem do texto, fica mais claro que classe social e classe política não podem ser fragmentadas, a luta política é uma luta social, os movimentos sociais lutam politicamente para que as suas demandas sociais sejam atendidas. E é apenas nesse movimento de luta política que as classes sociais são efetivamente uma classe (social e política), “não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social” (MARX, 1985, p. 160).

Santos (2016, p. 10) identificou que no Manifesto Comunista (1848) Marx e Engels consideraram “o campesinato como parte integrante e potencial do proletariado”, na proporção no qual com o desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais a tendência seria a divisão da sociedade em duas grandes classes: a dos trabalhadores e a dos capitalistas.

[...]Os pequenos estados médios [Mittelstände] até aqui, os pequenos industriais, comerciantes e *rentiers*, os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque o seu pequeno capital não chega para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se de todas as classes da população. (MARX; ENGELS, 1997, p. 37).

Consideramos o campesinato como uma classe trabalhadora – ao problematizarmos o conceito ontológico de trabalho –, mas que tem as suas especificidades próprias e é a classe mais oprimida e desigual da sociedade brasileira. É indispensável diferenciar o que é o processo de trabalho e a classe trabalhadora.

A respeito do processo de trabalho, Marx no Livro Primeiro de *O capital* analisou os aspectos mais abstratos do que seria o trabalho em todas as formas sociais e que reuniria três fatores elementares: o próprio trabalho (e a sua finalidade), o objeto de trabalho (a terra, água, matérias-primas, etc) e o meio de trabalho (os instrumentos para se realizar aquele trabalho). O resultado do processo do trabalho seria o produto, o valor de uso, destinado ao consumo. No sistema capitalista, o trabalho adquire novas funções, quando o resultado do trabalho torna-se mercadoria, na contradição dialética entre valor de uso e valor de troca.

[...] O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1996, p. 303)

Segundo Marx, a mercadoria é produto social do trabalho e que, portanto, deriva das relações sociais de produção capitalistas. Assim, o *valor* de determinada mercadoria provém do trabalho humano abstrato incorporado e socialmente necessário para produzi-la. Logo, o que realmente geraria riqueza para o sistema capitalista seria o valor social oriundo da exploração do trabalho. O conceito de trabalho se complexifica no sistema capitalista e a mais-valia proveniente da exploração do trabalho alheio pelos donos dos meios de produção seria a fonte da acumulação de capital.

Como vimos a classe é formada no movimento dialético da luta de classes. O campesinato pode ser considerado uma classe por conta de sua luta política contra o capital e não deixa de ser uma classe trabalhadora com suas singularidades. O campesinato de hoje possui muitas pautas políticas correspondentes as pautas gerais das classes trabalhadoras urbanas pelo mundo de confronto ao capital e de proposta de avanço do socialismo através de novas relações sociais de produção e de trabalho.

Mauro Iasi (2011, p. 108) no livro *Ensaio Sobre Consciência e Emancipação* argumentou que não haveria uma teoria de classes nos escritos de Marx, mas em diversos momentos e em obras distintas foram apresentadas algumas indicações do fenômeno das classes, como “síntese de múltiplas particularidades”.

[...] quando afirmamos que o conceito de classes da sociedade capitalista engloba apenas os capitalistas, assalariados e os donos de terra, isso é verdade apenas se tomarmos por referência o momento de análise a que se refere essa conclusão; é um absurdo tratarmos de uma formação social concreta uma vez que existem classes que não estariam de forma alguma englobadas nessas três categorias. Apenas para dar um exemplo: um trabalhador rural que não seja assalariado e que não seja proprietário de terra (como um parceiro, meeiro, ou outra forma qualquer) (IASI, 2011, p. 106).

A dimensão econômica, da relação dessa classe com as diversas formas de propriedade no capitalismo ou “a posição no interior de certas relações sociais de produção” seria algumas das determinações da classe, porém, insuficientes para consolidá-la enquanto tal. A consciência dos sujeitos em si reconhecerem com os mesmos interesses e a ação concreta dessas classes nas formações sociais seriam determinantes fundamentais para delimitar uma classe, “para Marx a forma com que as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam em cada momento, são fatores determinadores de seu caráter” (IASI, 2011, p. 108).

Outra questão que Marx abordou concernente as classes seria tratá-las como sujeitos históricos, para Marx, de acordo com Iasi (2011) a história é movimentada pela luta de classes. O entendimento das classes como sujeitos históricos perpassam tanto a esfera estrutural quanto a política, quando estes passam a ter condições e consciência de representar os interesses gerais da sociedade e a entrar em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, confrontando com a finalidade de criar novas relações sociais, tornando-se uma classe “revolucionária ou universal”.

[...] além de determinações mais elementares, como a posição diante de certas relações sociais de produção ou da propriedade dos meios de produção fundamentais em cada momento, da consciência e da ação de uma classe em uma formação social concreta, Marx vê as classes como sujeitos das alterações históricas, como mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade (IASI, 2011, p. 110).

Dessa forma, após a construção desse capítulo, inferimos que o campesinato é uma classe social e político, um sujeito histórico revolucionário. Consideraremos a partir de Félix (2010, p. 1), “o conceito camponês, além de seu significado político e da construção do pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo. Aqui serão tratados e entendidos como classe social pela sua capacidade de criação e recriação”. Partiremos da conceituação traga por Guzmán e Molina sobre o campesinato mediante a análise da Via campesina, compreendendo a categoria como uma classe essencial para a preservação ambiental condicionada ao desenvolvimento sustentável da economia:

[...] o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia. (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 4).

4. Capítulo 3 - Campesinato brasileiro e o PAA: uma história de luta

Correspondente ao objetivo específico terceiro, o capítulo três se propõe analisar criticamente a formação histórica do campesinato juntamente às lutas dessa categoria *pela* terra e *na* terra, que se relacionam a conquista do PAA, procurando identificar se o programa faz parte da luta do campesinato ou se simplesmente é uma recomendação dos organismos internacionais.

Primeiramente, faremos algumas reflexões acerca dos desdobramentos políticos que algumas incompreensões teóricas trouxeram para o cenário brasileiro ao querer enquadrar o debate europeu sobre campesinato no contexto brasileiro. Após isso, aprofundaremos na formação do campesinato brasileiro, alicerçado no desenvolvimento teórico do capítulo um e do capítulo dois, adentrando na problematização desse conceito sob a perspectiva da dependência latino-americana e das particularidades da formação histórico-social brasileira.

Muitos autores transplantaram a categoria campesinato nos moldes europeus para explicar a realidade brasileira. Existiram inúmeras discussões e debates sobre a questão agrária brasileira, os principais autores que procuraram entender as singularidades das relações internas desenvolvidas no Brasil: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Maestri, Ianni, Martins, Jacob Gorender, Clóvis Moura, Ciro Cardoso. Assim, a primeira parte do capítulo procura desenvolver a categoria campesinato³⁸, que é dinâmica, diversa e histórica, para a contextualização brasileira.

Paralelo a história da formação do campesinato, na segunda parte do capítulo traremos as lutas sociais históricas dessa classe camponesa no Brasil, nos termos da luta *pela* terra – o que concerne a luta pela Reforma Agrária – e da luta *na* terra – relacionada às lutas pela permanência nas terras conquistadas e que abarca o PAA – ambas as lutas precisam ser compreendidas organicamente, uma vez que a luta e conquista da terra é condição primordial para que a luta pela permanência na terra se efetive. Entendendo que a formação, criação e recriação do campesinato enquanto classe é construída através dos movimentos, do

³⁸ Categorias abstratas (mais gerais) podem ser observadas ao longo de todos os períodos da história, por isso, são dinâmicas e produtos dos processos históricos, que se mistificam e se alteram de acordo com o tempo e com o espaço. As categorias são da mesma forma produto dos processos históricos da realidade concreta, “as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (MARX, 2008, p. 264). Não há separação entre categorias abstratas e concretas, elas se mistificam e se alteram a depender da história e da realidade. As categorias podem ser entendidas como abstrações do concreto.

reconhecimento de uma identidade de classe e das lutas organizativas, ao se reconhecerem classe para si mesmos. Assim, vislumbraremos a importância dos movimentos sociais, que têm cumprido uma função de recriação da identidade do camponês a nível mundial, a partir da Via campestina e a nível nacional com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Na parte última do capítulo, problematizaremos se de fato o PAA se insere nas pautas dos movimentos sociais a partir das perspectivas filosóficas e políticas dos movimentos sociais, principalmente do MST e da Via Campesina, para ao final de todas essas problematizações indagarmos: o PAA abarca as demandas e lutas dos movimentos sociais ou podem ser considerados programas de cunho assistencialistas impulsionados pelos próprios organismos internacionais objetivando, sobretudo, a mitigação dos problemas sociais?

4.1 Campesinato brasileiro e dependência: um olhar amplo para a história

Essa primeira parte trará inicialmente as especificidades históricas do campesinato e de sua relação com o debate europeu sobre essa categoria, adentrando na história da formação do campesinato brasileiro, desde o íterim colonial, questionando *quem de fato é o campesinato brasileiro?*

A problematização até agora consistiu no debate do campesinato europeu. Ao ser transplantada para a realidade latino-americana e mais especificamente para a realidade brasileira, a categoria adquire novas características advindas dos processos históricos peculiares a esse território. Conhecer a história da categoria campesinato no contexto dependente latino-americano do capitalismo torna-se essencial para que a entendemos enquanto uma categoria e classe.

De fato, não se pode perder de vista a categoria sob uma perspectiva da totalidade e do movimento histórico-dialético, organicamente interligado aos processos de expansão do capitalismo, de formação e reprodução do mesmo, entretanto, é preciso considerar as especificidades internas de cada região.

Em cada fração do território latino-americano há singularidades que lhes são próprias. Houveram diferenças significativas em relação a colonização nos distintos territórios da América Latina. O que é comum a todos os territórios foi a apropriação dos recursos naturais e o genocídio e expulsão de parcela considerável dos povos nativos de suas terras, quando não se apropriavam coercitivamente da força de trabalho dessas etnias.

No Brasil a escravidão africana foi uma característica marcante, os ciclos econômicos, os processos de escravidão dos povos africanos e a imigração em massa de um campesinato europeu no século XIX – cuja fome e pobreza os assolava – para ocupar as terras e os postos de trabalho de recém libertos da escravidão foram algumas das particularidades dessa nação; outras regiões passaram por processos semelhantes (como as regiões andinas e caribenhas que receberam grande quantidade de escravos africanos), mas aqui nos interessa tratar do caso brasileiro.

Maestri discorre que o erro dos cientistas sociais brasileiros da década de 1920 foi o de deduzir “a gênese do campesinato brasileiro do desenvolvimento daquela categoria social na Europa” (MAESTRI, 2005, p. 217), isso porque as orientações dadas pelo VI Congresso Internacional Comunista para os países de “herança colonial” no ano de 1928 foi a de aliança da classe dos trabalhadores com a classe da burguesia nacional, visando o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo impulsionando processos de industrialização. Ao querer enquadrar a realidade do Brasil a fenômenos e categorias europeias foram negadas as singularidades históricas da América Latina e da origem da classe camponesa no Brasil.

Havia um debate profundo no marxismo da década de 1950 e 1960 se as relações internas de produção eram feudais durante o período colonial, no modelo de produção *plantation*, e que se arrastariam até o século XXI, uma vez que a maior parte da população brasileira ainda se encontrava no campo. E havia também outros autores problematizando essa questão, ao teorizar que as relações internas de produção eram dominadas pelo mercado capitalista mundial e pela hegemonia do capital imperialista, mesmo que internamente as relações não se configurem nos moldes de assalariados e capitalistas (MARTINS, 1979). A primeira visão – de que o Brasil era feudal – foi influenciada pelos autores clássicos europeus que analisavam a transição entre os modos de produção como etapas, primeiro com a etapa primitiva, depois feudal, a do sistema atual capitalista e, por fim, atingiríamos o socialismo.

Nessa perspectiva, assim como foi polêmico na Rússia pré e pós-Revolução, também o foi no Brasil antes do golpe militar em 1964. O debate teórico do marxismo se haveria etapas (primitivo, feudal, capitalista e socialista) em que os Estados precisariam passar antes de alcançar o fim último, o comunismo, era auge de intensos conflitos dentro da perspectiva marxista desde os tempos da Rússia pré-Revolução, que possuía grande parte de sua população organizada em comunas rurais, os *Mir* (SANTOS, 2016), o debate fez parte dos cientistas marxistas da América Latina, que buscavam compreender as relações socioeconômicas

específicas estabelecidas no interior dos países.

Politicamente essa questão determinou alianças, táticas, estratégicas, considerando que com esse pensamento (de um Brasil feudal) seria necessário que o Estado produzisse as relações sociais e de produção capitalistas (realizando pactos com a burguesia nacional) para posteriormente alcançar o socialismo, assim como na Rússia de Stálin, o que foi feito se pensarmos as interferências do Estado na conformação do processo de industrialização brasileira, especialmente no pós-Segunda Guerra com o Processo de Substituição de Importações (PSI) e os altos investimentos na infraestrutura e estímulo ao capital privado nacional e estrangeiro.

Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré foram alguns dos expoentes que trouxeram o debate sobre o feudalismo de maneiras diferentes, o primeiro compreendendo o sistema de latifúndios e *plantations* como grandes feudos implantados com a colonização do Brasil por Portugal ao conceder terras para os colonos, “a grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houver, com vassalos e servos a produzirem” (GUIMARÃES, 2011, p. 37).

Em contrapartida, Sodré compreendia a existência de um modo de produção escravista no Brasil, peculiar a realidade brasileira e que não se enquadrava no modelo capitalista de produção, o autor utilizava o conceito de latifúndio diferente do conceito de feudalismo, mas durante suas análises descreveu termos como servos, nobreza, entre outros, que remetiam ao feudalismo (MARTINS; DE SOUZA, 2013).

As ruminações dos autores foram os fundamentos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dos anos 1950 e 1960 e que o levou a firmar alianças políticas com a burguesia nacional desenvolvimentista. Esta última compactuou com os interesses externos da classe burguesa imperialista instaurando um governo ditatorial civil militar com o acirramento da luta de classes daquele íterim; o que entendemos mais a fundo no capítulo 1 ao tratarmos das configurações do Estado dependente latino-americano e da articulação intrínseca e submissa da classe dominante nacional com a classe dominante internacional, diferentemente das revoluções burguesas que ocorreram nas realidades europeias (FERNANDES, 1972).

Tais visões foram contestadas por outros autores como Caio Prado Júnior e José de Souza Martins, que defendiam a existência da subordinação das relações internas de produção ao

sistema capitalista, apesar de algumas divergências entre os autores, a convergência era que no Brasil não havia um sistema de produção feudal e sim capitalista, cujo mercado mundial já havia sido dominado pelo sistema capitalista, que subordinava e alienava outras relações pré-capitalistas na reprodução ampliada do capital. Assim, não era possível afirmar que no Brasil o sistema de produção era feudal.

Concernente a esse argumento, para André Gunder Frank (2005), a questão agrária brasileira precisaria ser entendida na relação dialética do desenvolvimento-subdesenvolvimento, que ao garantir o desenvolvimento para as metrópoles a partir da transferência e apropriação de valores das colônias configurou, por outro lado, o processo de subdesenvolvimento dessas regiões colonizadas. Além disso, a questão agrária apareceria como o cerne do processo de subdesenvolvimento das regiões latino-americanas, por sua historicidade e contemporaneidade de exploração e dependência, que desde os tempos coloniais, os ciclos econômicos brasileiros de grandes latifúndios e monoculturas são voltados a cultura agroexportadora (para o mercado internacional).

Antes de prosseguirmos na história econômica e do campesinato brasileiro, precisamos enfatizar que a história da América Latina não se inicia no processo de colonização. Antes habitavam povos originários por toda a América (do Sul, Central e do Norte), coexistiam inúmeras sociedades indígenas na fase de “descobrimento” da América. Povos que dispunham de relações e estruturas internas sociais de produção, de distribuição, de propriedade, inclusive, é claro, de técnicas agrícolas e específicas relações de cada grupo com a natureza e com o desenvolvimento da agricultura. As maiores dificuldades ao analisar essas relações e as culturas dessas sociedades referem-se as precárias fontes disponíveis, que foram em sua maioria destruídas.

A partir de Ciro Cardoso (1985) é possível conhecer os primórdios da agricultura pré-colombiana e do trabalho no sistema colonial mercantil. Este historiador examinou a existência de **três** grandes grupos a partir da antiguidade americana e dos registros que restaram que continham sistemas agrários divergentes entre si: a Mesoamérica (região do México, Guatemala, Honduras, Nicarágua, dos povos astecas, maias, os olmecas, os toltecas, os teotihuacanos, os zapotecas), dos Andes (nas regiões do Peru, Colômbia, Chile, dos povos antigos incas, chibchas, etc) e as inúmeras civilizações indígenas da região Sul da América, incluindo o Brasil. Segundo Ciro, a região da Meso-América seria o local cuja cultura e registros antropológicos foram os mais conservados.

Não cabe a essa dissertação descrever cada um desses processos e relações, entretanto, ao ter em mente a existência dessas sociedades originárias nas terras americanas, que viviam com outras perspectivas e filosofias de vida, de cultura, de produção, de estrutura social e de relação com a natureza, amplia-se o olhar para a história desses povos e os compreende de modo distinto ao tradicional, não os identificando como seres “aculturados e acivilizados”, compreendendo a multiplicidade de culturas e valores diversas em cada região.

A colonização e a exploração do território e dos povos indígenas e africanos nos territórios latino-americanos propiciaram as bases materiais para o acúmulo de capital em direção ao centro do sistema através das transferências e apropriações de valores. A acumulação originária do capital nos países desenvolvidos somente foi possibilitada graças à exploração e a impossibilidade de acumulação de capital nos países ditos subdesenvolvidos (MANDEL, 1985). As revoluções industriais da Inglaterra foram construídas a partir da expansão do capitalismo e do colonialismo pelo globo terrestre (América, África, Ásia) cuja origem esteve interligada ao capital comercial, às grandes navegações e a circulação de mercadorias, escravos, ouro e prata, bens agrícolas.

A dependência vincula-se diretamente a história de colonização e domínio do povo europeu em relação aos povos originários, no qual o objetivo maior era conquistar territórios para obter o lucro, colonizar povos e explorar os recursos naturais provenientes das Américas. O livro de Eduardo Galeano, que muito utilizamos nessa dissertação *Veias abertas da América Latina* conta a história da colonização latino-americana, de exploração dos povos e da natureza desse continente, trazendo para a contextualização mais atual o quanto essa história continua a ser perpetuada sob os laços de uma dependência e de um “desenvolvimento” que se propaga a todo custo.

Retornando o olhar para a colonização do território brasileiro sobre a égide da metrópole portuguesa, entende-se que a apropriação latifundiária das terras coloniais se deu pela mesma lei portuguesa das sesmarias (de 1375), tal lei possibilitava a concessão de grandes porções de terras aos colonos – europeus – que tivessem a intenção de explorá-las produtivamente, o sesmeiro era obrigado pelo Estado a pagar rendas. Tanto em Portugal quando nas colônias luso-portuguesas, a lei das sesmarias objetivava impulsionar a produtividade da agricultura e proteger os grandes proprietários das terras. Tal lei se interliga diretamente a formação histórica do campesinato brasileiro.

É no processo histórico que origina o campesinato que conhecemos hoje. A categoria é

dinâmica, mutável e oscila conforme os processos externos e internos do desenvolvimento das forças produtivas do capital. Os processos produtivos internos (os ciclos econômicos) do Brasil no período de colonização, pós-independência e com a Proclamação da República refletiam as dinâmicas externas, a concorrência com outras nações e os interesses do mercado mundial. E se imbricam diretamente a historicidade de formação do campesinato brasileiro. Sendo assim, conheceremos brevemente os ciclos econômicos produtivos e a história da colonização para posteriormente analisarmos mais a fundo a formação social do campesinato brasileiro.

O primeiro ciclo econômico brasileiro foi o do Pau-Brasil, ainda no século XVI logo no período inicial da colonização, cujo produto continha grande valor para o mercado europeu. O processo produtivo era simples e constava em extrair o Pau-Brasil que já existia no território brasileiro.

A partir de 1530, o Estado colonial português deu início a ocupação dos territórios litorâneos através da organização de grandes extensões de terras – os latifúndios – e do trabalho escravo, chamado de sistema de produção *plantation* como forma de garantir a produção-apropriação total do trabalho alheio. Posto a abundância das terras, apenas a coerção física do trabalho escravo garantiria que a força de trabalho ficasse disponível e que as classes dominantes europeias se apropriassem de todo o trabalho.

Nesse sistema de *plantation*, que se desenvolveu o segundo ciclo econômico brasileiro, o da cana-de-açúcar que perdurou do século XVI ao século XVIII e constava em processos produtivos mais complexos (que o do Pau-Brasil), desde a plantação da cana-de-açúcar até o processo de beneficiamento do açúcar, que era muito cobiçado e valorizado no mercado mundial. Foi nesse período dos grandes Engenhos de açúcar que a mão de obra escrava africana foi trazida para a América. A região do nordeste do Brasil era o local em que havia a maior concentração de Engenhos. Com a penetração das Antilhas no mercado açucareiro, a concorrência se exacerbou, levando a falência grande parte dos Engenhos brasileiros (FURTADO, 1963).

É importante observar que os ciclos econômicos não possuem a linearidade e continuidade no sentido de encerrar um ciclo e iniciar rapidamente outro ciclo. Além do mais, o início de outro ciclo não significa que não haveria mais produção do principal produto do ciclo anterior, mas representa o que no geral passou a se produzir em maior quantidade e a ser dominante economicamente no sentido de exportação. Outro ponto crucial para que ressaltamos é como

os processos produtivos conduzem os movimentos dos fluxos migratórios, as relações de trabalho e as dinâmicas das formações sociais. Um exemplo disso é que, após a falência de grande parte dos Engenhos brasileiros, a região Nordeste foi consideravelmente afetada, ao transformarem as terras em pastos em uma nova dinâmica da região e na migração de escravos e dos colonos para as Minas com o objetivo de captar os metais nobres, ocasionou um abandono da região no sentido econômico e de devastação ambiental (GALEANO, 1973), uma vez que para a produção da cana a técnica de coivara (queima do solo) era utilizada e para a pecuária o desmatamento do solo era a condição principal. Ambos provocavam destruição do solo, da fauna e da flora da região.

O terceiro ciclo foi o ciclo do ouro e dos metais preciosos e teve início no século XVII e o seu auge no século XVIII, tal ciclo provocou um *boom* econômico para os colonizadores, com o envio dos metais para a metrópole e para a Europa, que propiciaram os meios de pagamento para as Revoluções Industriais.

Com o esgotamento das minas, três ciclos podem ser considerados simultaneamente, apesar de cada um com a sua importância em determinada região do país e de ter tido seu auge em circunstâncias e tempos distintos a depender das exigências do mercado europeu: o ciclo do algodão, o ciclo da borracha e o ciclo do café.

O ciclo do algodão e da borracha tiveram seu auge ao final do século XVIII e início do século XIX, principalmente no apogeu da Revolução Industrial da Inglaterra com a necessidade de matéria-prima para a produção industrial. Enquanto isso, o ciclo econômico do café, no qual teve início também no século XVIII, teve sua grande importância como principal produto exportado até mais da metade do século XX. De acordo com dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) até o ano de 1964, 53,1% das exportações brasileiras era de café. Apenas ao final da década de 1960 e início da década de 1970 que a exportação de café foi reduzida consideravelmente, alcançando o patamar de 13,1 % em 1979³⁹.

As relações sociais de produção e de trabalho, os fluxos migratórios, a formação social e histórica do Brasil se alteraram e se modificaram conforme os ciclos produtivos brasileiros e as oscilações do mercado externo e da concorrência. Assim, a formação histórica do

³⁹ MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Estatísticas de Comércio Exterior. Outras estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=888>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

campesinato brasileiro também foi conformada a partir desses ciclos econômicos e dos determinantes variados citados acima.

Maestri traçou sua análise acerca da formação histórico-social do campesinato através de cinco vias principais constitutivas: as vias nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial. Primeiramente, o campesinato, de acordo com Maestri, seria uma categoria “que se encontra em acelerado processo de superação, devido a sua crescente submissão à produção e ao mercado capitalista”, (2005, p. 218). Ou seja, o autor considerou que tendencialmente no sistema capitalista, a classe campesina estaria em vias de extinguir-se. Apesar disso, o autor trouxe análises históricas importantes para a questão e tecemos, da mesma forma, algumas críticas.

A primeira via de influência de formação do campesinato seria a via nativa. Ao analisar a profunda diversidade e as diferenças entre as formações sociais do Brasil e de outras partes da América Latina (da Mesoamérica e dos Andes Centrais), nota-se que nessas últimas regiões, coexistiam consistentes comunidades aldeãs agrícolas sedentárias, cujos vínculos parentais eram consolidados pelo domínio comunitário da terra.

Já as etnias nativas brasileiras eram diversas e isoladas ao longo do território colonizado por Portugal. Enquanto na Amazônia Central, as comunidades originárias “de cultura tupi-guarani constituíram o complexo civilizacional horticultor mais desenvolvido estabelecido nessas regiões, antes da colonização lusitana” (MAESTRI, 2005, p. 223). As demais comunidades nativas brasileiras apoiavam-se essencialmente na caça, na pesca e na coleta de alimentos, contudo, em contato com as comunidades tupi-guarani, esses teriam incorporado as práticas de horticultoras daquelas comunidades em suas tribos.

As faixas litorâneas eram compostas de nativos da língua tupi-guarani, tupinambás e guaranis, os últimos em número menor. As aldeias eram isoladas e autônomas, o caráter das comunidades era itinerante, quando as condições higiênicas e a coleta/caça se esgotavam, as aldeias deslocavam-se para outras regiões. Ademais, como os instrumentos não eram desenvolvidos isso facilitava o deslocamento dos mesmos.

Dado o caráter das unidades produtivas tupis-guaranis: itinerante, de aldeias autônomas e isoladas, de ciclos curtos dos gêneros agrícolas, Maestri examinou que o excedente da produção agrícola familiar era escasso e irregular, o que dificultou a formação de grandes confederações interaldeãs e sociedades estatais tributárias, como ocorreu na Mesoamérica e regiões andinas.

Tais características citadas no início deste parágrafo “facilitaram a conquista-extermínio-absorção dessas comunidades pelo mundo colonial-escravista português” (2005, p. 230).

Apesar de o autor descrever que a sociedade aldeão horticultura tupi-guarani foi a mais elevada experiência protocamponesa americana praticada nos atuais territórios brasileiros, ela foi massacrada e reprimida junto com a colonização e escravização dos povos nativos. Por isso, a contribuição da **via nativa** para a formação do campesinato no Brasil foi desprezível, expressando-se também no desaparecimento da língua coloquial tupi-guarani (2005, p. 230). O que podemos discordar, já que essa cultura não desapareceu totalmente, ao afirmar isso, despreza-se todas as tribos e culturas indígenas que permanecem vivas até hoje nas aldeias e nos territórios indígenas e que continuam lutando pela terra e pela preservação do meio-ambiente, inclusive nos movimentos sociais camponeses, como na Via camponesa, na qual a luta indígena é prevacente. É de se concordar que no México e nas regiões andinas os indígenas possuem um número mais expressivo e mais força em relação a sua atuação nos movimentos, dado que, como expressado por Ciro Cardoso e por Maestri, o genocídio e o massacre desses povos no continente brasileiro foram bem mais expressivos numericamente que nessas regiões.

Outra via analisada por Maestri foi a **cabocla**, formada por nativos, que produziam suas culturas de subsistência na periferia da sociedade oficial, as características da cultura nativa tupi-guarani foram mantidas: a produção familiar; as técnicas de coivara; a produção para a subsistência; bens agrícolas de ciclo curto, equipamentos primitivos, vínculo escasso com a propriedade da terra e o traço itinerante da produção. À medida que a colonização avançara nas fronteiras agrícolas com a expansão dos latifúndios, os caboclos eram expulsos da posse de determinadas terras e se mudavam para outras porções do território, posto que era abundante o volume de terras naquele período. Maestri explicou que a “inexistência da aldeia sedentária, como *locus* de formação de sólidos laços familiares e societários (...) dificultou a resistência à expansão dos latifúndios e das comunidades coloniais-camponesas” (2005, p. 234). A pobreza material e a fragilidade dos laços interaldeias trouxe obstáculos a resistência desses povos.

Maestri creditou importância relativa aos fenômenos ideológicos de tendência religiosa e mágica, que funcionaram como agregadores da resistência dos povos caboclos da ameaça dos grandes latifundiários. A despeito dos movimentos de revolta terem sido de cunho religioso e místico, o autor afirmou que tais movimentos tinham “raízes e expressões ideológicas

socioeconômicas” (2005, p. 235). Contudo, devido à falta de consciência política e de classe desses povos, as revoltas eram reprimidas fortemente.

[...] A forma mística, mágica e religiosa que assumia a consciência dessas comunidades caboclas nascia do caráter rústico e limitado de sua cultura material, ensejando forma incompleta da transição de classe em si em classe para si. (2005, p. 234).

Os povos originários lutaram e foram resistentes às opressões europeias. As revoltas dos nativos indígenas no Brasil, que se rebelaram contra o trabalho escravo e o consequente genocídio dessa população nos territórios brasileiros (como já dito anteriormente, pelas características específicas das comunidades nativas e principalmente pela destruição que os europeus carregavam em suas ações “civilizatórias”) tornou o Brasil a nação da América que mais importou trabalhadores escravizados da África para trabalharem nos engenhos. Os africanos escravizados geralmente eram camponeses aldeões⁴⁰ em suas localidades.

A reprodução da população escravizada era principalmente através do tráfico de escravos. Em 1888 com a abolição da escravatura e anterior a esse ano, com a chegada dos imigrantes europeus camponeses, o número de trabalhadores escravizados nas grandes fazendas de café diminuiu. Os trabalhadores escravizados, principalmente do Centro-Sul (onde localizavam as maiores fazendas de café), mobilizaram-se por sua liberdade civil, a maioria dos ex-cativos se integraram a civilização cabocla.

A produção agrícola escravista, cuja base eram os grandes latifúndios de monoculturas (principalmente da cana-de-açúcar e mais tardiamente do café), desenvolviam técnicas e instrumentos de trabalho que se deprimiam, concentrando a apropriação máxima de valor na força de trabalho escrava em contraposição ao aumento da produtividade via técnicas mais modernas. A policultura era marginalmente e excepcionalmente praticada pelos escravos e dependia da expansão mercantil e dos preços dos produtos agrícolas, intensificava-se o grau de exploração do escravo de acordo com as exigências do mercado, impossibilitando os mesmos de trabalharem nas plantações de subsistência. Conforme Maestri, a alimentação era concedida pelos senhores de escravos e havia pouca cultura de subsistência escravocrata.

⁴⁰ Os africanos trazidos para a América sob o regime de escravidão eram em maioria camponeses de aldeias africanas, tinham a sua própria cultura e existiam inúmeras tribos e línguas, assim como no Brasil. A população nativa “na África banto, grande celeiro de cativos americanos, o trabalho agrícola era tarefa feminina, como nas sociedades tupis-guaranis” (2005, p. 239). Essa relação da mulher com a agricultura está presente em todas as vias analisadas por Maestri.

O autor apontou a “inexistência no Brasil de campesinato negro substancial, antes, quando e após a Abolição” (2005, p. 243), a **via escravista** apesar de fundamental para o capital, não contribuiu significativamente para a formação da classe camponesa, fato que pode ser elucidado também pelo desaparecimento das línguas de matriz africana. Inclusive, o autor analisou que a instituição da República Federativa oligárquica no ano de 1889 constituiu resposta dos latifundiários aos movimentos abolicionistas que reivindicavam a distribuição de terras para as classes pobres (caboclos, ex-cativos), a proclamação da República foi denominada como uma contrarrevolução política, instituindo o federalismo oligárquico.

Segundo o autor, durante a escravidão nas colônias, os cativos fugiam para áreas isoladas (quilombos, mocambos, palmares); os quilombos dedicados às culturas de subsistência eram a maioria. Plantavam abóboras, mandioca, feijão, etc., praticavam a caça, pesca e coleta, e criavam pequenos animais. No entanto, a existência desses quilombos era precária, viviam fugindo dos capangas e da polícia, isolados e sem um vínculo estreito com a terra, uma vez que precisavam se deslocar constantemente. A população dos quilombolas tinha dificuldades de reprodução, apenas agregavam-se aos quilombos os fugitivos, porque a proporção de homens escravos em relação as mulheres escravas eram muito maiores. Outra questão foi a forma como a população escravizada era trazida para a América, completamente separados de seus familiares e de suas famílias. Por isso, nessas condições eram raros os laços familiares consistentes nos quilombos. Dessa forma, de acordo com Maestri, a **via quilombola** possuía fragilidades em conformar uma classe de campesinos. A relação com a propriedade da terra era extremamente precária, “os quilombolas protegiam, não a terra que exploravam, mas suas liberdades – ou seja, a autonomia da força de trabalho” (2005, p. 247).

A existência ou não de um campesinato negro foi fruto de muitas análises e pesquisas. Antes e após a abolição alguns (raros) senhores entregaram ou permitiam a posse de porções de terras a escravos ou ex-escravos, conformando comunidades que deram origem primariamente a comunidades camponesas negras, que tendiam a isolar-se e a não mercantilizar suas produções (MAESTRI, 2005), mas que para Cardoso eram estruturantes e mais comuns do que parecia a relação do negro com a terra.

Essa questão foi problematizada por autores como Ciro Cardoso e Jacob Gorender, a partir do termo “brecha camponesa”. Ciro Cardoso defendia a existência de uma brecha camponesa no sistema de produção escravista. Para Gorender no livro *A Escravidão Reabilitada*, Ciro Cardoso havia tratado do conceito como uma generalidade do modo de produção escravista colonial a

concessão por parte dos senhores de engenho de uma parcela do território para que os escravos produzissem suas subsistências e desenvolvessem uma forma de campesinato. Gorender discordou do autor e afirmou que “o sistema de economia própria do escravo não adquiriu no Brasil natureza estrutural (...) mesmo na área do café e levando em conta a melhora no tratamento na segunda metade do século XIX, o sistema não teve estabilidade e generalidade que facultem considerá-lo estrutural” (GORENDER, 1990, p. 75) tal como Ciro Cardoso havia elaborado em seus textos. A Brecha Camponesa para Ciro também abarcaria os quilombos e as tentativas de criar uma relação com a terra de forma a produzir os meios de subsistência necessários a sobrevivência desses povos. Gorender não negou que existiram essas brechas, mas que não eram generalizadas e por isso não tinham esse caráter estruturante.

O que é comum entre os autores (Cardoso e Gorender) é que ambos analisaram a realidade latino-americana através do enfoque de dentro para fora, ao procurar desvendar a “dinâmica endógena” do modo de produção escravista colonial e ao realizar uma crítica a teoria da dependência, que segundo Gorender, concentrava a atenção nas relações do mercado mundial e da circulação em detrimento das relações internas de produção. Esses autores criticavam os autores como Caio Prado Júnior, que para eles, enfatizavam o caráter exportador das economias capitalistas e da relação com o comércio mundial, sem considerarem as relações internas de produção.

José de Souza Martins também trouxe o debate sobre as relações internas estabelecidas no modo de produção escravista, para o autor, considerar que as relações aqui eram feudais coincidiria com uma análise “simplista e primária”, porém, as relações internas não poderiam ser consideradas capitalistas, haviam uma diversidade de mediações e determinações das relações de produção. Para Martins, o sistema econômico era o capitalismo e as relações de produção se subordinavam a esse sistema capitalista e não ao sistema feudal, entretanto, as relações internas eram específicas à formação social latino-americana e a um sistema escravista, subordinadas aos interesses do mercado mundial.

Por outra perspectiva das relações endógenas, Clóvis Moura examinou a existência de um campesinato negro, um sistema econômico e social dentro dos quilombos, incluindo, de uma agricultura camponesa articulada com outros grupos oprimidos pela sociedade escravista, principalmente “quando o quilombo conseguia manter-se, ampliar-se, estender-se geograficamente numa região capaz de permiti-lhe uma agricultura permanente e intensiva, esses contatos mudavam de conteúdo e adquiriam importância maior” (MOURA, 1981, p. 28).

No livro *Os Quilombos e a rebelião negra*, Moura descreveu os principais quilombos (ou mocambos) das cinco regiões brasileiras, no Quilombo de Ambrósio, o principal de Minas Gerais, havia uma divisão de trabalho e uma forma de organização da comunidade, haviam os campeiros, cuidadores de gado e os agricultores que aravam e produziam nas terras do quilombo. No quilombo dos Palmares, a relação com as comunidades e vizinhança e produção de culturas agrícolas de subsistência e de excedente para troca eram evidentes.

Nos mocambos plantavam a agricultura policultora, em formas de pequenos roçados, “base econômica da família livre” (MOURA, 1981, p. 38) principalmente era plantado milho, feijão, mandioca, batata doce, banana e cana-de-açúcar. Mais que produção de culturas para subsistência, “a economia agrícola desses redutos se organizava e se desenvolvia como um enclave à agricultura monocultora e latifundiária da Colônia escravista” (MOURA, 1981, p. 29).

A história hegemônica do sistema escravista e da abolição da escravatura contada nos livros de história, esqueceu de contar a história da resistência, da luta e das revoltas organizadas desses povos ao contestar o sistema escravista. Moura ressaltou as divergências entre as revoltas dos quilombolas e escravos com os movimentos abolicionistas, cuja maioria considerava o negro “como “bárbaro e selvagem”, sem capacidade de executar ações políticas contra o estatuto que o oprimia” (MOURA, 1981, p. 80). A “rebeldia negra” antecedia e muito os movimentos abolicionistas, enquanto houve escravidão, houveram revoltas.

Clóvis Moura recontou a história da escravidão com os refletores direcionados para o lado dos que se tornaram mercadoria nas mãos dos colonizadores “civilizados e catequizadores” europeus. A história do Brasil não pode ser apenas contada como uma história de massacre dos povos, de exploração, escravidão, repressão. Precisamos reavivar a história da luta e da resistência desses povos, resgatar as memórias de um povo que lutou e que não ficou somente a mercê da colonização e dos movimentos do capitalismo. A abolição da escravatura não foi apenas uma concessão da Rainha da Inglaterra como um ato de benevolência, foi conquista da luta dos negros e dos abolicionistas e das movimentações do capitalismo. A luta de classes faz parte desse dinamismo e movimenta o capital da mesma forma que o capital movimenta a luta de classes.

O debate sobre a existência de um campesinato negro continua a ser presente, coexistiram diferentes formas de relação do negro com a terra durante o período colonial e após, quando

alguns senhores e senhoras de terras permitiram que os ex-escravos manejassem em suas terras e produzissem recursos para autossuficiência. Para ilustrar essa questão, de acordo com Muller (2005) há a existência de um campesinato negro em Morro Alto/RS, na qual, a antiga proprietária de terras havia deixado para os quilombolas da região uma parcela de suas terras para usufruto. Existe, é real, o campesinato negro, assim como o campesinato indígena e as diversas comunidades tradicionais vinculadas a atividades que englobam a natureza, como a pesca, a extração de borracha, etc.

A luta dos quilombolas pela terra tem as suas particularidades e adquiriu um novo termo com a constituição de 1988 e com o Decreto 4.887, de 2003 e o Decreto 6.040, de 2007, *os territórios de remanescentes de quilombos*, voltada para reparar danos e para garantir o acesso aos direitos, assim como os indígenas teriam a sua luta pela permanência e demarcação de seus territórios, os remanescentes de quilombos possuem uma trajetória histórica específica, interligado a ancestralidade negra que se relaciona a resistência desses povos à opressão sofrida historicamente.

O processo de abolição da escravatura e de vinda dos imigrantes europeus camponeses ao longo do século XIX e XX impulsionadas pelo Estado em um sistema de colonato provocou um fluxo migratório da população negra para as margens das cidades, nas raízes da pobreza. Processos esses legitimados pelo Estado, manifestados por um descaso do poder público em impulsionar políticas direcionadas a essas populações que haviam passado pelo mais alto grau de espoliação, a escravidão.

Mesmo com a independência política do Brasil em 1822, nada mudou em relação à concentração de terras brasileiras. Em 1850, houve a promulgação da Lei de Terras, que institui a propriedade privada no Brasil, a partir de quando as terras da coroa passam a ser vendidas para quem tivesse condições monetárias de adquiri-las, excluindo assim seu acesso a milhares de trabalhadores, camponeses, populações indígenas, ex-escravos, vaqueiros, colonos, agregados das fazendas, entre outros, para estes sobrou as margens, os morros, as áreas mais íngremes, as chamadas “favelas” (STÉDILE, 2011). De acordo com Maestri, a Lei de Terras foi uma resposta a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro no Brasil:

[...] A Lei de Terras constituiu resposta das classes proprietárias do Brasil à ameaça de futura falta de mão de obra escravizada devido à interrupção do tráfico transatlântico de trabalhadores naquele ano. (2005, p. 257)

Com a abolição da escravidão (1888), os objetivos dos quilombos foram superados, contudo, o esforço do ex-quilombola transferiu-se para a luta pela terra. Mas ao confundir-se e diluir-se na luta da população cabocla homogeneizou tendencialmente as lutas, “a própria memória da gênese quilombola de uma comunidade rural tendeu a perder-se” (2005, p. 249). O autor chamou a atenção para que os pesquisadores das ciências sociais se esforcem cientificamente para recuperar a história e a cultura das comunidades negras rurais, não homogeneizando e generalizando as comunidades negras, os quilombos e as comunidades caboclas, o que contribuiria para reconstruir o passado das classes trabalhadoras, de forma geral.

Outra forma de produção que coexistia antes e depois da abolição da escravidão eram os produtores dependentes, que se desenvolveram em pequenas produções de subsistência, como moradores, agregados, meeiros. Os proprietários dos latifúndios forneciam pequenas porções de terras e exigiam o pagamento de renda em trabalho ou produtos (renda em trabalho e renda em produto, analisado por Marx no texto sobre a gênese da renda fundiária). Era frágil o direito de uso (posse) da terra por esses produtores, quando expandiam as grandes plantações e as fronteiras agrícolas, esses produtores eram expulsos da terra.

Bem como ocorreu nos campos da Inglaterra anteriormente a Revolução Industrial (séculos XIV, XV e XVI), no Brasil a partir dos anos 1870, houve o cercamento das fazendas do Sul do Brasil com arame liso e farpado, fenômeno que expulsou milhares de produtores dependentes dos latifúndios. A inexistência de fortes laços comunitários e familiares dificultou a organização dos produtores e caboclos.

A partir de 1889 com a República Federativa, a sociedade camponesa passou a existir marginalizada em relação à sociedade de classes, que manteve hegemonicamente o caráter latifundiário de apropriação das terras. As comunidades rurais eram também marginalizadas política, social e economicamente. Os movimentos religiosos e messiânicos surgidos, que expressavam a luta pela terra foram duramente reprimidos.

A última via analisada pelo autor foi a **via colonial**, a mais influente no movimento camponês brasileiro contemporâneo, isso porque quando Maestri (2005) analisou a categoria camponês, identificou algumas características que coincidiriam com uma unidade produtiva camponesa: quando há produção agrícola e artesanal autônoma, apoiada na força e na divisão familiar do trabalho, que orienta a produção. Para Maestri, o camponês geralmente possui uma relativa estabilidade no que tange a posse da terra. A unidade produtiva camponesa está articulada a

divisão social do trabalho por intermédio da esfera mercantil, vendendo e comprando produtos no mercado. A propriedade privada seria a condição *sine qua non* para o progresso da produção, mas principalmente como garantia de sobrevivência da família.

Em meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa intentou formar uma camada de camponeses no Brasil, para ocupar parte do litoral Sul do Brasil. Porém, a estratégia de povoar o Brasil de camponeses pobres europeus retornou a agenda da Coroa em 1808, com a transferência do aparato administrativo e político do império português para o Rio de Janeiro.

Os objetivos do Estado imperial era o de fomentar a agricultura policultora para abastecer a população, tendo em vista que os preços dos gêneros alimentícios aumentavam progressivamente; criar homens livres e pequenos proprietários para contrapor os povos escravizados e consolidar a ocupação dos territórios brasileiros também foram os objetivos do Estado imperial. No início do século XIX, principalmente após a independência política do Brasil (1822), os imigrantes europeus (que eram camponeses pobres em suas nações) se deslocaram maciçamente para o Brasil com a promessa de que ganhariam pedaços de terras e todo o auxílio para produzirem (insumos, sementes). Entretanto, com a Lei de Terras de 1850, os imigrantes europeus passaram a adquirir as terras e os benefícios iniciais contraindo dívidas antes mesmo de começarem a produzir. Além de dificultar o acesso das classes mais pobres às porções do território brasileiro, a Lei de Terras permitiu a venda da terra devoluta para os camponeses europeus recém-chegados e a apropriação pelo Estado de parte do produto do trabalho dos mesmos.

Os novos imigrantes europeus possuíam particularidades em relação aos povos nativos, caboclos e ex-cativos, em termos de práticas produtivas eram mais desenvolvidos, os laços familiares eram fortes, já que os imigrantes chegavam geralmente com toda a família. O vínculo com a terra era consolidado, uma vez que a maioria dos europeus trazidos para o Brasil já tinham a tradição e a cultura da agricultura sedentária e dos métodos de tração de animais, arado, rotação dos cultivos e de irrigação, bem como outros métodos mais avançados.

A produção colonial-camponesa, segundo Maestri, vivia da força de trabalho da família e “tinha parte da produção expropriada pelo Estado, pela produção artesanal e industrial regional e, sobretudo, pelo capital mercantil” (2005, p. 263). A exploração mercantil era intensa, as casas comerciais se apropriavam de parcela da produção camponesa, ao venderem o que o colono não produzia, por altos preços e ainda escoavam o excedente produzido pelos colonos,

comprado por preços baixos. Havia intensa transferência e apropriação de valor pelos capitalistas comerciais, demonstrando a importância no capitalismo da esfera comercial e do mercado para o desenvolvimento ou não de determinadas unidades produtivas, “onde não foi garantida a ligação entre a gleba colonial e o mercado, o imigrante fracassou na empresa ou se acabou” (2005, p. 265).

Maestri desmistificou o mito da excelência étnica e da fé católica no sucesso dos imigrantes europeus, de acordo com o autor, as elites comerciais disseminavam que o desenvolvimento dos camponeses europeus ocorreu pela etnia branca e pela fé na Igreja católica, justificando o insucesso dos povos nativos e negros. O autor ressaltou que as condições econômicas, sociais, culturais e políticas dos imigrantes europeus e dos ex-cativos, nativos e caboclos, foi determinante para o desenvolvimento (ou não) das comunidades camponesas.

[...] Ao explicar o sucesso da imigração colonial devido à raça e à religião, essas narrativas míticas escamoteiam as razões profundas do sucesso relativo da imigração colonial-camponesa, ou seja, a entrega a produtores com tradição agrícola de terras agricultáveis em contato com os mercados. Como assinalado, ali onde o imigrante não possuía tradição agrícola, quando não teve a terra a sua disposição, ou ela se encontrava longe dos mercados, ele mais comumente fracassou na aventura americana (2005, p. 268).

As comunidades de pequenos agricultores proprietários, chamadas de colônias ou glebas coloniais, originaram sociedades camponesas com fortes laços familiares e “de identificação com a propriedade da terra, como meio para obtenção de inserção social-cidadã” (2005, p. 271), tal fator ensejou a manutenção de uma comunidade linguística e cultural fortemente vinculada às capelas católicas ou protestantes, que integravam os núcleos familiares.

O excedente da produção familiar era mercantilizado e financiava a dívida colonial e os impostos. Por conta da abundância das terras e da necessidade de força de trabalho, houve um *boom* na expansão demográfica dessa população até os anos de 1960 reproduzindo socialmente e biologicamente a produção familiar camponesa. Entretanto, atualmente vivem tendencialmente um processo de dissolução devido a sua subordinação em relação à produção e ao mercado capitalista principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, do domínio do capital industrial e da década de 1960 com a intensificação do capital na agricultura brasileira.

A luta *pela* terra conformou a principal luta dos caboclos, quilombolas, indígenas (a luta pela demarcação), dos movimentos dos trabalhadores Sem Terra, uma vez que, para construir uma relação do camponês com a terra, ter a posse ou a propriedade desta é o elemento primário. O

que será diferente, em termos mais gerais, da luta que os povos da via colonial traçaram, mais relacionada a permanência desses povos em seus territórios, a chamada luta *na* terra. Com a mecanização e o desenvolvimento das forças produtivas do capital no campo a partir principalmente da década de 1980, a luta pela terra foi ampliada em todas as categorias sociais que abarcam o campesinato, inclusive dos meeiros e posseiros da via colonial que perderam suas terras para os grandes latifundiários no processo de expansão das fronteiras agrícolas e do capital.

Após a análise das vias históricas constituintes a formação do campesinato brasileiro, iremos examinar as lutas do século XX e do século XXI dessa categoria que transformou-se em classe no movimento de identificação dos mesmo interesses e especificidades entre si. Segundo Campos (2006), o termo campesinato é recente no Brasil, apareceu após a queda da ditadura de Vargas em 1945 e a redemocratização brasileira, que possibilitou o surgimento das Ligas Camponesas vinculadas ao PCB. Em 1947 o PCB teve seu registro cassado e as ligas camponesas desarticuladas, reaparecendo sob novas formas.

Há uma múltipla diversidade de categorias de sujeitos oprimidos do campo que se enquadram no termo camponês, após a Segunda Guerra Mundial, as lutas pelas terras e pelos direitos dessas categorias apareceram de forma organizada e reivindicatória, a partir dos movimentos sociais e da igreja, a sindicalização dos trabalhadores rurais e a reivindicação pela Reforma Agrária: as lutas dos trabalhadores rurais pelas legislações trabalhistas, dos produtores expulsos de suas terras pela Reforma Agrária, dos meeiros e colonos contra a grilagem e pela propriedade, dos indígenas e quilombolas pelo direito de demarcar e permanecer em suas terras.

O acirramento da luta de classes na década de 1950 e 1960 foi uma das principais razões do golpe das classes dominantes nacionais e internacionais em 1964, para impedir as reformas de base (estruturais) que Goulart havia proposto, uma delas a Reforma Agrária. As lutas pela terra e na terra no movimento dialético da luta de classes e em resposta às oscilações do capitalismo serão analisadas a seguir como parte do reconhecimento de identidade de classe camponesa.

4.2 As lutas pela terra e na terra: a (re)criação do campesinato brasileiro e o Programa de Aquisição de Alimentos enquanto conquista

Se de um lado vemos a ofensiva do capital e de seu maior aliado, o Estado, em todas as fases atravessadas pelo capitalismo; vemos por outro uma resistência e luta dos movimentos do

campo, que ganha mais força na era neoliberal. A história também nos revela que sempre houvera luta e resistência dos povos tradicionais desde a colonização portuguesa no solo brasileiro, citemos Quilombo dos Palmares (1694)⁴¹, Canudos (1897), Revolta Camponesa do Contestado (1912-1916); não podemos deixar de mencionar as lutas indígenas históricas contra a invasão portuguesa e contra a catequização desses povos.

Ao longo do século XX, as organizações e resistências dos povos tradicionais ligados ao campo continuaram, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a fase de internacionalização das instituições, do avanço do capital industrial na América Latina e de uma nova roupagem do Estado, o Estado desenvolvimentista. Diversos segmentos dos setores subordinados do campo se organizaram em movimentos e instituições: os trabalhadores rurais buscando direitos, os sem-terra pela sua fração e contra o latifúndio, os arrendatários contra a grilagem de terras, etc.

As Ligas camponesas organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram criadas a partir de 1945 e ressurgiram em 1955, em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Ao final dos anos 1950, surgiu o Movimento de Agricultores Sem-Terra (MASTER), as lideranças camponesas do movimento apoiavam o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e organizaram as primeiras experiências de acampamentos entre 1961-1962⁴², no qual, reuniu grupos de trabalhadores Sem Terra com a finalidade de pressionar o Estado pela desapropriação dos latifúndios. No ano de 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi construída e na década seguinte, mais precisamente no ano de 1973, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Se a Igreja exerceu um papel de catequização no período colonial, parcela progressista da mesma Igreja Católica contribuiu para a organização e formação dos movimentos dos camponeses. Alguns movimentos ligados à Igreja Católica antes da instituição da CPT: Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criaram sindicatos e federações de trabalhadores rurais e se uniram a CONTAG entre 1961-1964. O Movimento de Educação de Base (MEB), iniciado na década de 1960 vinculado às pastorais que se propunham a formular junto ao povo novos princípios da teoria da libertação, para a conscientização, alfabetização e

⁴¹ O Quilombo dos Palmares teve início ainda no século XVI, a resistência dos povos quilombolas durou por volta de cem anos. Em 1694 sob a liderança do Bandeirante Domingos Jorge Velho as forças oficiais destruíram o quilombo.

⁴² Algumas dessas informações foram encontradas na cartilha promovida pela Secretaria de Direitos Humanos e do projeto Direito à Memória e a Verdade. Em uma exposição organizada de fotos que se chama: Memória Camponesa (1946-1988).

organização dos camponeses.

Nos intervalos de tempo em que houvera *democracia burguesa* no Brasil, após os períodos de ditadura e durante o direito amplo ao voto, a luta dos movimentos do campo foram importantes no confronto ao desenvolvimento das forças produtivas do capital. Entre o período de 1945 a 1964, todas essas confederações e organizações foram criadas e lutaram pelos seus direitos como trabalhadores e pelo direito à um pedaço de terra.

Enquanto os trabalhadores urbanos conquistaram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e tiveram avanços na sindicalização dessa categoria e dos diversos setores que englobam a classe dos trabalhadores, os trabalhadores rurais não se enquadravam nessas leis e direitos. Somente em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural e em 1963 houve a conquista do Estatuto do Trabalhador rural, o considerando uma profissão (MEDEIROS, 2008). As lutas dos lavradores e trabalhadores pelos seus direitos foi a principal entre 1950 e 1964.

Ianni (2005) analisou a formação do **proletariado rural** enquanto categoria política no Brasil e a tendência de superação do campesinato, que se desenvolveu em um longo processo de transformação do escravo em livre assalariado, “desde a lei do “Ventre livre” de 1871, até o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963” (p. 127). A apropriação e a transferência do excedente econômico produzido pelo trabalhador rural é redistribuído sob diversas formas (juros, renda da terra, lucro), uma parcela vai para as classes capitalistas da agricultura – proprietário de terras e arrendatário –, outra parte para a economia industrial e comercial e a outra para o exterior. Dessa forma, Ianni (2005, p. 139) identificou que:

[...] o trabalhador rural é o elo mais vulnerável, na cadeia do sistema produtivo que começa com sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido que o produto do seu trabalho é dividido por muitos, sobrando-lhe pouco.

Para o autor, a categoria proletariado rural difere-se da categoria campesinato, mas ambas possuem similitudes e lutas convergentes. Na maioria das vezes, o camponês também é trabalhador rural (ou já foi, ou será). Ianni parte da mesma compreensão dos autores clássicos, afirmando que a categoria do campesinato seria diluída com a expansão do capital na agricultura e a consequente transformação desse setor em um ramo industrial, no lugar do campesinato apareceria a classe dos trabalhadores rurais.

Em contraposição ao nascimento das organizações sociais, as entidades patronais e aparelhos

do Estado foram criados para confrontar/regular as pautas e reivindicações dos movimentos sociais do campo e propor as suas próprias.

A Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) foi fundada em 1897, ínterim no qual os barões do café dominavam econômica e politicamente as relações estabelecidas socialmente. Inclusive até 1930, na República Velha, o sistema de oligarquia rural café-com-leite prevalecia intercalando o poder para os barões do café de São Paulo e os do leite de Minas Gerais. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi criada ainda nesse período de República Velha, no ano de 1919. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) estruturada no âmbito sindical patronal em 1951 (MEDEIROS, 2010). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) organizado em 1959 e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) em 1961 também foram importantes na construção do embate contra os movimentos sociais, não apenas do campo, mas também do sindicalismo urbano crescente.

Os anos de 1950 e 1960 foram carregados de contradições teóricas e políticas no tocante à questão agrária que culminou com a ditadura civil-militar do Estado brasileiro (1964-1985), como analisamos antes. Uma das pautas principais defendidas pelos movimentos sociais do campo era a Reforma Agrária, a luta pela terra. A desigualdade, uma consequência da estrutura fundiária concentrada e centralizada, torna o acesso a renda, a terra e a produção no Brasil elitizadas.

Antes de João Goulart ser deposto havia lançado juntamente com o Plano Trienal, as Reformas de Base de cunho nacionalista (que incluía a Reforma Agrária) e a Lei de Remessa de Lucros ao Estrangeiro (oficializada em janeiro de 1964), que passou a regulamentar as remessas de lucro para as matrizes das empresas estrangeiras e causou para o capital internacional e nacional (principalmente, para os grandes proprietários de terras e industriais do campo) um enorme estranhamento aos seus interesses, desembocando em uma repressão aos movimentos sociais, às organizações trabalhistas, aos intelectuais críticos e à qualquer pessoa que se opunha ao governo autoritário.

No que concerne a contextualização global da época, a Guerra Fria predominava no embate socialismo *versus* capitalismo. E os Estados Unidos da América, o principal país expoente do capitalismo, tentava manter o seu domínio sobre os territórios latino-americanos. As insurreições e revoluções desse período contra o imperialismo e com um dos propósitos de realizar a Reforma Agrária assombravam a classe dominante brasileira e hegemonia

capitalista. A Revolução Cubana (1959)⁴³ provocou intensas reações dos dois lados: dos reacionários e dos revolucionários.

Da mesma forma que politicamente a luta de classes se acirrava, no campo teórico houveram intensos debates dentro dos movimentos e partidos de esquerda originados por uma leitura divergente do processo histórico e dos rumos da revolução brasileira, como analisado no item interior, com a discordância de Caio Prado Júnior em relação a análise “etapista” do Partido Comunista Brasileiro, de que precisaríamos primeiro avançar nas forças produtivas do capitalismo (superar a condição feudal), se aliando aos setores da burguesia, para enfim, conjecturar ao socialismo. Tal leitura teórica do PCB levou a táticas políticas controversas, levando em consideração que o acesso a literatura e a tradução dos textos de Marx e o debate em si ainda não estavam consolidados.

O Brasil era essencialmente agroexportador até a década de 1930, quando a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, por meio do modelo de substituição de importações (baseado na teoria desenvolvimentista), intentou-se industrializar o Brasil. Para industrializar o Brasil, foi preciso primeiro modernizar a agricultura, como analisa Graziano da Silva (1980), a partir do processo que caracterizou como “modernização dolorosa”, que objetivava, sobretudo, o aumento da produtividade agrícola. Isto é, a tentativa de o Estado desenvolvimentista promover a industrialização, por meio do PSI, culminou desde o pós-Segunda Guerra Mundial na transformação da agricultura em um grande negócio industrial.

O processo de modernização da agricultura brasileira teve como espectro mundial a “Revolução Verde” da década de 1960, que por meio da intensificação tecnológica no campo e o consequente aumento da produção de bens agrícolas pelo mundo prometiam superar o problema da fome e da miséria. Contudo, os problemas sociais se acirraram e o nível de desigualdade se elevou: os trabalhadores rurais foram expulsos do campo e integraram as periferias das cidades,

⁴³ Em alguns países da América Latina as reformas agrárias foram realizadas pelo Estado, “sem se levar em consideração sua forma (autoritária, militar, reformista liberal, proto-revolucionária). Contudo, em todos os casos, foram feitas como reação às mobilizações camponesas de massa e à ameaça percebida de “revolução social”. “No Peru de 1958 a 1974, no Chile, de 1966 a 1973, no Equador, de 1964 a 1967, em El Salvador, de 1980 a 1985, na Guatemala, entre 1952 e 1954 (e novamente depois da guerra civil, seguindo-se aos acordos de paz), em Honduras, em 1973 e na Nicarágua de 1979 a 1986” (BLANCO 1972; DE JANVRY, SADOULET AND WOLFORD 1998; KAY 1981,1982; MIDLARSKY AND ROBERTS 1995 APUD VELTMAYER; PETRAS, 2008, p. 95).

em um processo forçado de êxodo rural⁴⁴. A aceleração da modernização tecnológica provocou o aumento do desemprego e da degradação do trabalho rural. As contradições e a luta dos camponeses pela terra também foram acirradas na expansão das fronteiras agrícolas da agricultura moderna, concentrando e centralizando as terras e a produção.

Nesse processo de modernização, aumentou-se a luta pela terra também entre os trabalhadores rurais, a precarização do trabalho e as condições cada vez mais reais dos empregos sazonais (os chamados boias-frias), o processo de avanço do capital na agricultura provocou o aumento do desemprego e a expulsão desses trabalhadores do campo, já que grande parte dos camponeses se tornaram também semiproletários. O desenvolvimento das forças produtivas do capital impactou tanto nas condições de trabalho quanto na perda ou acirramento de conflitos da posse e/ou da propriedade de terras.

Segundo Carter (2010), o século XX foi a era da reforma agrária e foram introduzidas pelos Estados sob diversos regimes políticos e ideologias (autoritários, nacionalistas, socialistas), influenciados ou associados de algum modo pela esquerda política e está inteiramente associado ao movimento global da Guerra Fria e o receio das revoluções camponesas se tornarem protótipos comunistas.

Entretanto, as transformações mais radicais realizadas pela Reforma Agrária ocorreram em conjuntas políticas em que haviam passado por uma revolução social, como no México (1910), Bolívia (1952), em Cuba (1959) e Nicarágua (1979), nos países em que se realizaram as reformas agrárias em regimes democráticos, estes foram severamente reprimidos, terminando em golpes militares da direita apoiados pelo governo dos Estados Unidos como o Chile (1967-1973) e Guatemala (1952-1954) (CARTER, 2010).

No Brasil, durante o período da ditadura militar os conflitos agrários se intensificaram, o Estado autoritário aprovou em 1964 o Estatuto da Terra, dadas as manifestações e pressões dos movimentos sociais e como uma forma de apaziguamento social. O referido Estatuto da terra (a Lei nº 4504/64) propiciou a definição do conceito de “função social da terra”, primordial para a desapropriação dos imóveis rurais para fins da Reforma Agrária. Inclusive,

⁴⁴De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediu-se a relação entre a população urbana e a população rural, na década de 1960 45% da população estava na zona urbana e 55% da população na zona rural. Na década de 1970, essa porcentagem se alterou, a população urbana era de 56% e a população rural 44%. Drasticamente esses números se modificaram nos anos 2000: 81% da população brasileira residiam nas áreas urbanas e 19% nas áreas rurais. No censo do IBGE para o ano de 2010, 84% da população concentrava-se nos grandes centros urbanos e 16% nas zonas rurais. Referência: IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2017.

a função social da terra foi incorporada na Constituição Federal de 1988 no artigo 186, que preestabelece os critérios da função social da propriedade: aproveitamento racional do território, preservação do meio ambiente, garantia de cumprimento das leis trabalhistas e exploração com benefícios sociais tanto para os proprietários quanto para os trabalhadores. Para amenizar o lado dos proprietários rurais, a Lei foi modificada pela nº 8629/93 (governo do Itamar Franco).

Ademais, o golpe de 1964 promovido “pelo imperialismo, pelo empresariado industrial nacional e pelas classes latifundiárias em declínio, procurou canalizar para a Amazônia a pressão dos segmentos camponeses sem terra, em geral, e de origem europeia, em especial” (2005, p. 273). Segundo Maestri, a ditadura “impulsionou”⁴⁵ o Estatuto da Terra (de 1964) “até hoje o mais eficaz instrumento para a desapropriação de terras para fins da reforma agrária, ainda que a obrigatoriedade da indenização constitucional dos latifúndios desapropriados constitua, nos fatos, adiantamento da renda fundiária” (2005, p. 273).

O acirramento da luta de classes no limiar da ditadura militar teve como principais atores políticos os movimentos camponeses. O Estatuto da Terra aprovado no início do regime militar estabeleceu os objetivos de uma reforma agrária, além disso, uma emenda constitucional foi aprovada, permitindo que as indenizações das terras desapropriadas pudessem ser pagas em títulos da dívida pública. Nesse cenário, porém, “fazer valer os direitos adquiridos implicava numa série de dificuldades”. A partir do golpe militar,

[...]as principais lideranças camponesas foram presas, assassinadas ou forçadas à clandestinidade. Os sindicatos sofreram intervenção e vários deles passaram a ser controlados por grupos estranhos às lutas desenvolvidas anteriormente. Desestruturaram-se as redes de apoio e sociabilidade que se constituíram ao longo do processo de produção de novas identidades políticas (MEDEIROS, 2010, p. 123-124).

Apesar do Estatuto da Terra apresentar no papel os objetivos da Reforma Agrária, na prática os movimentos foram desorganizados e reprimidos ao longo do Estado de exceção. Necessariamente a Reforma Agrária perpassa o Estado, o sistema jurídico, as relações de direito de propriedade, os aparelhos estatais (a superestrutura política e ideológica) e também as estruturas econômicas fundiárias.

De acordo com Carter (2010, p. 48) “nenhuma reforma agrária moderna poderia ocorrer na

⁴⁵ Nesse ponto, ressaltamos a discordância com o autor, a ditadura não impulsionou o Estatuto da Terra, foram os próprios movimentos sociais, a liga camponesa e os sindicatos rurais que resistiram e lutaram pela distribuição de terras. A disputa de classes estava acirrada naquele momento.

ausência de um Estado”, todavia, “nenhuma reforma agrária poderia surgir em uma sociedade que não tivesse expectativas e demandas por ela”, assim, “a execução das reformas agrárias implica uma combinação de impulsos por parte do Estado e da sociedade”. Os impulsos do Estado na década de 1960 e 1970 para a realização da Reforma Agrária teve como espectro a revolução cubana e às pressões dos movimentos camponeses (VELTMEYER; PETRAS, 2008).

O autor Carter (2010, p. 53-54) analisou duas abordagens da Reforma Agrária nas democracias contemporâneas: a conservadora (implementada pelo Estado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, e que segue até os dias atuais) e a segunda é de caráter progressista. A primeira de caráter conservador teria como objetivo principal “apaciar conflitos rurais” e “limitar a mudança social”, em que a “estrutura fundiária permanece, em grande parte, intacta”, além disso, as reformas são aplicadas com lentidão e lidam com demandas específicas (e não com problemas estruturais). A forma de distribuição da terra seria no modelo *Ad hoc* e dispersa, com o intuito de favorecer os interesses do Estado e dos grandes proprietários de terras. Os proprietários rurais acabam se favorecendo das generosas compensações do Estado pelas desapropriações. A abordagem progressista tem como intuito “transformar as estruturas agrárias e suas relações de poder”, promovendo a agricultura camponesa e o seu desenvolvimento.

A Reforma Agrária instaurada em vastas regiões do continente da América Latina guardava em si o caráter conservador (CARTER, 2010) de uma Reforma Agrária assistida pelo mercado (VELTMEYER; PETRAS, 2008), que não provocou alterações significativas na estrutura econômica fundiária. Segundo Carter (2010, p. 60-61),

[...]as medidas de reforma agrária adotadas até o momento procuraram satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. O efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativos em alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país.

A Reforma agrária conservadora pauta-se por preceitos conciliadores, procurando apaziguar os conflitos rurais de forma a não confrontar os interesses das classes dominantes do campo, assim, prevalece a lógica de implementar os assentamentos nas regiões mais fáceis para o Estado e menos desfavoráveis para os grandes proprietários. Desse modo, a distribuição de terras conforma-se como **residual**. Ao observar a análise e os dados demonstrados por Carter e Carvalho (2010, p. 294), nota-se a tendência do Estado brasileiro a repartir terras em áreas

remotas e despojadas, “de preferência nas regiões da fronteira agrícola, acompanhada pela dispersão territorial dos assentamentos” e nas áreas mais empobrecidas do país, segundo os autores “mais de 70% das terras repartidas entre 1985 e 2006 estão na Amazônia, a dizer, na região Norte e os estados vizinhos de Mato Grosso e Maranhão”, porém, “a pressão mais intensa pela reforma agrária aconteceu nas regiões Sul e Sudeste do país”.

As lutas pela terra e os conflitos agrários durante a ditadura militar prevaleceram. O que impulsionou ainda mais os movimentos sociais, para além do caráter conservador da Reforma Agrária presente no Brasil, das repressões aos movimentos e organizações de esquerda e da histórica concentração da estrutura fundiária brasileira, foi o novo cenário que se apresentava nos campos brasileiros com o desenvolvimento intensivo das forças produtivas do capital.

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, as lutas pela terra se acirraram. Segundo Medeiros (2010) ao final da década de 1970 foi restabelecido um novo processo de lutas que condizia não apenas com as transformações da agricultura brasileira, mas de novas mediações nos conflitos. Novas categorias, lutas e temas surgiram correspondentes aos novos problemas sociais que surgiram com o avanço da fronteira agrícola, da construção de usinas hidrelétricas que provocaram o desmatamento em áreas habitadas por populações indígenas e tradicionais. Ademais, a modernização provocou impactos sobre os pequenos agricultores. Apareceram novas identidades como os *atingidos por barragens*⁴⁶, *sem-terra* (com mais força, pois já existia o MASTER), *quebradeiras de coco de babaçu*, dos *seringueiros*, que reivindicavam novas demandas e obtiveram conquistas com a origem das reservas e assentamentos extrativistas. A luta dos posseiros contra a grilagem de terras também foi acentuada. De acordo com Fernandes (2010, p. 164),

[...]A resistência dos posseiros na Amazônia, por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais e as ocupações de terras em diversas regiões do país, incluindo Sul e o Nordeste, contribuíram para recolocar na agenda pública a reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964.

Além das lutas e resistências em que o acesso à terra a partir do direito de uso era demandado, manifestou-se um amplo movimento de ocupações de terras no Sul do país ao final da década de 1970. De acordo com Medeiros (2010, p. 128) “as ocupações fundaram novas concepções de direito: não era questionada a legalidade da propriedade da terra, mas principalmente sua legitimidade, uma vez que não ocorria uma destinação produtiva”, o que alterou a noção de

⁴⁶ Inclusive, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi criado na década de 1970 com as construções de usinas hidrelétricas.

função social da terra, que estava presente na Constituição desde 1946, mas foi definida somente na Constituição de 1988⁴⁷.

A partir da década de 1970 e 1980 os trabalhadores sem-terra passaram a ser os principais agentes revolucionários dentro dos movimentos sociais camponeses. Os sem-terra abarcam os meeiros, posseiros, trabalhadores, população das cidades que não tem terras e estão em condição de pobreza (cuja majoritariamente dessa população é negra, cabocla). Acrescentamos à classe do camponato o camponato negro e as populações tradicionais e indígenas, entendendo que essa classe possui a sua ampla diversidade de categorias com específicas características e relações com a terra, ligações ancestrais e resistências. O comum de todas elas seriam a luta pela soberania alimentar, conquistada somente a partir da distribuição equitativa de terras (luta pela terra) e por uma produção agroecológica (garantida através da luta na terra), com a finalidade última de superação do modo de produção capitalista e a construção do socialismo, com a permanência do camponato no campo produzindo ecologicamente e de forma cooperativa os meios de subsistência e os produtos saudáveis para as populações não-agrícolas.

Como a *classe para si* desenvolve-se por intermédio dos movimentos dialéticos e das ações dos sujeitos sociais em conflito, os movimentos do campo retornaram com fôlego para contestar o capitalismo contemporâneo que têm avançado intensamente no campo com o avanço do agronegócio, provocando consequências negativas não apenas para essa classe do camponato, mas para a sociedade e para o meio-ambiente.

Segundo Maestri, a partir da ditadura militar no Brasil a luta pela terra foi duramente reprimida, criminalizada e fiscalizada pelos aparelhos governamentais. Não foi ao acaso que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tenha nascido em 1979 e em 1980 no Sul do país através das ocupações de terras manifestações das lutas pela terra que começaram a se tornar mais fortes nesse contexto de redemocratização do governo brasileiro. Os movimentos do campo e as organizações sindicais urbanas exerceram uma função crucial no processo de redemocratização do Brasil. Por fim, o autor analisou que:

⁴⁷ A Constituição de 1988, art. 186 “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.

[...] A existência de camadas significativas de camponeses sem terra ou com pouca terra, oriundos de uma comunidade que historicamente foi reprimida fizera a experiência com a posse e com a exploração familiar da terra, coeridas por sólidos laços familiares e vicinais, parece ter ensejado as bases para um movimento de luta pela partição do latifúndio que superando tudo o que fora conhecido na história do Brasil, disseminando-se, articulando-se e potenciando fortemente tradições de luta de outros segmentos do campo brasileiro (2005, p. 275)

O que queremos defender é a multiplicidade de categorias históricas associadas a classe do campesinato, que se une aos movimentos de luta pela terra e luta na terra. Os movimentos sociais apareceram mais fortemente ao final da década de 1970 por intermédio das lutas organizadas pelas ocupações de terra, reivindicando a Reforma Agrária, o retorno da democracia e a luta contra o agronegócio que passaram a se expandir mais vertiginosamente a partir desse período, precarizando ainda mais o trabalho rural, a expulsão dos camponeses e posseiros, da posse de suas terras.

No espectro de lutas e ocupações, o MST nasceu com as primeiras ocupações de terras estabelecidas na região Sul do país em 1979 e teve sua criação oficial em 1984 no 1º Encontro Nacional de Sem-Terra (CARTER, 2010; FERNANDES, 2010). A Comissão Pastoral da Terra teve papel essencial na articulação de pessoas engajadas na luta pela terra, recolocando no cenário de lutas a Reforma Agrária (POLETTTO, 2010). As Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER, tal como a CPT foram as bases para a construção do MST, que se tornou na década de 1990 o maior movimento social da América Latina e tornou-se um dos principais críticos das políticas neoliberais (CARTER, 2010).

Não apenas os trabalhadores do campo, mas ao final da década de 1970 e início dos anos 1980 os trabalhadores da indústria lutaram intensamente pelo retorno da democracia e pelo reestabelecimento de direitos civis, políticos e sociais. Da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – que agregava os metalúrgicos do ABC paulista, dos professores, bancários e outras categorias – originou o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e que foi reconhecido oficialmente em 1982. A fundação do PT permitiu a reunião de inúmeros segmentos populares, a CTP e os movimentos camponeses com o apoio do PT “mais do que recolocaram na pauta política a questão da reforma agrária, transformaram a luta camponesa em uma das principais formas de acesso à terra” (FERNANDES, 2010, p. 164).

Após o período de ditadura militar (1964-1985), a década de 1980 e 1990 significou épocas

de redemocratização, da ascensão dos movimentos sociais, urbanos, camponeses, dos sindicatos, da construção popular de assembleias para debater sobre a Constituição de 1988. O primeiro Presidente civil após a ditadura militar, José Sarney (vice de Tancredo Neves que faleceu em 1985) apresentou o Programa Nacional de Reforma Agrária e prometeu assentar mais de 1,4 milhão de famílias, no fim do governo havia assentado apenas 6% do total prometido anteriormente (FERNANDES, 2010).

Ao contrário das análises de Lênin e Kautsky que viam apenas duas vias de acesso ao campesinato enquanto tendência a proletarização dos camponeses e/ou a transformação de uma parcela em capitalistas arrendatários, nos anos 1980, consonante aos avanços do capitalismo e trazendo a categoria para o Brasil, percebemos o que ocorreu: uma tendência a expulsão desses camponeses de suas terras, ao transformar parcialmente parte deles em proletários rurais em condições precárias (e com a diminuição gradual desses trabalhadores com o aumento tecnológico e a mecanização da produção agrícola dos médios e grandes latifúndios) ou proletários urbanos no movimento de migração desses povos para os centros urbanos ao perderem suas terras.

O processo de expansão das fronteiras agrícolas pelo capital, os novos pacotes tecnológicos e aumento da produtividade agrícola (e da mecanização do campo), as dificuldades de acesso às políticas públicas e aos créditos impactaram negativamente na produção e circulação, e por isso, na permanência dos povos camponeses (posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores rurais) no campo. Porém, o campesinato se organiza, retorna a cena e reivindica seu lugar a partir das ocupações e da luta pela terra, se reorganizando nos movimentos sociais na tentativa de recriar a identidade camponesa. De lutar pela terra para construir esse novo campesinato, tal como já existe, dentro das comunidades, assentamentos e acampamentos espalhados pelo Brasil.

A luta do outro lado é forte: das entidades patronais e do próprio Estado. A correlação de forças do Estado é favorável aos interesses da classe dominante, quando se tem grande parte dos políticos os próprios agentes econômicos. Esse fato é tanto histórico, quanto atual quando grande parte do legislativo é da bancada do agronegócio e há pouca representatividade dos que contestam as políticas agrícolas, em sua maioria, voltadas ao estímulo do agronegócio. O Estado neoliberal apoiado nos organismos internacionais, reagiram as diversas insurreições dos movimentos camponeses às novas políticas implementadas e ao capitalismo em sua fase mais atual. Duas das estratégias foram justamente o estímulo ao desenvolvimento rural local para promover a autonomia dessa categoria e as reformas agrárias assistidas pelo mercado. A

primeira estratégia teria como principais atores as Organizações Não Governamentais (ONGs):

[...]Aqui se discute que o papel das ONGs no processo de desenvolvimento pode ser compreendido mais adequadamente em termos de sua ligação com o Estado neoliberal e com as organizações internacionais engajadas em uma espúria “guerra à pobreza”, que nada mais é do que uma “guerra aos pobres”. (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 82).

No tocante as Reformas Agrárias assistidas pelo mercado, estas apareceram para substituir as reformas implementadas anteriormente, na fase desenvolvimentista do Estado, de caráter conservador, que se manteve, porém, com outras estratégias de controle social.

[...]Passamos então ao programa da “reforma agrária assistida pelo mercado” (MALR), que substituiu as reformas agrárias do Estado desenvolvimentista e que foram organizadas para neutralizar as táticas de ação direta de movimentos de origem popular, tais como o MST. As MALRs são parte de uma estratégia multifacetada, formulada por oficiais do Estado neoliberal e por seus cooperadores internacionais e aliados estratégicos. Outros elementos desta estratégia incluem uma política social nova, objetivando a pobreza rural, a guerra à pobreza (micro-projetos de alívio da pobreza), desenvolvimento localizado dirigido às comunidades e a instituição de “boa governança” em cooperação com a sociedade civil. (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 83).

O Brasil é um país historicamente agroexportador como vimos, que se volta às bases agrícolas para a geração de saldos comerciais, de modo a suprir os enormes déficits *estruturais* do Balanço de Pagamentos. As crises e o aumento da dívida pública nas décadas de 1970 e 1980, bem como a estabilização monetária da economia brasileira na década de 1990 foi propiciada pelos altos volumes de exportação da agricultura, que contou com voluptuosos investimentos e incentivos do Estado nos setores agropecuários do país, com ainda mais ênfase a partir dos anos 2000.

O relançamento do agronegócio no Brasil na década 2000 ocorreu em função do grande crescimento econômico da China nesse período, país que demandou aos seus parceiros comerciais, inclusive ao Brasil, a produção e a exportação de *commodities* agrícolas e minerais, isto é, matéria-prima para as indústrias que estavam se desenvolvendo, o fenômeno ficou conhecido como o *boom* das *commodities*.

A internacionalização do capital produtivo, financeiro e comercial na fase contemporânea do capitalismo provocou a expansão dos mercados capitalistas incluindo nos setores da agricultura, transformando-a de forma cada vez mais acentuada em uma indústria, vinculada estreitamente aos setores financeiro e comercial (CHONCHOL, 2010). Denomina-se para essa

nova fase da agricultura capitalista, o termo agronegócio⁴⁸, que foi conceituada por Delgado (2010, p. 113) como “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”, e que essa associação “realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado”.

[...]A década de 1970 e 1980 foi marcada pela intensiva mecanização do campo e expansão das fronteiras agrícolas dos grandes latifúndios. O capital internacionalizado passou a se expandir e a procurar outras formas de reproduzir o capital e obter o lucro, em outras esferas da produção. Com a Revolução Verde, a América Latina, que historicamente exporta produtos agrícolas, passou a ser o epicentro das novas Multinacionais vinculadas ao “negócio” da agricultura, que se tornou um complexo agroindustrial. Os trabalhadores rurais foram perdendo suas forças nesse processo, pelo aumento da precariedade do trabalho e pela expulsão desses do campo, por outro lado, os sem-terra e as populações das periferias urbanas (cuja maioria veio do campo) começaram um processo de reorganização de suas lutas.

O agronegócio é a expressão concreta da globalização no Brasil e da nova divisão internacional do trabalho na década 2000, pois subordina a esfera produtiva ao capital estrangeiro e financeiro, a partir do processo de internacionalização produtiva e dos Investimentos Diretos Externos, representado pela instalação de Empresas Transnacionais em solo brasileiro. Além de dominar os setores agrícolas produtivos dos países periféricos, os lucros dessas Empresas Transnacionais são remetidos ao exterior, de volta para as suas matrizes. O Estado Capitalista brasileiro se apresenta nessa fase de globalização como um grande aliado e financiador dos latifundiários, do capital estrangeiro e do capital financeiro, propiciando as condições específicas para a expansão da agricultura capitalista.

Ocorre que com o relançamento do agronegócio se acentuam as concentrações e centralizações: da terra, da produção, da renda da terra, do capital. Ademais, a pauta exportadora tem se especializado em poucas *commodities*, como a soja, o milho, o açúcar-alcóol, o minério de ferro e a celulose de madeira. As informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA)⁴⁹ revelam que entre 2012 e 2014 o índice de Gini⁵⁰ foi de 0,8333 e

⁴⁸ O termo agronegócio veio de agribusiness, desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. No Brasil foi proposto por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, na década de 1980, como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” (OLIVEIRA, 2005, apud SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 104). A expressão agronegócio foi criada “para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços”. Página do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Agronegócio. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/agronegocio/>>. Acesso em 10 jun. 2016.

⁴⁹ NERA, Núcleo de Estudos, and Projetos de Reforma Agrária. “Relatório DATALUTA Brasil 2014.” *FCT/UNESP. Coordenação: GIRARDI, EP Presidente Prudente, SP* (2015).

⁵⁰ O coeficiente de Gini foi desenvolvido por um italiano, Corrado Gini. Esse índice calcula o nível de desigualdade entre determinadas variáveis, o coeficiente consiste em um número de 0 a 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

0,860, respectivamente, demonstrando a elevação da taxa no período e o alto grau de desigualdade e concentração das propriedades rurais.

Para a população rural, os trabalhadores, pequenos produtores, comunidades indígenas, quilombolas, camponeses de forma geral, todo esse processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital no campo brasileiro e a expansão das fronteiras agrícolas culminou no aumento do fluxo migratório, dos conflitos agrários, do êxodo rural e da pobreza (VELTMEYER, PETRAS, 2008).

De acordo com Carter (2010, p. 49), ao comparar com outras experiências da América Latina, a Reforma Agrária brasileira entre os anos de 1985 a 2002 foi uma das menos significativas do hemisfério. No primeiro governo do Presidente Lula, aumentou para 825 mil famílias assentadas da Reforma Agrária, porém, mesmo com esses indicativos, “no essencial, a reforma brasileira tem sido de caráter conservador” (CARTER, 2010, p. 59).

Em termos de números, o governo de Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram mais violentos e reprimiram os movimentos sociais, os conflitos agrários se ampliam com o agronegócio. O governo de Fernando Henrique Cardoso assentou mais famílias do que o Governo Lula, o que é contestado pela forma como esses dados foram apropriados de outros governos e até mesmo mentirosos (CARTER). Em relação aos antecessores, os governos de FHC e Lula assentaram mais famílias, porém, o governo Lula “disponibilizou mais recursos para a qualificação dos assentamentos da reforma agrária e apoio a agricultura familiar do que todas as administrações anteriores”, da mesma forma, a “reforma agrária brasileira tem sido reativa, restrita e de execução morosa” (CARTER; 2010, p. 60).

No livro *Combatendo a Desigualdade Social: A Reforma Agrária no Brasil* em uma das notas de rodapé escreveu-se “a importância da pressão social para a distribuição de terras no Brasil é um ponto de unanimidade entre todos os autores que compõem este livro” (CARVALHO; CARTER, 2010). O Estado e os organismos internacionais por si só não cedem espaços, historicamente as classes, os movimentos precisam se organizar e ocupar os espaços. O Estado pode ser considerado historicamente um instrumento da classe dominante, desde os tempos das políticas agrícolas cambiais e tarifárias para salvar a economia do café, até os créditos, flexibilização das leis ambientais e trabalhistas, incentivos fiscais, desonerações. Precisam ser feitas críticas e respaldos ao que tem sido “oferecido” pelo Estado de políticas públicas em

relação as demandas reivindicadas pelos movimentos e ao volume de verba destinada ao agronegócio em contraposição ao volume destinado aos camponeses. Uma das principais políticas que o Estado implementou em prol dos pequenos agricultores na década de 1990 foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a partir de então passou a ser difundido o conceito de agricultura familiar como uma questão estratégica em confronto ao conceito de campesinato.

Segundo a autora Wanderley (2003), para alguns autores os agricultores familiares correspondem a determinada camada que conseguem se adaptar as novas exigências modernas do capitalismo, as suas tecnologias e as obrigações de aumento da produtividade agrícola. Para a autora, a categoria agricultor familiar resulta da própria intervenção do Estado, que cria e estimula os produtores que a curto prazo conseguiriam se adequar ao novo padrão da agricultura. Que parte da própria intenção da classe dominante em reconstruir o campesinato tradicional e transformá-lo em pequenos produtores modernos e associados ao capital. Segundo Wanderley (2003, p. 42), “esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução”. Conquanto, um novo campesinato surgiu nesse contexto do estímulo ao agronegócio.

Segundo Campos (2006, p. 149-151), passou-se a gestar um novo campesinato, que é caracterizado “pela busca da autonomia, organizada pelos movimentos sociais”, tal autonomia, adverte a autora, não significa:

[...]independência em relação ao mercado ou às instituições, nem tampouco implica o rompimento das relações de exploração em que o campesinato está inserido. Em nossa perspectiva de análise, a autonomia aparece como uma conquista da luta dos movimentos sociais, e, ainda que de forma embrionária, já se manifesta de várias formas (CAMPOS, 2006, p. 151).

Uma das formas descritas pela autora da busca pela autonomia foi a:

[...]a capacidade do campesinato se tornar sujeito social, com identidade própria, que faz disputa política, não sendo mais representado publicamente por organizações ou pessoas que se comovem com seu sofrimento, mas se representando através de seus movimentos e organizações, que buscam formar lideranças próprias (CAMPOS, 2006, p. 151).

A procura pela autonomia atravessa o reconhecimento dessa categoria camponesa enquanto uma classe que luta pelos seus interesses. Segundo as análises do capítulo dois, podemos considerar nesse movimento dialético e de luta de classes o campesinato enquanto uma classe social e política. As ocupações que inauguraram o principal movimento brasileiro da luta pela

terra, o MST, tornou-se a principal forma de luta, o elemento primordial, a conquista da terra. Ao conquistarem, as lutas tomam outras dimensões: a luta pelo direito de produzir, pela educação, saúde, financiamentos e etc.

[...]afirmam que as ocupações promovidas pelos movimentos sociais são um importante mecanismo de recriação do campesinato, porque implica recuperar a condição material para a territorialização camponesa, que é a apropriação da terra. (CAMPOS, 2006, p. 151).

As lutas *nas* terras conquistadas, isto é, pela permanência nas terras, que já eram reivindicadas pelos movimentos, passaram a fazer parte intensamente das pautas dos movimentos sociais na década de 1990, principalmente quando as redistribuições de terras pelo Estado começaram a crescer um pouco mais numericamente (ainda que de maneira pífia em relação ao número de pessoas que reivindicam por seus pedaços de terras). Quando passaram a reconhecerem em si uma classe, a do campesinato e a incorporarem nas pautas de lutas a **soberania alimentar**, que tem como condição a execução da Reforma Agrária a partir do conceito de agroecologia e da aplicação de suas técnicas produtivas. Nesse contexto, as reivindicações nesse sentido ganharam ainda mais força com a criação da Via campesina no âmbito internacional. Os movimentos perceberam além do Estado era preciso contestar os organismos internacionais, já que:

[...]se o capital é globalizado e vem globalmente sufocando os modos de vida camponeses, então é preciso construir articulações nacionais e internacionais para lutar contra as políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura camponesa, enfrentando instituições poderosas do capital como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e empresas multinacionais (CAMPOS, 2006, p. 152).

No prefácio do livro *Veias Abertas da América Latina* escrito por Eduardo Galeano no ano de 2010, o autor lamentou o quanto a história continua a se repetir continuamente. A história de massacre, escravidão, exploração, transferências de valor se reproduz à sombra de novas feições e máscaras. O sistema de *plantation* que combinava escravidão com monocultura no período colonial é o agronegócio de hoje. Com mais máquinas, menos pessoas (e para aqueles que permanecem como trabalhadores em condições precárias), mais devastação de florestas e diversidades e mais expansão territorial do agronegócio. Em nome do desenvolvimento, a fome é a prisão do nosso povo.

[...]A monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta. A independência se restringe ao hino e à bandeira se não se fundamenta na soberania alimentar. Tão só a diversidade produtiva pode nos defender dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã. A autodeterminação começa pela boca (GALEANO, 2010).

A citação do Galeano espelha perfeitamente a realidade do passado e a atual e sobre o que se baseia a principal pauta das lutas dos movimentos camponeses nacionais e internacionais: a soberania alimentar dos povos. O direito desses povos a terra, a ocupar, morar, produzir, se reproduzirem. Consideramos que as lutas pela conquista do PAA perpassam tanto as lutas pela conquista da terra através da Reforma Agrária quanto as lutas pelo direito de permanecer nas terras.

O PAA procura cumprir com dois objetivos específicos: aparecem para atender a parcelas particulares da população brasileira, garantindo a redistribuição de alimentos para esses grupos, além disso, também incentivam o campesinato e a agricultura familiar, uma vez que são programas que atuam na esfera da circulação de alimentos e que, ao garantir um mercado a preço fixo *vis-à-vis* a oscilação de preços no mercado especulativo, possibilitam uma maior segurança para a produção das famílias.

[...]Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (BRASIL, 2010).

No que concerne a Reforma Agrária defendida pelo MST e pelos movimentos sociais do campo é a de cunho progressista diferentemente da Reforma Agrária conservadora que o Estado brasileiro regulamentou mas não efetivou concretamente. Todavia, mesmo com as críticas em relação a concretização da Reforma Agrária na prática, é necessário reivindicar e lutar dentro da ordem democrática de direito. Pela terra e na terra quando conquistada. A partir de 2007 o MST se propôs oficialmente a defender a Reforma Agrária Popular e a ser uma das principais pautas das manifestações e ocupações.

A união do campesinato no século XXI gira em torno da soberania alimentar como principal forma de luta e a mais ampla, já que abarca tanto a luta pela terra (pela Reforma Agrária), quanto a luta na terra (pela permanência dos povos nas terras camponesas). O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com a proposição do Plano Camponês, em 2012, apontou diretrizes que também defendem a soberania alimentar e a agroecologia, a luta *na* terra para esses povos é mais marcante que a luta pela Reforma Agrária, uma vez que a grande maioria já tem a propriedade ou posse das suas terras e são pequenos produtores.

[...] Neste cenário de abandono e sucateamento da agricultura familiar e camponesa, e diminuição no número de famílias assentadas, pelo Estado brasileiro, aliado à tese de que o projeto de Reforma Agrária não seria mais viável no modelo capitalista brasileiro, o segundo Programa Agrário do MST, em 2007 passa a defender a necessidade de implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular no Brasil. A Reforma Agrária Popular norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio. E propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e o desenvolvimento do País. O futuro da Reforma Agrária no Brasil, na visão do MST, representa um projeto popular de desenvolvimento para o campo e a sociedade brasileira de modo geral, na medida em que demonstra o papel crucial dos assentamentos na produção de alimentos saudáveis, em larga escala e a preços justos, para alimentar a população brasileira e assegurar a autonomia da agricultura familiar e camponesa. Não se trata do abandono das ocupações de latifúndios e da luta pela terra, que segue como necessidade primordial para a democratização fundiária no Brasil. Mas, também se torna fundamental a continuidade na luta por políticas públicas e créditos agrícolas para a agroindustrialização do campo, com o processamento dos alimentos e a criação de espaços justos e solidários de comercialização, como as feiras e locais de vendas direto ao cidadão, para a melhoria das condições de vida dos camponeses e a garantir da soberania alimentar do País. (Página do MST)⁵¹.

Do mesmo modo que existem críticas e contradições em relação ao tipo de Reforma Agrária implementadas pelo Estado, há também no que concerne as políticas agrícolas e políticas de “combate” a fome, igualmente as políticas de combate à fome e à pobreza de cunho não universalizados como analisado no capítulo 1 (YASBEK, 2003, 2004; MARQUES, 2008). No entanto, há um movimento de luta, de resistência e de permanência nos novos espaços territorializados, que reivindicam e recriam um campesinato baseado nos preceitos da agroecologia e da soberania alimentar, que passaram a fazer parte da pauta dos movimentos sociais a partir da década de 1990, inclusive apenas nesse período o MST passa a utilizar o termo camponês em seus documentos e discursos, antes era apenas “trabalhadores rurais Sem-Terra”. Há um movimento que procurar recriar a identidade do campesinato.

[...] Na contramão da lógica do agronegócio, os movimentos sociais reivindicam um outro modelo de desenvolvimento para o campo, baseado na soberania alimentar. A soberania alimentar desponta-se como bandeira dos movimentos sociais, e a luta pela terra incorpora novos sentidos. (SCHIAVINATTO; VINHA, 2015).

Assim como Marx que desconstruiu a filosofia dominante, os movimentos sociais propõem um novo conceito de desenvolvimento ao desconstruir o hegemônico e visarem o desenvolvimento econômico e social sob outros valores e filosofias, colocando a mulher, o homem, o meio-ambiente no centro das relações e não mais o lucro. Aqui, estamos entendendo

⁵¹ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

o conceito de desenvolvimento não mais no sentido de desenvolvimento objetivo das forças produtivas do capital, mas em um sentido mais amplo e subjetivo, de desenvolvimento humano, social e econômico dos países e dos povos que se inserem nessas nações. A base filosófica do MST tem como princípio um novo tipo de desenvolvimento nacional, com uma proposta cujo pilar coincide com a luta por uma Reforma Agrária progressista e popular, de acordo com o Programa Agrário do MST lançado em fevereiro de 2014⁵². Segundo o programa agrário do movimento, para a construção de um desenvolvimento econômico e social soberano e sustentável do país para toda a sociedade, seria preciso calcar o modelo de produção nos moldes da agroecologia e da soberania alimentar que somente seriam conquistados a partir da Reforma Agrária Popular.

[...]propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e o desenvolvimento do País. O futuro da Reforma Agrária no Brasil, na visão do MST, representa um projeto popular de **desenvolvimento para o campo e a sociedade brasileira de modo geral**, na medida em que demonstra o papel crucial dos assentamentos na produção de alimentos saudáveis, em larga escala e a preços justos, para alimentar a população brasileira e assegurar a autonomia da agricultura familiar e camponesa.⁵³

No texto *Lutas e Conquistas do MST*⁵⁴, o programa agrário é exposto e vincula-se ao compromisso com o desenvolvimento nacional, com a justiça social e com a soberania popular nacional, segundo esse texto, o MST propõe-se a: “Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. Construtores de um país socialmente justo, democrático e em harmonia com a natureza” (2010, p. 7). Compreendemos que a partir da agroecologia, da defesa da soberania alimentar e do campesinato enquanto classe que luta contra o capitalismo, podemos mirar um horizonte socialista, cooperativo e com igualdade substantiva. Essa realidade pode ser mirada em protótipos nos assentamentos rurais.

Em relação ao PAA, no texto *Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* as autoras Schiavinatto e Vinha (2015) trazem em perspectiva que o PAA é um programa que se enquadra nas pautas dos movimentos sociais, ao considera-lo um programa estruturante e que impacta positivamente na construção da

⁵² Cartilha do Programa Agrário do MST. Disponível em: <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

⁵³ Página do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

⁵⁴ Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

soberania alimentar.

Defendemos que o PAA é um reflexo da luta dos movimentos camponeses pelo acesso à terra e pela permanência nela, visando a reprodução de suas condições de vida nos territórios conquistados, o compreendendo “como política que estimula a produção de alimentos e fortalece a agricultura camponesa” a proposta das autoras foi a de “discutir a soberania alimentar como um projeto dos movimentos sociais na busca pelo desenvolvimento dos territórios camponeses” (SCHIAVINATTO; VINHA, 2015, p. 185). O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Apesar de integrar o SISAN, autores defendem que contribui para a Soberania Alimentar.

Mas, as autoras perguntam: *por que o PAA pode ser considerado como uma política de apoio ao desenvolvimento territorial que coloca no centro do processo o campesinato e a soberania alimentar?*

[...]Assim como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fruto das reivindicações e do reconhecimento político das lutas dos movimentos sociais para integrar a produção familiar, o PAA sinaliza para uma mudança importante na política nacional de desenvolvimento rural brasileira: concede espaço político a sujeitos que não estão ligados aos interesses comandados pelo latifúndio e agronegócio e atribui um papel importante que institucionaliza as demandas da agricultura camponesa e da soberania alimentar. Essa política tenta dar voz a outras relações sociais, sujeitos e territórios, rompendo com o centralismo e sinalizando que existe um outro modelo de desenvolvimento para o campo baseado na agricultura camponesa (SCHIAVINATTO; VINHA, 2015, p. 192).

As autoras esclareceram que ao incorporar a soberania alimentar como pauta principal dos movimentos sociais do campo, não apenas a luta pela terra ganha maior força, mas também a luta na terra, o que fortalece os assentamentos rurais na reprodução das condições materiais desses sujeitos que procuram estabelecer novas relações sociais e de produção nos territórios camponeses. A desburocratização dos programas (PAA e PNAE) foi um importante avanço em termos de políticas públicas para a classe do campesinato.

[...]Os propósitos da soberania alimentar estabelecem um diálogo efetivo com o processo de luta pela terra e reforma agrária e, conseqüentemente, de fortalecimento dos assentamentos rurais que, por meio de políticas públicas, como PAA e PNAE, têm o potencial de garantir a sua reprodução social, política, cultural, econômica e ambiental. Além de articular as escalas, propõe desburocratizar o processo de aquisição dos produtos provenientes da agricultura camponesa e garantir a produção de alimentos. Esses produtos atendem aos programas públicos, dispensando as regras de licitação e criando mecanismos jurídicos de apoio à comercialização (SCHIAVINATTO; VINHA, 2015, p. 192).

Enquanto o PAA é um programa do governo federal, o PNAE está inserido na esfera política

municipal. Da Silva e Pedon (2015) verificaram em um estudo de caso realizado em Ourinhos-SP que o PNAE atua como um importante impulsionador da produção camponesa, ao inseri-los no mercado e ao influenciar na organização das comunidades nos processos de licitação do PNAE. Contribuindo tanto na reprodução social e econômica dos camponeses da região como também na recriação da organização e da identidade camponesa.

A partir desses estudos que envolvem a teoria e os trabalhos práticos de campo, alguns autores defendem o PAA como uma política de caráter estruturante, que possibilita recriar novas relações dentro dos territórios camponeses e desenvolver em suas experiências a agricultura camponesa com base na agroecologia visando em última instância a soberania alimentar dos povos.

Retornando ao objetivo principal desse capítulo, que era o de analisar criticamente a materialização do Programa de Aquisição de Alimentos, identificando quais as contradições desse processo sob o ponto de vista da luta de classes, buscando desvelar a essência dos processos, compreendendo os dois lados: as contradições da materialização do programa social enquanto conquista e fruto da luta de classes dos movimentos sociais do campo e também no que tange as recomendações dos organismos internacionais para o provimento de políticas de combate a fome nos marcos do neoliberalismo. E ao final dessa dissertação, a partir do método de Marx, podemos concluir que o PAA se insere e foi apoiado pelos organismos internacionais, principalmente a ONU e corresponde em partes a um programa que é paliativo em relação ao número de pessoas atendidas (as pessoas em situação de insegurança alimentar) mas que contribui na reprodução dos territórios do campesinato, atua na estrutura, mesmo que localmente, em relação a essas populações, o que modificam as relações internas dentro desses espaços e as relações externas ao fomentar a produção.

Apesar de serem recomendações dos organismos internacionais, tal movimento não teria ocorrido sem a luta, as reivindicações, as pautas de luta, as ocupações, manifestações dos movimentos sociais camponeses a nível global e a nível regional. O tempo de demora para materialização do direito à alimentação no Brasil comprovou a relatividade na eficácia dos direitos humanos em cada região que ratificou o PIDESC. A luta de classes é elemento essencial para a conquista e manifestação concreta dos direitos humanos e sociais.

5. Considerações finais

O PAA abrange uma complexidade de questões fundamentais que trouxemos ao longo da dissertação: a questão da fome, da soberania alimentar, da produção agroecológica, do Estado, das políticas públicas, das relações de dependência e de subordinação das nações latino-americanas, do conceito de subdesenvolvimento e desenvolvimento. Todas elas se interligam no cerne da teoria de Marx: a relação capital *versus* trabalho e a expansão desse antagonismo pelo globo terrestre, que ao dominar as relações econômicas e sociais do mercado mundial aliena todas as demais relações.

Defendemos por intermédio do método de Marx o caráter dual do PAA: ao mesmo tempo em que é fruto das lutas dos movimentos camponeses também é fomentado pelas recomendações dos organismos internacionais para tentar “combater” o problema da fome, através do programa de desenvolvimento local dessas comunidades e da transferência de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Analisar criticamente o PAA é fundamental para avançarmos nas estratégias e táticas de luta dos movimentos contra o agronegócio.

Não coube a nós trazer aqui elementos mais precisos sobre o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante a pesquisa, apesar de identificarmos que o PAA e o PNAE foram construídos e fomentados principalmente durante esses governos e no governo da Presidenta Dilma, o que pode sim nos trazer significativas contribuições no entendimento da conquista desses programas por meio da luta de classes, já que esses governos representam “um paradigma mais progressista” em relação aos outros governos, o que percebemos é a necessidade de olhar mais para os movimentos dinâmicos do capitalismo e da luta de classes, centrando nossa análise nas lutas do campesinato e do outro lado, na reação do capital imperialista que toma a forma de Estado dependente na América Latina.

Podemos comprovar tal afirmação com o *impeachment* da Presidenta Dilma, quando a crise econômica se intensificou no Brasil, não havendo expressivo crescimento econômico e nem aumento considerável das taxas de lucro – o que compromete a reprodução do capital imperialista –, as classes dominantes imperialistas e as classes burguesas nacionais, com o apoio da mídia, acham espaço para retirar do governo quem fere aos seus interesses. Logo na introdução vimos que após o impeachment da Dilma, mais de 90% da verba dos programas sociais foram retirados e transferidos para o pagamento dos onerosos subsídios fiscais. No ano de 2019, a PLOA apresentou verba NULA para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SEAD/MDA) no fomento do PAA e também foi autorizado recurso NULO

para este programa, da mesma forma, tal situação ocorreu em relação ao apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais.

A realidade atual é de acirramento da luta de classes e de reação ativa das classes dominantes e do capital imperialista sobre os movimentos sociais e sobre as classes trabalhadoras, principalmente após a crise de 2008. O retorno do medo em relação a ditadura militar e a repressão e criminalização desses movimentos mostra o quanto o Estado dependente (aliado ao capital imperialista e os Estados imperialistas, como os EUA) usa do poderio ofensivo e violento no controle da massa.

Duas questões precisam ser problematizadas, compreendendo a autocritica como elemento indispensável em qualquer movimento que se propõe a construir uma nova sociedade, mais diversa e justa: a primeira refere-se à ausência, nos documentos e nas pautas dos movimentos camponeses, de especificidades referentes ao campesinato negro e as lutas históricas e ancestrais desses povos. E a segunda, tangencia a questão de gênero, que já é tratada pelos movimentos sociais e que adquire no campesinato uma importância fundamental.

Pesquisar sobre o campesinato e sobre programas governamentais de comercialização de alimentos que incentivem a produção e a diversidade se faz indispensável sob o enfoque de gênero. No modelo camponês a maioria das famílias tem hortas em casa e/ou animais de pequena criação (o que são considerados trabalho doméstico e, portanto, invisível para a sociedade capitalista) e geralmente são as mulheres que cuidam, enquanto os homens trabalham fora de casa. São os alimentos das hortas e produções domésticas que normalmente compõe os produtos comercializados via programas do governo. Será identificado na pesquisa como esses programas de comercialização afetam a produção agrícola nos assentamentos, mas principalmente, impactam na produção e geração de renda das mulheres.

Os dados sobre a desigualdade de gênero⁵⁵ revelam a necessidade de fortalecer políticas públicas que promovam efetivamente a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Os

⁵⁵ O censo do IBGE do ano de 2010 revelou que 33,7% das mulheres e 26,7% dos homens possuíam rendimento por mês de até 1 salário mínimo, no que se refere as mulheres negras esse número era 40,3% e as mulheres rurais 50,5%. Entre 2000 e 2010, o rendimento médio dos homens subiu de 7,3%, enquanto das mulheres elevou-se 10,7%. Ainda que tenha reduzido a disparidade entre os rendimentos das mulheres e dos homens, a desigualdade salarial ainda é característica incontestável, as mulheres no geral recebem em média 67,7% do rendimento dos homens, quando referimo-nos ao rendimento médio das mulheres negras, este correspondia a 35% do rendimento médio dos homens brancos; já as mulheres rurais são as que apresentaram os menores rendimentos (de R\$480,00

números também apresentam outra situação significativa para a pesquisa: a desigualdade também é marcante entre as mulheres nas questões relativas à cor e classe, ou seja, as mulheres rurais e as mulheres negras sofrem maior discriminação em comparação as mulheres urbanas e brancas.

Apenas nos anos 2000 as mulheres tem tido acesso às políticas agrícolas, por meio do Decreto Nº 4.377, de 13/09/**2002**, foi promulgada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, do ano de 1979, segundo o site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres⁵⁶, que indica todas as políticas públicas implementadas nos anos 2000 relacionadas ao combate à desigualdade de gênero. Inclusive o PRONAF mulher apenas a partir da Resolução nº 3.559 de **2008** passou a fornecer linhas de créditos para as trabalhadoras rurais. Ademais, o acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária e o direito à titulação das terras somente foi garantido para a mulher independente do estado civil com a Instrução Normativa Nº 38 De 13/03/**2007**⁵⁷.

Não foi o nosso objetivo trazer a questão de gênero e a questão racial, mas identificamos ser crucial adentrarmos, mesmo que superficialmente, em ambas as problemáticas no amplo debate que gira em torno do campesinato.

À guisa de conclusão, torna-se fundamental a defesa e a luta por programas e políticas que estimulem e reintegrem o campesinato na disputa pelo fundo público, ocupando os espaços devidos dentro do aparato estatal. Contudo, a luta precisa ocorrer dentro da ordem burguesa e fora da ordem do Estado democrático burguês. Os movimentos têm assumido tarefa fundamental na fase recente do capitalismo ao contestar os avanços do capital sobre os povos e sobre os recursos naturais, tanto a Via Campesina no nível internacional como o MST no

mensais), sendo que mais de 95% encontravam-se em ocupações não remuneradas ou remuneradas em até 1 salário mínimo.

⁵⁶“A convenção reconhece a importância do trabalho feminino na subsistência econômica da família no meio rural, e estabelece que os Estados que a assinam devem assegurar a aplicação de seus dispositivos às mulheres que vivem nas zonas rurais, garantindo que elas participem, em condições de igualdade entre homens e mulheres, no desenvolvimento rural e dele se beneficiem”. Página da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/direitos-e-legislacao>>. Acesso em: 01 out 2017.

⁵⁷“Prevê a adequação dos procedimentos e instrumentos de Inscrição de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária para garantir a participação das mulheres, independentemente do seu estado civil. A mesma instrução normativa dá preferência às famílias chefiadas por mulheres como beneficiárias da reforma agrária, garante à mulher assentada o acesso ao crédito de instalação em todas as suas modalidades, o apoio às atividades de fomento a agro industrialização, comercialização, assistência técnica, e incentiva a ampliação da aprendizagem e dos conhecimentos das mulheres através das políticas de educação no campo e da inclusão da educação voltada para a igualdade de gênero na grade curricular do PRONERA”. Página da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/direitos-e-legislacao>>. Acesso em: 01 out 2017.

nível nacional, ao se articularem, lutam contra o agronegócio, contra o capital, fazendo frente as políticas estimuladas pelos organismos internacionais, contestando o caráter delas e lutando pela reconstrução do conceito de desenvolvimento e de uma nova filosofia para os povos mundiais: ao lutar pela igualdade social e por uma relação harmônica entre a natureza e os seres humanos, no entendimento de que nós também somos natureza e dependemos organicamente do cuidado e do bem-estar do meio-ambiente em que vivemos.

6. Referências

ALARCÓN, S. de; PRIETO, Vicente. **Karl Marx: Escritos sobre la Comunidad Ancestral**. 2015.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 161 f. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARTRA, Roger. **Introducción a Chayanov**. Revista Nueva Antropología, v. 1, n. 3, p. 49-69, 1976.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005.

BORÓN, Atílio. **Império e Imperialismo**. Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha PAA**, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política**. 2017.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G (ORGS.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, *Expressão Popular*, 2012.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio (trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS)**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2011. 208p.

CARCANHOLO, M. D. **Dialética do Desenvolvimento Periférico**: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo, 2004.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

- CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. S. **Capital fictício e lucros fictícios**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 24, p. 41-65, 2009.
- CARTER, Miguel; YAMAGAMI, C. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Unesp, 2010.
- CARVALHO, H. M. de; STEDILE, J. P. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos**. Coletânea no10 – A Questão Agrária Contemporânea. SP: *Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)*, p. 28-46, 2010.
- CARVALHO, H. M de. **Chayanov e o campesinato**. Expressão Popular, São Paulo, 2014.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1974. 316p.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. 1974.
- CUEVA, A. (1999). **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. México: Siglo XXI editores, 17ª edição, 1977.
- DELGADO, G. C. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Desenvolvimento em debate, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.
- DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. **Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios**. Revista de Política Agrícola, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2012.
- FARIA, N.; NOBRE, M. **A Produção do Viver**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003. 104p. (*Cadernos Sempre Viva*).
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Globo Livros, 2006.
- FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato**. 2010.
- FRANK, André Gunder. **A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo**. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil**. In: Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FRANK, André G. **El Subdesarrollo del Desarrollo: um ensaio autobiográfico**. Venezuela: Nueva Sociedad, 1991.
- FREDERICO, Celso. **Nas trilhas da emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FURTADO, C.; IGLÉSIAS, F. **Formação econômica do Brasil**. Editora Universidade de

Brasília, 1963.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Editora LiberLivro, 2005.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos – Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 238 p.

GUZMÁN, Eduardo. S.; MOLINA, M., G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

GORENDER, Jacob et al. **Escravidão reabilitada**. Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010. 400p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores (Cap. XVII e XVIII).

IANI, Octávio. **A formação do proletariado rural no Brasil – 1971**. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. Volume 2. São Paulo: **Expressão Popular**, 2005.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986. **Cap. V O Caráter capitalista da Agricultura Moderna**. In: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Coletânea de Textos n. 2 Teorias da Renda da Terra. Gararema: ENFF, 2011.

LENIN, V.I. **O Estado e a revolução**. In: Obras Escolhidas, Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LÊNIN, Vladimir. Litch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985. **Cap. III A passagem da agricultura baseada na corveia para a agricultura capitalista**. In: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Coletânea de Textos n. 3 Teorias do Desenvolvimento Capitalista na Agricultura. Gararema: ENFF, 2011.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores.

MAESTRI, M. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na Formação da classe camponesa brasileira**. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 217- 275.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

MANDEL, E. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Serie popular Era, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 157p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução**. Tradução de Lúcia Ehlers. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A miséria da filosofia**. Tradução e introdução José Paulo Neto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1851/1852)**. Edição Ridendo Castigat Mores, Fonte Digital: Néelson Jahr Garcia, versão para e-book, disponível em http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf, 2002.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999, p.147-178.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido**. Das Metrópoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana.. Volume VI, livro III: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na Formação da classe camponesa brasileira**. In: A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda–1960-1980, São Paulo, Expressão Popular, p. 253, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. 1ª ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular/ Clacso, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. Volume VI, livro terceiro: o processo global de produção capitalista. p. 823-1071.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III, Volume IV. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

MARQUES, Rosa Maria. **Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTER, Miguel; YAMAGAMI, C. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. Unesp, 2010.

MOREIRA, R. C.; RAMALHO, C. C. **Questão de gênero e soberania alimentar: auto-organização de mulheres do MST do Espírito Santo**. Revista Em Pauta, v. 11, p. 249-271, 2013.

MOURA, C. **Os quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Ser camponês, ser “remanescente de quilombos. Ilha Revista de Antropologia, v. 7, n. 1, 2, p. 029-043, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. Editora Expressão Popular, 2008.

PETERSEN, P. **Diagnóstico Ambiental Rápido e Participativo: levantando informações e mobilizando a comunidade para um manejo sustentável das terras**. Alternativas: Cadernos de Agroecologia – Solos. *AS-PTA*, 1996. p. 22 a 28.

PRATES, Jane. **Planejamento da Pesquisa Social**. Revista Temporalis, Brasília, ano IV, n.7, jan./jun.2003, p.123-143.

QUEIROZ, Marina de Abreu. **O agronegócio e a dependência: o debate na década 2000**. 2016. 115 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RAMALHO, C. C. ; MOREIRA, R. C. ; MEIRA, S. F. ; SANTO, M. R. E. **O programa apoio mulher e a organização produtiva de mulheres nos assentamentos de reforma agrária: uma reflexão a partir dos assentamentos Madre Cristina, Zumbi dos Palmares e Adão Preto no ES**. In: 51o Congresso da SOBER, 2013, Belém. 51o Congresso da SOBER: desafios da sustentabilidade, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Las clases dominantes**. In: _____. El dilema de América Latina. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes. Ed, Siglo XXI, México, 1978.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A VIA CAMPESINA: A GLOBALIZAÇÃO E O PODER DO CAMPESINATO** (The via campesina: globalization and the power of the peasantry). REVISTA NERA, n. 23, p. 167-170, 2014.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 2ed. Col. Os Pensadores.

SANTOS, Thiago Araujo. **Marxismo e campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24 Ago. 2016.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

SANTOS, Theotonio dos. **The structure of dependence**. The american economic review, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

STÉDILE, João Pedro. **Tendências do capital na agricultura**. In: A questão agrária no Brasil: o debate na década 2000.1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-38.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. **A Soberania Alimentar**. In:

CALDART, R. S. et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular (2012). p. 716-725.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos**. Revista Cidadania e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, v. 25, 2011.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de. **Fome zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. In: Katálisis, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 104-115, jan./jun.2011.

TRUBNIKOV, V. **Via de Desenvolvimento NÃO capitalista: teoria experiência perspectivas**. Edições da Agência de Imprensa Nóvosti Moscovo, 1986.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **El mundo del trabajo en tensión: flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000**. Plaza y Valdés, 2007.

VELTMAYER, H. ; PETRAS, J. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento**. In: CARTER, Miguel; YAMAGAMI, C. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. Unesp, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero: uma política social em questão**. Saúde e sociedade, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; DA CRUZ SILVA, Marina. **Combate à fome e miséria no governo Lula: garantia do direito à alimentação?**. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 129, p. 135-142, 2011.